Sheila Santos Carvalho Ribeiro
Carolina Teles Lemos

A Marginalização da PESSOA com Deficiência e os Discursos e Práticas Cristãs

EDITORA ESPAÇO ACADÊMICO

Prof. Me. Gil Barreto Ribeiro (PUC Goiás)
Diretor Editorial
Presidente do Conselho Editorial

Dr. Cristiano S. Araujo
Assessor

Larissa Rodrigues Ribeiro Pereira
Diretora Administrativa
Presidente da Editora

CONSELHO EDITORIAL
Profa. Dra. Solange Martins Oliveira Magalhães (UFG)
Profa. Dra. Rosane Castilho (UEG)
Profa. Dra. Helenides Mendonça (PUC Goiás)
Prof. Dr. Henryk Siewierski (UnB)
Prof. Dr. João Batista Cardoso (UFG Catalão)
Prof. Dr. Luiz Carlos Santana (UNESP)
Profa. Me. Margareth Leber Macedo (UFT)
Profa. Dra. Marilza Vanessa Rosa Suanno (UFG)
Prof. Dr. Nivaldo dos Santos (PUC Goiás)
Profa. Dra. Leila Bijos (UnB)
Prof. Dr. Ricardo Antunes de Sá (UFPR)
Profa. Dra. Telma do Nascimento Durães (UFG)
Profa. Dra. Terezinha Camargo Magalhães (UNEB)
Profa. Dra. Christiane de Holanda Camilo (UNITINS/UFG)
Profa. Dra. Elisangela Aparecida Pereira de Melo (UFT)
Prof. Ms. Euvaldo de Sousa Costa Junior (UFPI)

Sheila Santos Carvalho Ribeiro
Carolina Teles Lemos

A MARGINALIZAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E OS DISCURSOS E PRÁTICAS CRISTÃS

1ª edição

Goiânia - Goiás
Editora Espaço Acadêmico
- 2020 -

Copyright © 2020 by Sheila Santos Carvalho Ribeiro e Carolina Teles Lemos

Editora Espaço Acadêmico
Endereço: Rua do Saveiro, Quadra 15, Lote 22, Casa 2
Jardim Atlântico - CEP: 74.343-510 - Goiânia/Goiás
CNPJ: 24.730.953/0001-73
Site: http://editoraespacoacademico.com.br/

Contatos:
Prof. Gil Barreto - (62) 98345-2156 / (62) 3946-1080
Larissa Pereira - (62) 98230-1212

Editoração: Franco Jr.
Imagem da capa: Projetado por pressfoto.com - freepik.com

CIP - Brasil - Catalogação na Fonte

R484m Ribeiro, Sheila Santos Carvalho.
A marginalização da pessoa com deficiência e os discursos e práticas cristãs [livro eletrônico] / Sheila Santos Carvalho Ribeiro e Carolina Teles Lemos. – 1. ed. – Goiânia : Editora Espaço Acadêmico, 2020.
126 p. ; Ebook.

Bibliografia
ISBN: 978-65-00-04405-8

1. Religião. 2. Religião Cristã – deficiente físico. I. Lemos, Carolina Teles. II. Título.

CDU 2-056.26

O conteúdo da obra e sua revisão são de total responsabilidade das autoras.

DIREITOS RESERVADOS
É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia e por escrito dos autores.
A violação dos Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Impresso no Brasil | *Printed in Brazil*
2020

Dedicamos este trabalho à voz e ao silêncio
das pessoas com deficiência, que por diversas
vezes têm seus direitos básicos violados,
pelas estruturas excludentes das instituições.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 8

2. RELIGIÃO CRISTÃ E *ETHOS* DA SOCIEDADE: O CORPO E SUAS REPRESENTAÇÕES 23
2.1 Marginalização da pessoa com deficiência: aproximações e afastamentos dos discursos 25
2.2 Representações da religião com seus sistemas de símbolos 29
2.3 Concepções de corpo e deficiência 40
2.3.1 Corpo ideal e deficiência 56
2.3.2 Corpo ideal no campo religioso cristão 59

3. DISCURSOS E PRÁTICAS CRISTÃS: DIALÉTICA DA MARGINALIZAÇÃO E DA INCLUSÃO 61
3.1 Análise do discurso da marginalização 61
3.2 Dialética inclusão – exclusão religiosa 67
3.3 Imaginário para a marginalização ou para o rompimento das práticas de exclusão 71
3.4 Inclusão no imaginário cristão 79

4. CAMPO EMPÍRICO: INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS CRISTÃS 86
4.1 Articulação dos objetivos da pesquisa com as observações do campo empírico 87
4.2 Cenário religioso cristão no contexto das acessibilidades 89
4.2.1 Igreja Católica Apostólica Romana - Catedral 90

4.2.2 Igreja Metodista 91
4.2.3 Igreja Evangélica Quadrangular 91
4.2.4 Igreja Congregação Cristã no Brasil 92
4.2.5 Primeira Igreja Presbiteriana de Uruaçu 93
4.2.6 Igreja Evangélica Assembleia de Deus - Ministério Madureira 93
4.2.7 Igreja Assembleia de Deus - Ministério Missão 94
4.2.8 Igreja Universal do Reino de Deus 94
4.2.9 Igreja Adventista do Sétimo Dia 95
4.2.10 Associação Espírita Francisco Cândido Xavier 96
4.2.11 Igreja Vale do Amanhecer 96
4.2.12 Igreja Mundial do Poder de Deus 97
4.3 Deficiência na discussão religiosa 101

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 105

REFERÊNCIAS 108

1

INTRODUÇÃO

Apresentamos aqui uma análise das aproximações e distanciamentos entre a experiência do processo de marginalização a que é submetida a pessoa com deficiência e a esfera das instituições religiosas cristãs. Será analisado o quanto as religiões cristãs contribuem para o enfrentamento dos desafios postos em relação à diminuição do quadro marginal em que vive a maioria das pessoas com deficiência.

O estudo do tema apresenta relevância, pela significativa trajetória marginal, concomitantemente não inclusiva, que sofreu e sofre a maioria das pessoas com deficiência. Aquele que está por algum motivo à margem da sociedade pode estar também submetido às diversas outras formas de exclusão, seja social, cultural, religiosa, econômica e simbólica.

A marginalização da pessoa com deficiência é por nós compreendida no âmbito dos direitos humanos e, como tal, seu combate tem bases legais e também fundamentos cristãos. Portanto, é uma temática que, além de envolver relações sociais e jurídicas, apresenta-se também como pauta importante no âmbito das instituições religiosas (ARANHA, 2000; BRASIL, 2010; FEITLER, 2007, p. 215; PATTO, 2000, p. 14).

Essas instituições religiosas, no Brasil, estão inseridas em sua maioria no contexto do cristianismo, sendo este "uma estrutura re-

ligiosa e sociocultural, nascida da atividade, discursos e práticas em torno de Jesus de Nazaré, considerado o messias por seus seguidores" (KNIGHT, 1983; KONINGS, 2014, p, 244). Existem muitas e variadas conceituações de cristianismo, porém não é objeto desta pesquisa o estudo de tais ramificações e seus significados. Contudo, significativamente os cristianismos, em suas diversas manifestações, apresentam, na maior parte do seu discurso, um enunciado contra a marginalização.

A partir de diversas práticas e discursos cristãos, evidencia-se a perspectiva de uma proposta de rompimento de diversos processos de exclusão e, concomitantemente, de marginalização. Portanto, tem-se aqui como escopo demonstrar as aproximações e os distanciamentos entre os discursos e as práticas religiosas inclusivas do cristianismo em relação à pessoa com deficiência; compreender elementos que fundamentam o discurso cristão em relação à pessoa com deficiência; investigar elementos de intencionalidade do discurso religioso inclusivo e a que mitos recorrem; analisar se há ressignificações religiosas em relação à forma de perceber a pessoa com deficiência e sua marginalização, e as quais possíveis ideias religiosas estão relacionadas.

A situação predominantemente marginal à qual são submetidas às pessoas com deficiência tem sua trajetória marcada da Antiguidade aos dias atuais, dentro e fora do contexto religioso. Parte-se do pressuposto de que a marginalização da pessoa com deficiência significativamente está marcada pela cultura de exclusão, diretamente ligada à falta de informação, preconceito e indiferença. E que há de se discutirem as fragilidades quanto à materialização do discurso e prática religiosa de inclusão no âmbito do cristianismo.

Nossa hipótese é que, a partir da temática da marginalização da pessoa com deficiência, das inquietações relacionadas com a prática e o discurso cristãos, percebe-se que prevalece o processo de marginalização na relação com esse grupo de pessoas. Historicamente a complexidade deste processo reflete práticas de não aprofundamento nas reflexões sobre a questão, criando um distan-

ciamento entre os princípios essenciais do cristianismo e as práticas sociais presentes nas igrejas cristãs. Tal modo de proceder cria dificuldades para o diálogo com as propostas de inclusão social presentes em outros âmbitos da sociedade.

Diante do que foi apresentado podemos perguntar: Qual é a concepção de inclusão que prevalece nas igrejas cristãs? O discurso dessas igrejas se relaciona com suas práticas? Há uma intencionalidade nas narrativas cristãs em relação à inclusão para superação do quadro de marginalização das pessoas com deficiência? Seria objetivo das instituições cristãs manterem estrategicamente a narrativa da inclusão sem práticas que modifiquem o contexto atual de marginalização?

o que se considera como deficiência está bastante ligado a um imaginário historicamente erigido, que se constituiu de diferentes formas, em contextos históricos e sociais distintos. Faz-se, portanto, necessária a ampliação das discussões em torno da carga de conceito e preconceito que carregam a terminologia em relação a como tratar as pessoas com deficiência (DINIZ, 2007).

Há também a necessidade de se estabelecer o número real de pessoas com deficiência no Brasil e, mesmo independentemente de números, há de ser analisada a trajetória de marginalização e invisibilidade quanto à forma de tratar as pessoas com deficiência. Uma trajetória que está bastante voltada às apreensões do modelo médico da deficiência e do modelo social da deficiência (DINIZ, 2007; NERI, 2003).

Há uma problemática em torno de dados, quando se fala de percentual de pessoas com deficiência no Brasil, quanto à classificação daquilo que é considerado deficiência. Há divergências em relação à metodologia utilizada pelo recenseamento demográfico, a proposta da Organização Mundial de Saúde (OMS), e a Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde, (CIF).

Na CIF, as deficiências são classificadas nas categorias apropriadas, utilizando-se critérios de identificação predefinidos (exemplo: presente ou ausente de acordo com um valor limiar).

Esses critérios são os mesmos para as funções e estruturas do corpo. Eles são: (a) perda ou ausência; (b) redução; (c) aumento ou excesso; e (d) desvio. Uma vez que uma deficiência esteja presente, ela pode ser graduada em termos de gravidade, utilizando-se o qualificador genérico da CIF (BRASIL, 2012, p. 16).

Em investigações recentes sobre o percentual de deficientes no Brasil, como resultado de tais critérios de definição, a prevalência da deficiência variou de acordo com a natureza delas. A deficiência visual apresentou a maior ocorrência, afetando 18, 6% da população brasileira. Em segundo lugar está a deficiência motora, ocorrendo em 7% da população, seguida da deficiência auditiva, em 5, 10% e da deficiência mental ou intelectual, em 1, 40% (BRASIL, 2012, p. 16).

Esses dados merecem ser levados em consideração, pois podem implicar readequações importantes em torno das nossas percepções sobre o outro e readequações para subsidiar as políticas públicas relacionadas ao tema. Porque, dependendo do que se considera como deficiência ou não, embute significados diversos. E esse fato torna-se importante, por implicar classificação das pessoas e suas limitações, e ainda a partir desse retrato, em torno dessas divergências mencionadas, percebe-se que essas relações sempre foram objeto de questionamentos na história da pessoa com deficiência.

A exemplo, antes de haver recenseamento demográfico como o constituído na métrica dos dias atuais, muitas vezes em outros contextos históricos, algumas doenças, limitações, diversidade humana em relação às formas dos corpos humanos foram consideradas deficiência.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (2012, p. 11), com base em dados coletados em 2011, um bilhão de pessoas vivem com alguma deficiência, no mundo, o total de 80% desse percentual é de pessoas que vivem em países em desenvolvimento, em torno de 150 milhões são de crianças, menores de 18 anos. Ainda a mesma estatística demonstra que 20% das pessoas mais pobres do mundo têm algum tipo de deficiência, e mulheres e meninas, par-

ticularmente vulneráveis a abusos, além de toda marginalização e supressão de direitos a que são submetidas.

No Brasil, o recenseamento demográfico de 2010, considerou o percentual de quase 24% da população com pelo menos alguma deficiência. A prevalência da deficiência variou de acordo com a natureza delas. A deficiência visual apresentou a maior ocorrência, afetando 18, 6% da população brasileira. Em segundo lugar está a deficiência motora, ocorrendo em 7% da população, seguida da deficiência auditiva, em 5, 10% e da deficiência mental ou intelectual, em 1, 40% (BRASIL, 2012). E os dados trouxeram a problemática da mobilidade das pessoas com deficiência, a falta de acessibilidade nas residências e nas cidades.

Em relação às implicações religiosas, quanto às pessoas com deficiência, estas demonstram serem paradoxais, como se estivessem contidos no mesmo texto sagrado o veneno e o antídoto, metaforicamente. E, sendo o texto sagrado a voz e a força do cristianismo, percebe-se por um lado a marginalização, a legitimação dos agentes religiosos, por outro, certo incentivo de lutas individuais e coletivas para considerar a inclusão da pessoa com deficiência. E as igrejas cristãs estão inseridas nas duas relações, portanto percebe-se um contexto paradoxal.

O poder simbólico e o prático dos quais se ocupam algumas teodiceias no cristianismo, ligadas a um senso de caridade e assistencialismo, pela pouca discussão sobre o tema da marginalização da pessoa com deficiência, tendem a não dimensionar conscientemente o quanto contribuem com essa marginalização.

Trata-se da necessidade de perceber a inclusão como questão ética, de reconhecimento dos desafios, do entendimento de que todos somos incapazes para algo. E de uma importante reflexão acerca dos direitos dessas pessoas e por que algumas incapacidades são mais aceitas e outras não. Trata-se da necessidade de se analisarem os efeitos dos discursos religiosos e suas ressonâncias, o que eles dizem, o que deixam de falar, o que é percebido. E mesmo quando se leva em conta certo progresso nos discursos e nas práticas em torno da valorização da pessoa com deficiência, o

que muitas vezes foi resultado de conflito, ainda assim, percebe-se pouca profundidade nos temas relacionados à inclusão da pessoa com deficiência.

Piedade, superstições e assistencialismo traçam marcas significativas na vida de muitas pessoas que atuam no âmbito religioso, com isso apresentam-se carentes de uma postura ética que não é favor e ou caridade. Por conseguinte, nesta perspectiva, surge então a importância de investigar sobre os distanciamentos e aproximações religiosos cristãos do processo de inclusão, em especial sobre qual discurso pode-se descortinar essa história, marcada e sedimentada também pela cultura religiosa.

Em nossa análise, começamos por retroceder um pouco na investigação, iniciando pela percepção do ideário do corpo perfeito, que surge como principal aporte para o desenvolvimento da pesquisa a partir da verificação da "história efeitual", como referida por Reimer (2014). Segundo a referida autora, "história efeitual" refere-se à história dos efeitos, imprescindível para análise de textos, pelo fato de contribuir para compreensão, construção e sedimentação de ideias e posturas culturais (REIMER, 2014, p. 59).

Pela opção e recorte do trabalho, seguindo diferentes tendências interpretativas, há de se levar em conta que as concepções de marginalização da pessoa com deficiência e a trajetória do corpo deficiente são situadas em diferentes tempos e nas distintas sociedades. Assim, veremos o quanto a localização do corpo na cultura das pessoas é importante e revela muito sobre as percepções que uma sociedade tem em relação à pessoa com deficiência.

O corpo, como "inesgotável fonte de símbolos", apresenta e representa uma série de construções culturais, e acaba tornando ainda mais visíveis determinadas diferenças sociais, constituindo-se como "ato de significação" (LEMOS, 2011, p. 285; GOLDENBERG, 2007, p. 38).

Para Malu Fontes (2006), a sociedade contemporânea está marcada por relações utilitaristas, também a partir da projeção da imagem cosmetizada e fetichizada do corpo. O projeto de um corpo perfeito torna esse "corpo em um projeto médico e cultural de

uma corporeidade-moeda e hedonista". Os corpos que não conseguem inserção social, dentro deste contexto, tendem a ficar fora da história. Esta concepção estabelece implicações diretas com as representações de corpo deficiente, e/ou "corpo dissonante", por estarem ligadas à constituição cultural de um imaginário de perfeição em torno dos corpos (FONTES, 2006, p. 128).

A partir de abordagens que fundamentam a marginalização da pessoa com deficiência nas narrativas do cristianismo, há uma discussão da temática como questão emergente, apresentando-se como um espaço para se debaterem novas linguagens de representações sobre o corpo (SILVA, 1986; ROCHA, 2007). A partir da religião cristã, e suas nuances em torno de discursos e práticas que superem ou diminuam *à priori* as relações estabelecidas de marginalização, serão vistos quais são os autores e as pesquisas que se debruçam sobre os principais temas deste trabalho.

Ver-se-ão análises de algumas narrativas bíblicas e fatos, as implicações e ressonâncias desses discursos, dos quais resultam diversas interpretações cujas implicações ou orientações teológicas vão além do mero discurso. Cabe reforçar que algumas interpretações, embora sejam baseadas também em uma linguagem teológica, trazem consigo contextos culturais e sociais que interferem na realidade.

A partir de *Epopéia Ignorada*, de Otto Marques (1986), entenderemos a trajetória predominantemente marginal, a história ignorada da pessoa com deficiência, e um pouco das relações dessas pessoas com as causas da sua marginalização. A partir da luta das pessoas com deficiência, em contexto cristão e não cristão, provenientes de narrativas bíblicas e seus contextos, o autor leva-nos à compreensão de ambientes extremamente complexos para a sobrevivência de pessoas com deficiência em diversos contextos, no que tange ao espaço geográfico e ao cultural.

O autor estabelece uma crítica aos achados paleontólogos que negaram a eliminação de crianças com deficiência, em determinado contexto da história, às paradoxais relações atribuídas ao cristianismo em relação às pessoas com deficiência, ao ceticismo,

ao respeito às capacidades das pessoas com deficiência, colocando tudo isso como desafios postos à sociedade e às religiões cristãs, em especial às relações das nossas limitações e não das limitações das pessoas com deficiência.

Sobre o contexto do cristianismo, como espaço onde se localiza nossa pesquisa, Emílio Figueira (2015) apresenta as relações e as discussões dos caminhos para a inclusão religiosa nos dias atuais, a partir dos contextos apresentados, no que tange aos discursos e às práticas das religiões quanto à pessoa com deficiência. Abordando as relações dentro do catolicismo e do protestantismo, e a ênfase no contexto histórico da marginalização e sua produção no inconsciente coletivo, ele apresenta a marginalização institucionalizada no espaço da igreja católica, respaldado por concílios e pela própria inquisição.

As pesquisas desse autor também apresentam como o cristianismo pode se apresentar em defesa da dignidade humana, mesmo em cenário contraditório. E por fim uma análise de poucas referências protestantes sobre a temática, e no que isso implica e quais os possíveis motivos dessas implicâncias (FIGUEIRA, 2015; AMARAL, 1994; CAVALCANTE *et al.* 2009).

Por todas as constatações apresentadas a partir de autores clássicos e contemporâneos citados neste trabalho, incide a compreensão do imenso significado que a religião assume na sociedade e para a sociedade. Manifestações religiosas, como tipicamente humanas, marcam todas as formas de cultura. Por isso a importância de analisar a problemática desta pesquisa a partir do que foi produzido pelo discurso em torno da nossa hipótese.

Entretanto percebe-se que desde a antiguidade à modernidade, a marginalização tem sido interpretada e sedimentada sob o ponto de vista da relação da religião e a construção dialética do mundo (BERGER, 1985; BOURDIEU, 2007). Pressupõe-se que nem na fé e nem na razão temos encontrado perspectivas éticas suficientes para tratar a questão da marginalização da pessoa com deficiência. A partir das práticas religiosas, dos discursos sobre a pessoa com deficiência, da literatura visitada, percebe-se mais um

pseudoprocesso de discurso de inclusão do que o contrário. Esta perspectiva se apresenta a partir do que podemos verificar na relação das políticas públicas e nas tentativas sociais quanto às problemáticas do gueto e da cota.

Nessas problemáticas destaca-se o que Berger (1985) enfatiza como aporte para compreensão da interiorização e exteriorização na visão de mundo, e na construção dos significados. Nas relações construídas e sedimentadas em torno da deficiência, há as práticas cristãs, representadas aqui pelo cristianismo que tem se ocupado desse paradoxo: por um lado prega "inclusão" ou "pseudoinclusão", e revela também o inverso.

No discurso, essa marginalização da pessoa com deficiência tende a ser justificada pelas teodiceias e sociodiceias antigas e contemporâneas, revelando grandes desafios para o processo de superação do quadro de marginalização. Sobretudo, pelo fato de não se verificar uma desconstrução de sentido baseada nas potencialidades das pessoas e na efetivação de seus direitos[1]. O que se apresenta em mais evidência ainda continua sendo uma proposta em torno de aspectos de caridade e assistencialismo.

Ademais, por que o cristianismo com seu sistema simbólico, ainda que com discurso de inclusão, aparenta continuar a legitimar muitas perspectivas de marginalização quanto à pessoa com deficiência, em especial a partir das concepções de caridade, piedade e assistencialismo? (CORRÊA, 2009; ARANHA, 2001).

Os significados e tudo aquilo que é sedimentado pela religião têm grande impacto na vida das pessoas, pela sua alta eficiência de sedimentar e legitimar algo. Dessas articulações podem resultar os estados de "anomia e nomia", vivenciados pelos indivíduos. Assim, as pessoas estabelecem o que é sagrado e profano, certo ou errado, normal ou anormal (BERGER, 1985, p. 35), o que contribui fortemente para solidificações de significados constru-

[1] Entre eles destacam-se: Declaração de Salamanca, Declaração de Quito, Declaração de Madrid. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

ídos socialmente sobre algo tão importante, como as concepções de corpo e suas deficiências. Portanto, quanto ao cenário de marginalização das pessoas com deficiência, para produção de novos interesses e justificativas, torna-se necessário ressignificar algumas questões anteriormente legitimadas e solidificadas.

Como exemplo de legitimações e solidificações de ideias sobre a deficiência, exemplifica-se a relação quanto ao templo religioso, que por sua vez é considerado lugar sagrado, espaço onde por diversas maneiras o homem sacraliza o mundo (ELIADE, 1992). Nesses espaços estão contidas complexas relações com a falta de estrutura arquitetônica para a participação de pessoas com deficiência física, cognitiva, auditiva ou visual, dentre as quais vamos nos ocupar com o aspecto da deficiência física.

Uma pessoa com deficiência física, sem acesso a esses espaços, fica submetida à exclusão. Nesse caso, quando lhe é negada a acessibilidade, este direito negligenciado torna-se empecilho quanto à inclusão social e simbólica, comprometendo o seu senso de pertencer e de ser reconhecido. Sem poder acessar os espaços para a realização dos ritos sagrados, evidencia-se o contexto de exclusão promovido por essa falta de acessibilidade.

E essa ausência de acessibilidade não está ligada apenas ao contexto arquitetônico. Anterior a isso, no contexto cultural ela convive com complexos processos de indiferença e preconceito. Pelo fato de limitar o acesso, de dizer por onde a pessoa pode acessar, até onde pode acessar, e definir onde ela não pode chegar, a arquitetura do ambiente introjeta ou reforça diversos significados à questão da deficiência física.

Após as igrejas terem informações e conhecimentos possíveis para modificações estruturais que garantam esse acesso, e por algum motivo não o promoverem, essa falta de acessibilidade em templos religiosos representa apenas uma das solidificações e legitimações quanto à marginalização da pessoa com deficiência. E, mesmo contido nessas representações simbólicas dos espaços, a situação não deixa de produzir representações simbólicas que limitam os direitos das pessoas com deficiência. São representações

que estão mais ligadas a uma falta de mudanças em relação a possíveis modificações para acesso dessas pessoas, do que uma simples crítica da arquitetura em si. Neste caso, mostra como solidificações arquitetônicas e legitimações religiosas se impõem como barreiras culturais e físicas, que necessitam serem reconhecidas como tal, para que, a partir disso, se possa, de fato, promover mudanças no campo dos discursos e das práticas sociais.

No campo religioso, e até mesmo em outros sistemas simbólicos, os processos de exclusão social não obviamente foram produzidos com intuito de marginalizar as pessoas. A falta de se pensarem as adaptações quanto aos espaços e templos como ambiente acessível para pessoas com deficiência expressa um contexto de significados diversos e complexos em relação ao tema. Refletem o fato de que não é apenas a arquitetura em si que precisa ser repensada. É todo um conjunto de tradições culturais no qual inúmeras possibilidades de acesso aos deficientes são descartadas ou muitas vezes nem são cogitadas. Mais do que isso, as deficiências, e neste caso abordado acima como exemplo, a deficiência física, impõem a esse conjunto de contextos os desafios da inclusão, a partir de se pensarem os possíveis acessos. Está em jogo colocar em pauta certo investimento cultural, arquitetônico e simbólico que essas mudanças representariam, caso sejam prioridades.

Ademais, as representações sociais entendidas à luz das reflexões sobre os sistemas simbólicos lidam com a religião como representação da sociedade. Então, as relações de marginalização da pessoa com deficiência de certa forma acabaram encontrando sentido em uma cultura excludente, pois encontraram também nela sua legitimidade. Essas representações estão ligadas a discursos e práticas, à imagem e a todo um conjunto de comunicação que influenciam as pessoas.

Nas trilhas do desafio levantado pela temática supracitada, se insere esta pesquisa, cujo objeto é o fenômeno religioso cristão como espaço de discursos e práticas, que legitimam a marginalização da pessoa com deficiência. As aproximações e os distanciamentos do processo de marginalização de indivíduos passam pe-

las esferas das instituições religiosas cristãs. A trajetória marginal da pessoa com deficiência nos espaços religiosos ocorre com ações não inclusivas, mostrando pessoas com deficiência submetidas às diversas formas de exclusão simbólicas nas áreas social, cultural, religiosa, econômica, entre outras.

Considerando esse contexto, investigamos as ocorrências da marginalização da pessoa com deficiência, por meio dos discursos e das práticas cristãs. Visamos compreender as aproximações e os distanciamentos dos discursos e das práticas religiosas inclusivas no universo do cristianismo, investigar os elementos que fundamentam o discurso cristão em relação à pessoa com deficiência e a intencionalidade religiosa quanto à inclusão e observar as ressignificações religiosas do campo empírico em relação à forma de perceber a pessoa com deficiência, com ações que podem veicular a marginalização.

A metodologia adotada é de análise do discurso dos recursos teóricos e do campo empírico. A amostra do imaginário cristão teve início com a busca de informações nos *sites* visitados, a partir de dois grupos de descritores. O primeiro: nome da igreja e pessoa com deficiência. O segundo: nome da igreja e marginalização da pessoa com deficiência. Das 12 instituições religiosas pesquisadas, não foi encontrada nenhuma referência dos descritores nos *sites* de seis deles: Vale do Amanhecer, Congregação Cristã no Brasil, Assembleia de Deus - Ministério Madureira, Assembleia de Deus - Ministério Missão, Mundial do Poder de Deus e Universal do Reino de Deus.

Os espaços religiosos com avanços de inclusão são Evangélica Quadrangular, Primeira Igreja Presbiteriana do Brasil, Adventista do Sétimo Dia, Católica Apostólica Romana, Associação Espírita Francisco Cândido Xavier e Metodista. Com esses dados, a apreensão da pesquisa está de acordo com o referencial teórico apresentado. A articulação dos objetivos da investigação atesta a questão geral do estudo, que é qual a situação marginal em que são submetidas as pessoas com deficiência, no contexto religioso da antiguidade aos dias atuais?

A justificativa da pesquisa é que a marginalização da pessoa com deficiência gera inquietações nos contextos de práticas e discursos cristãos. As implicações religiosas para as pessoas com deficiência demonstram ter o poder simbólico e prático do cristianismo[2], cuja marginalização ocorre funcionalmente pela pouca discussão dada ao tema. E quando ocorrem demonstrações de perspectivas inclusivas, estas estão bastante ligadas a ações assistencialistas, de piedade e caridade, e não reconhecimento de direitos.

A pesquisa opta por aplicar o termo sociológico marginalização[3] pelos indicadores demonstrados, a partir de dados aferidos. Portanto, a temática que se aborda e como se aborda neste estudo, além de ser ampliada nas relações quanto à garantia de direitos, localiza-se como pauta importante para o contexto das instituições religiosas (ARANHA, 2000; BRASIL, 2010; FEITLER, 2007, p. 215; PATTO, 2000, p. 14). Essas instituições religiosas, no Brasil, estão inseridas em sua maioria no contexto do cristianismo (KNIGHT, 1983; KONINGS, 2014, p. 244).

Existem muitas e variadas conceituações de cristianismo, porém não é objeto desta pesquisa o estudo de tais ramificações e seus significados. Contudo, significativamente os cristianismos, em suas diversas manifestações, apresentam em seu discurso um enunciado contra a marginalização.

Neste estudo, as abordagens que fundamentam a marginalização da pessoa com deficiência nas narrativas do cristianismo apontam que a discussão da temática é questão emergente. A religião cristã e suas representações nos discursos e nas práticas denotam as análises da marginalização. Narrativas bíblicas e fatos históricos consubstanciam as orientações teológicas e as interpretações do contexto da marginalização da pessoa com deficiência.

---

[2] Para Konings (2014, p. 244), "[...] o cristianismo é uma estrutura religiosa e sociocultural, nascida da atividade, discursos e práticas em torno de Jesus de Nazaré, considerado o messias por seus seguidores". Segundo Johan Konings, o cristianismo é uma estrutura religiosa e sociocultural nascida da atividade de Jesus de Nazaré, considerado Messias por seus seguidores.

[3] Para melhor entendimento da categoria conceitual de marginalização que se opta, neste estudo, ver Sawaia Bader, *As artimanhas da exclusão*, 2001.

Contextos religiosos interferem no discurso de controle das práticas culturais e sociais. O corpo e seus símbolos, bem como o modo de perceber a realidade, materializam as relações entre as pessoas e as significações da marginalização da pessoa com deficiência. Nessa conjuntura, os subsídios teóricos fundamentam a intencionalidade das perspectivas de inclusão e de marginalização da pessoa com deficiência no campo religioso.

As abordagens teóricas servem de norte para a exploração dos conceitos aplicados nos três capítulos deste livro, com indagações que serão discutidas ao longo do texto com base no objeto[4] desta pesquisa. Cabe ao quadro representativo da pesquisa a distribuição e organização dos capítulos, da seguinte forma: o primeiro capítulo compreende alguns esboços teóricos, que traduzem aproximações e distanciamentos da religião cristã e do *ethos* na sociedade. Aborda se a religião pode ou não contribuir para legitimar as concepções de marginação da pessoa com deficiência. Apresenta diferentes representações sociais sobre o corpo, sobre o corpo ideal e a deficiência e como elas produzem as revelações do campo simbólico religioso cristão. Entende-se que a marginalização da pessoa com deficiência encontra sustentação em mitos acerca do corpo e suas implicações simbólicas para o processo excludente das pessoas com deficiência.

O segundo capítulo investiga os elementos que se ligam à intencionalidade das concepções da religião e da marginalização da pessoa com deficiência. Informa que fatos históricos aparecem como contribuintes da legitimação da marginalização da pessoa com deficiência no contexto cristão. Discute se as apropriações do discurso determinam narrativas de inclusão e de exclusão de pessoas com deficiência.

O último capítulo observa a marginalização da pessoa com deficiência no contexto cristão, a partir do campo empírico. Apresenta discursos e práticas que fazem parte das compreensões sobre

[4] O objeto desta pesquisa é: distanciamentos e aproximações entre os discursos cristãos das igrejas e suas práticas, no que se refere à marginalização da pessoa com deficiência.

a inclusão e a exclusão. Para tal, foram feitas visitas aos *lócus* religiosos, de agosto a dezembro de 2017, nesta ordem: Católica, Metodista, Quadrangular, Cristã do Brasil, Presbiteriana, Assembleia de Deus - Madureira, Assembleia de Deus - Missão, Universal, Adventista, Associação Espírita Francisco Cândido Xavier[5], Igreja Vale do Amanhecer e Mundial do Poder de Deus.

Com a pesquisa de campo de observação não participante é possível apresentar como os discursos se manifestam na prática. Apresenta a análise de como o discurso religioso sobre a deficiência se torna mais apreensivo ao ser relacionado com a prática da marginalização nas referidas instituições religiosas.

[5] As instituições religiosas Vale do Amanhecer e Associação Espírita Francisco Cândido Xavier estão no rol do campo empírico para fazer parte do estudo, que aponta a religião cristã como legitimadora da marginalização da pessoa com deficiência. Há corrente que defende a doutrina espírita como um "espectro neocristão" outra que não afirma isso, mas o que se coloca aqui é a compreensão de diferentes religiões que legitimam a exclusão, seja cristã ou não, embora a pesquisa tenha como enfoque o cristianismo. Para melhor compreensão verificar os seguintes autores: Brandão, 1998 e Bittencourt, 2003.

2

RELIGIÃO CRISTÃ E *ETHOS* DA SOCIEDADE: O CORPO E SUAS REPRESENTAÇÕES

Neste capítulo, apresentar-se-ão a compreensão da religião cristã e a manifestação do *ethos*[1] na sociedade no que se refere à pessoa com deficiência. As complexas relações entre as concepções de corpo ideal e de deficiência trazem implicações ao campo religioso. A percepção da pessoa com deficiência está embasada no Estatuto da Pessoa com Deficiência, advindo com a Lei 13.146, de 13 de julho de 2015:

> Art. 2º. Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015).

Há dados que classificam a deficiência, para compor o recenseamento demográfico e as categorias dessa população se encontram na referência da Organização Mundial de Saúde (OMS) e na Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde

[1] Aspectos morais (e estéticos) de uma determinada cultura, os elementos valorativos da cultura; o tom, o caráter, e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético e sua disposição; a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete (GEERTZ, 1989, p. 143).

(CIF)[2]. Considerar esses aspectos é importante para as políticas públicas e para pensar em ações e readequações de como perceber a pessoa com deficiência.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), com base nos dados de 2011, um bilhão de pessoas no mundo têm alguma deficiência. Destas, 800 milhões vivem nos países em desenvolvimento, sendo 200 milhões dos mais pobres com alguma deficiência. Cerca de 150 milhões estão na faixa etária abaixo de 18 anos. Nesse quadro geral, mulheres e meninas são consideradas mais vulneráveis a abusos, submetidas à marginalização e supressão de direitos.

No Brasil, o recenseamento demográfico de 2010 considerou que cerca de 24% da população apresenta alguma deficiência.[3] Conforme a deficiência, a mobilidade da pessoa passa por mais problemáticas pela falta de acessibilidade.

Compreender as percepções de deficiência passa pelos significados da classificação e das limitações da pessoa:

> [...] Brasil possui 45, 6 milhões de pessoas com alguma deficiência, o que representa 23, 91% da população nacional. Esse contingente da população brasileira foi, muitas vezes, relegado a um segundo plano nas políticas públicas e enfrenta desafios e preconceitos de toda ordem, desde impedimentos de acessibilidade a conquistas por realizar nas áreas da saúde, educação e inclusão sócio produtiva. (BRASIL, 2012, p. 4).

---

[2] "As deficiências são classificadas nas categorias apropriadas, utilizando-se critérios de identificação definidos (e.g. presente ou ausente de acordo com um valor limiar). Esses critérios são os mesmos para as funções e estruturas do corpo. Eles são: (a) perda ou ausência; (b) redução; (c) aumento ou excesso e (d) desvio. Uma vez que uma deficiência esteja presente, ela pode ser graduada em termos de gravidade utilizando-se o qualificador genérico da CIF" (BRASIL, 2012, p. 16).

[3] A prevalência da deficiência variou de acordo com a sua natureza. A deficiência visual apresentou a maior ocorrência, afetando 18, 6% da população brasileira. Em segundo lugar, está a deficiência motora, afetando 7%. A auditiva ocorre em 5, 1%, a mental ou intelectual, em 1, 40%.

O entendimento das relações sociais da pessoa com deficiência traz à tona certos questionamentos que fizeram enquadramentos dessa população ao longo da história. Os contextos históricos mostram que doenças e limitações têm sido meios de considerar os corpos humanos como enquadrados em uma deficiência.

A deficiência, como termo genérico, caracteriza-se pela incapacidade motora, sensorial e intelectual, diferindo-se em níveis (BRASIL, 2011). A deficiência pode ser temporária, definitiva, múltipla, pode acometer qualquer pessoa, do nascimento à morte, pode estar associada ou não à doença.

2.1 Marginalização da pessoa com deficiência: aproximações e afastamentos dos discursos

Neste item, tratar-se-á da construção que identifica a pessoa com deficiência dentro do contexto de classificar e interpretar a ideia representativa dos conceitos. A marginalização da deficiência no campo social passa pelo contexto religioso. Discursos e práticas cristãs estão relacionados ao processo de marginalização, embora com aproximações e afastamentos dos sentidos no que se refere ao tema.

As diversas áreas do conhecimento, como Ciências da Religião, Antropologia, Filosofia, Psicologia, Medicina, entre outras, apresentam aportes sobre os significados dos espaços discursivos sociais e religiosos. Por serem dinâmicos, os sentidos dos discursos ora se aproximam, ora se afastam entre si, dependendo da situação e dos objetivos. Por esse motivo, a proposta de inclusão pode ser mal interpretada, na maioria das vezes, vista como uma forma de busca de libertação, libertar-se da deficiência, compreendida como castigo, o empecilho para viver bem (GOFFMAN, 1988).

As concepções de aproximação de discurso inclusivo nas igrejas cristãs acontecem de forma a fortalecer as ideias preconcebidas acerca da deficiência, como pode ser verificado no quadro que compõe a pesquisa de campo, com as denominações Católica, Metodista, Quadrangular, Cristã do Brasil, Presbiteriana, Assem-

bleia de Deus - Madureira, Assembleia de Deus - Missão, Universal, Adventista, Associação Espírita Francisco Cândido Xavier, Vale do Amanhecer e Mundial do Poder de Deus.

Para esta abordagem, a análise parte dos descritores apresentados nos *sites* dessas denominações, que evidenciam poucas relações de aproximações com a proposta de inclusão na maioria das igrejas verificadas.

Os documentos acessíveis nos *sites* das igrejas visitadas, que falam sobre o tema da marginalização das pessoas com deficiência ou inclusão delas, foram localizados, após as buscas por descritores da temática. Para elaborar o gráfico, foi tecida uma comparação entre os discursos das instituições religiosas observadas, no que tange à deficiência, e as adequações necessárias ao ambiente físico (rampas de acesso, sinalizações, Braile, Libra, etc.), que possibilitariam o acesso e a participação efetiva das pessoas com deficiência ao interior dos espaços religiosos.

Nos casos em que os distanciamentos são os destaques, não se percebeu nenhum sinal de adequação da arquitetura às necessidades das pessoas com deficiência. Em alguns casos, houve a presença de pequenas alterações e, em outros, detectou-se a presença de adequações mais expressas nas instalações arquitetônicas.

A percepção é de que as denominações apresentam seus discursos sobre a pessoa com deficiência. A maioria não se reconhece legitimadora da marginalização da pessoa com deficiência, mesmo sabendo que pouco se discute sobre a temática. A igreja Católica e a Igreja Metodista aparecem como as que mais fizeram desconstruções de discursos e práticas para reconhecerem sua atuação no processo de marginalização.

Nessa conjuntura, as aproximações e os distanciamentos discursivos cristãos se estabelecem nos fundamentos da religião. Essa apresenta sua proposta de ressignificações de como perceber a marginalização da pessoa com deficiência. As instituições religiosas da pesquisa esboçam em graus distintos a noção do quanto é desafiador o processo de inclusão das pessoas com deficiência. Há a prevalência da defesa ligada à caridade e ao assistencialismo.

Práticas e discursos cristãos da temática deficiência carregam e são carregados de complexidade e representações entendidas de maneiras singulares, apesar de certas aproximações. A compreensão da marginalização da pessoa com deficiência passa pelas relações no campo das religiões cristãs, sob quais direções e proporções seus discursos são difundidos na sociedade.

As construções sociais são também históricas, nas quais a religião articula sistemas de representações que exercem influências sobre as pessoas e os grupos. Dessas influências, a religião apresenta-se como espaço de diversidade que se modifica em épocas distintas. Surgem as diferentes dinâmicas dos discursos e práticas para viabilizar a propagação das crenças. Essas são variáveis tendo ou não ligação direta no processo de marginalização das pessoas com deficiência.

As representações sociais e religiosas formam os sistemas simbólicos na sociedade. A marginalização da pessoa com deficiência, de certa forma, acaba por estar atestada na cultura excludente, conforme a "visão de mundo" das pessoas que representam e geram representações na sociedade (GEERTZ, 1989). Os espaços discursivos das religiões criam o universo de inclusão ou exclusão, pelo olhar voltado para o outro, nesse caso, o marginalizado.

Geertz (1989, p. 93) afirma que na religião está presente o *ethos* do povo ou grupo. A partir dessa afirmação, entendemos que, no que se refere ao tema da deficiência, o *ethos* religioso materializa em cada sistema cristão a marginalização das pessoas com deficiência, apesar de haver discursos e práticas religiosas inclusivas.

Os discursos e as práticas cristãs, no que tange à deficiência, podem ser entendidos a partir da percepção de que, dentre as várias concepções de corpo presentes nas mais diversas áreas das ciências sociais e humanas, ele é apresentado como uma inesgotável fonte de símbolos, que é ao mesmo tempo o primeiro e mais sensível patrimônio de cada ser humano e um *locus* de produção e expressão de sentido (GOLDENBERG, 2002).

Entende-se que o corpo adquire um lugar novo na relação do ser humano com a religião nos últimos 30 anos do século XX.

O que importa não é tanto a salvação mas sim a felicidade aqui e agora. Questões de bem-estar têm sido um dos motivos da busca espiritual do ser humano na atualidade.

> (...) el cuerpo adquiere una importancia-creciente entre las preocupaciones de los creyentes desde hace unos treinta años. Ya no sólo hay que cultivar el ama, sino sentir en el cuerpo los beneficios de la vida espiritual. La felicidad en la tierra pasa por el desarrollo corporal, la experiencia, la emoción y el bienestar psicológico y físico. (LENOIR, 2005, p. 49).

A manutenção que legitima os discursos e as práticas religiosas sobre o corpo ocorre pela cultura, a começar pela ideia de que Deus é um ser masculino. As definições de poder estão nas concepções que produzem solidificações no campo religioso (ERICKSON, 1996). Por ser de cunho sacralizado, a maioria toma a ideia por legitimada, trazendo essa percepção para outros assuntos, como é o caso da marginalização da pessoa com deficiência. Para Giddens (1993, p. 42), o corpo é definidor de condutas e de normas, portador de valores, suporte e disseminador de signos, mensageiro de significados que provoca, simultaneamente, admiração e repulsa. Ele não é apenas o objeto sobre o qual age o poder disciplinar. Ele é, antes de tudo, "um portador visível da auto-identidade, estando cada vez mais integrado nas decisões individuais do estilo de vida".

Para Mauss o corpo deve ser entendido como uma realidade social e historicamente localizada e construída, mutável de época para época. Incidem sobre ele informações que variam de uma formação social a outra. Sendo assim, são diferentes as imagens que o definem, as normas, preconceitos, fantasias e desejos que o cercam, os discursos e utopias que sobre ele recaem e o densificam simbolicamente. O corpo é, portanto, "o instrumento primeiro e o mais natural objeto técnico do ser humano onde são inscritas as tradições de todo o sistema da sociedade" (MAUSS, 1974, p. 211). Ele "constitui um subsistema cultural, por meio do qual o indiví-

duo cria valores, coesão e interage com o mundo e com o outro" (CARVALHO, 2014, p. 7).

Dado que o corpo pode ser explorado nas mais diversas dimensões, pesquisá-lo é uma tarefa complexa. Além de ser o arcabouço físico do ser humano e marcar sua existência material, o corpo compreende as formas de se relacionar, de interagir, de refletir sobre e com o mundo (FERREIRA, 1999). Trata-se de uma construção, obviamente concreta, mas moldável, conforme os valores e a cultura provenientes da sociedade na qual está inserido. Cada cultura, cada sociedade inserida em um contexto histórico age sobre o corpo. Por isso compreender a história do corpo é caminhar na história da civilização (ROSÁRIO, 2006).

Inseridas no seio de suas culturas, as construções do pensamento são norteadas por saberes, discursos e práticas ligados às interpretações religiosas, cujas desconstruções são de difíceis ressignificações para o campo social. Com isso, percebe-se o quanto abordagens religiosas constituem o *ethos* da sociedade, que promovem legitimações com aporte das representações e símbolos da religião cristã.

2.2 Representações da religião com seus sistemas de símbolos

A trajetória marginal da história das pessoas com deficiência pode ser entendida a partir dos sistemas simbólicos, dos contextos de lutas, das relações religiosas do cristianismo, do ceticismo das capacidades das pessoas que as limitam ou as adequam a conceitos de deficiência (SILVA, 1986). Neste estudo, foca-se no contexto do cristianismo, como espaço em que se localizam as práticas e os discursos da pessoa com deficiência.

Emílio Figueira (2015) apresenta as relações e as discussões dos caminhos para a inclusão religiosa nos dias atuais, a partir dos contextos apresentados, abordando as relações da temática dentro do catolicismo e do protestantismo.

A história da marginalização repercute no consciente coletivo da religião e da sociedade. As contribuições dos pensadores

Marx, Durkheim e Weber são significativas para o entendimento sobre religião e a sociedade. Para explicar a sociedade começaram a estudar a religião, e assim compreendem as estruturas da sociedade.

Marx (1987) agrega a crítica da religião como alienação e ópio do povo, em uma concepção materialista da história ele aponta a revolução comunista com necessidade para transformação social. Durkheim (2000), a partir da análise do modelo totêmico, considerou a religião como eminentemente social, e que todas as representações religiosas seriam decorrentes das relações coletivas.

Weber (1967), em sua análise comparada, estudou as formas mentais e as decorrências que a religião imprimia na sociedade. A racionalização, a secularização e o individualismo, seriam traços dominantes da nossa civilização e da modernidade, que não comporta "soluções", cabendo ao homem conviver com os "paradoxos".

Pelas constatações apresentadas dos autores clássicos e contemporâneos, o significado que a religião assume na sociedade traz em suas manifestações as formas de cultura e o discurso da marginalização. A partir das práticas religiosas, dos discursos sobre a pessoa com deficiência, percebe-se mais um pseudoprocesso de discurso de inclusão do que o contrário.

Há tentativas sociais de apresentar formas de inclusão, como se vê com as políticas públicas das cotas e da inclusão do deficiente em sistemas de concursos públicos. Entretanto, as relações humanas de exclusão ainda estão presentes nas dinâmicas sociais que passam por religiões. O fenômeno da religião na sociedade está carregado de complexidade, sendo definida, conforme Geertz (1989, p. 67), como:

> [...] (1) um sistema de símbolos que atua para (2) estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da (3) formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e (4) vestindo essas concepções com tal aura de fatualidade que (5) as disposições e motivações parecem singularmente realistas.

Verifica-se a influência da religião na sociedade, que revela seus significados e se justifica nas tratativas da vida humana. A representação religiosa estabelece disposições, motivações e conceitos na memória das pessoas. Passa a compor o estilo de vida e a influenciar os pensamentos, as narrativas e as práticas sociais (MAURICE, 2003).

As religiões cristãs têm condições de estabelecer características comuns, em especial, as de legitimar a ordem social. Mesmo com a multiplicidade das correntes cristãs, de denominações e ramificações, o ato de trabalhar o simbólico é bastante representativo na sociedade. A estrutura da religião contribui para funções sociais que permitem as pessoas justificarem e darem sentido à existência, além da vida após a morte (BOURDIEU, 2007).

Considerando a história da humanidade e a forma como os seres humanos foram se percebendo como seres corporais, a busca pela religião e pelo desenvolvimento espiritual sempre esteve presente. Ou seja, há uma relação estreita entre as concepções de corpo e a história da vivência religiosa dos indivíduos e da sociedade. A história humana é uma história de busca de sentido para o que ela vivencia durante sua existência.

Um dos aspectos que mais têm ocupado o ser humano em sua busca de sentidos é sua experiência corporal. Que corpo é este? Por que ele é assim? Por quanto tempo permanecerei nele? Por que este corpo está aqui e agora? Por que precisa compartilhar seu aqui e agora com outros corpos tão iguais e tão estranhos ao mesmo tempo? O que acontecerá com este corpo daqui a pouco? De onde veio este corpo? Para onde vai? Quando vai? O que acontecerá, ou como será essa ida? Esta busca pode ser percorrida por diferentes caminhos e um deles tem sido privilegiado: a religião, ou as religiões. Mas, o que é religião?

Afirma Oliveira (2015) que os estudos antropológicos apontam que em todas as culturas há uma linha imaginária, a qual pode ser indefinida e irregular ou explícita e constante e separa o humano do sobrenatural, e que as pessoas estão sempre em busca da compreensão da relação entre estes dois níveis. Esta busca de com-

preensão do sobrenatural está vinculada ao objetivo de amenizar as mazelas vividas no cotidiano e auxiliar o indivíduo a ter mais confiança na obtenção das suas necessidades, sejam materiais ou emocionais.

A religião pode ser estudada a partir da fenomenologia, percebida como o fenômeno em si, com uma estrutura, um sistema simbólico próprio. E também através da observação do funcionamento da sociedade a partir de uma visão mais sociológica, incluindo as dimensões políticas, institucionais e interações cotidianas, como legitimadora da ordem (LEMOS, 2017). A busca de sentido para a existência e da experiência sagrada acompanha a humanidade ao longo da história. E essa busca foi se dando através de experiências religiosas.

A religião alimenta no ser humano a esperança de conseguir concretizar a satisfação de suas necessidades, fornecendo os elementos que garantem a nomia social[4]. Como observou Berger (1985), o indivíduo necessita de uma nomia para se encaixar na cosmogonia[5], e a religião tem o papel de legitimar isso. Quando a sociedade não está bem ou está em busca de algo, a religião torna a realidade compreensível, porque a sacraliza, dando sentido aos acontecimentos. E esse sentido varia conforme a tradição religiosa. O homem, a partir da religião, cria inclusive sustentação interior para enfrentar a crise do sofrimento e da morte.

Para Berger (1985, p. 48-49), "[...] a religião desempenhou uma parte estratégica no empreendimento humano da construção do mundo [...] a religião supõe que a ordem humana é projetada na totalidade do ser". Ou, então, "a religião é a ousada tentativa de conceber o Universo inteiro como humanamente significativo".

---

[4] Sensação de ordem, de que as coisas estão onde e como deveriam estar naquele momento. De que tudo está certo e organizado e, portanto, não há com que se preocupar.

[5] Compreensão de que tudo o que existe (o cosmos) está em sua sequência de tempo e espaço corretos. Que tudo o que ocorre faz parte de uma organização maior e é regido por um projeto maior, e, portanto, aquilo que estiver acontecendo, embora aparentemente incompreensível, faz sentido, se olhado em tal contexto e perspectiva mais amplos.

Considerando tal importância da religião, veremos o que alguns autores definem como sendo o homem religioso, e a necessidade de cosmificação e sacralização do mundo (BERGER, 1985; OTTO, 1985; ELIADE, 2018).

Para Eliade (2018) o homem religioso é aquele que busca o Sagrado. Percebe o mundo de forma dual representado pelo Sagrado e Profano, sendo o tempo e espaço também experienciados desta forma. Essa percepção de Eliade é importante quando vamos compreender a relação entre as concepções de corpo e de religião, pois, como veremos mais adiante, uma das formas como o corpo é percebido por algumas tradições religiosas é que o corpo é profano e, portanto, pode ser sacrificado, em favor da alma, esta sim sagrada e, portanto, deve ser preservada.

O Sagrado, para Eliade (2018), seria uma realidade que nos tira das mazelas cotidianas e fornece sentido à existência do homem religioso. Viver e reviver o tempo sagrado possibilita o encontro com sabedorias ancestrais e contato com o sobrenatural e divino. No espaço sagrado (ELIADE, 2018) há uma força, uma aura especial significativa para o homem religioso, que o afasta do caos e da sensação amorfa e vazia que caracteriza o espaço profano, que o ameaça. A partir desta visão que há a fundação ontológica do mundo, onde o ser se faz presente, com sentido.

A manifestação do sagrado, hierofania, ocorre no Espaço Sagrado (ELIADE, 2018) e a partir desta manifestação em determinados objetos estes continuam sendo eles mesmos, porém com um novo significado. Assim é delimitado um ponto no espaço como sendo o Centro do mundo. É o lugar de comunicação com os entes sagrados, com o alto, ou com o céu. Neste espaço o homem religioso escolhe habitar, aí ele se comunica e aí ele percebe os ataques dos seres do mal e se protege do profano.

O Sagrado faz parte, integra o momento ético e racional das tradições religiosas, e dos processos de autoconhecimento, porém há um momento em que a característica racionalizada do sagrado se dissolve em uma sensação inexplicável racionalmente. Otto (1985, p. 39) denomina este momento de "o numinoso", onde ex-

plica que "somente se pode levar o ouvinte a entendê-lo conduzindo-o mediante exposição àquele ponto da sua própria psique onde então ela surgirá e se tornará consciente".

Para Otto (2007, p. 7), o sagrado apresenta-se, em um primeiro momento, em seu aspecto não racional, como "numinoso". Seria essa a característica essencial e exclusiva da religião (OTTO, 2007, p. 12). Para o autor o numinoso não pode ser entendido, porque não pode ser explicado. Pode-se deduzir suas características a partir dos sentimentos despertados no crente, quando da experiência religiosa. Este ou estes sentimentos: a gratidão, a confiança, o amor, a segurança, a submissão, a resignação e a dependência, são na religião, ou melhor, na experiência religiosa, sempre mais intensos (OTTO, 2007, p. 13).

A partir do pensamento de Schleiermacher, Otto (2007, p. 98) destaca, sobre o sentimento de dependência, que "ter um Deus não significa nada mais que confiar nele de todo o coração". Para Otto (2007, p. 14) esse sentimento se explica no "sentimento de ser criatura", sentimento de que algo está fora de mim e longe do meu alcance, algo que se encontra na divindade (OTTO, 2007, p. 15), mas que ao mesmo tempo está em mim.

O sentimento experienciado por ocasião do contato com o sagrado é ambíguo: relaciona-se ao "medo", já que o que está fora de mim é maior do que eu, mas também relaciona-se ao "amor", já que me sinto atraído para esse que está fora de mim (OTTO, 2007, p. 15). O contato com o sagrado desperta, portanto, temor e tremor, por ser um *mysterium tremendum* ou o "mistério que faz tremer" (OTTO, 2007, p. 17), diante do qual o crente sente-se pó e cinza, emudece (OTTO, 2007, p. 29), deixa estupefatos e paralisados (OTTO, 2007, p. 36 e 70).

No entanto, não se trata apenas de medo, já que ele é *majestas*, trata-se também de reverência e reconhecimento de uma entidade infinitamente superior (OTTO, 2007, p. 43). O *tremendum* e o *majestas* implicam um terceiro elemento, o *orgé*, que é a energia que empurra o ser humano à vida religiosa, ao zelo, à santidade, ao amor pelo sagrado (OTTO, 2007, p. 26). Pode-se entender isso co-

mo o início da racionalização do divino, a transformação do sagrado/numinoso no sagrado/santidade – moral, ético e dogmatizado.

Para Otto (2007, p. 56), esse é o processo normal da evolução do numinoso dentro da religião: o desenvolvimento da consciência e obrigação moral diante daquele que é digno de receber tal reverência e amor. No cristianismo, o numinoso chega a um tal ponto de racionalização e evolução, que para Otto se estabelece como religião superior a todas as outras. "O mistério da necessidade da expiação não encontra, em nenhuma religião, expressão tão completa como no cristianismo" (OTTO, 2007, p. 59).

Entendemos que tanto em sua dimensão não racional (numinoso) quanto em seu processo de racionalização, culminando no cristianismo, tal como descrito por Otto, uma das formas de relação entre o crente e o sagrado foi sempre o sacrifício em suas mais diferentes formas. Enquanto Rudolf Otto busca a compreensão primária do Sagrado que manifesta através da categoria numinosa, Clifford Geertz (1989) busca esta compreensão a partir da observação da cultura. Este homem religioso faz parte de um contexto com símbolos e significados. Para o autor (1989, p. 66), a cultura é:

> Um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida.

Para Geertz (1989), a religião ajusta as ações humanas a uma ordem cósmica e no plano da experiência humana esta ordem é projetada. Os conceitos fundamentais descritos pelo autor e que são sintetizados pelos símbolos sagrados são *ethos* e a visão de mundo. Ao conhecer os símbolos que representam a cultura de um povo, pode-se verificar o modo de vida, os conceitos morais e estéticos, aproximar e compreender do que se trata. Os símbolos sagrados harmonizam o estilo de vida particular, *ethos*, e uma metafísica específica, visão de mundo.

Aqui novamente nos deparamos com a importância de compreendermos a forma como a religião e as concepções de corpo se entrelaçam. Para Geertz, a religião contém e expressa o *ethos* de uma determinada população. Compreendemos que os aspectos que compõem o *ethos*, conforme o autor apresenta, são os mesmos elementos que compõem as concepções de corpo. Portanto, se a religião contém e expressa o *ethos* de uma determinada população, ela também contém e expressa suas concepções de corpo, que são formadas pelos mesmos elementos que a religião. Esse aspecto é importante, por sinalizar para o motivo pelo qual as ideias e informações religiosas têm tanta incidência sobre as concepções de corpo.

Aproximando-se da perspectiva de Geertz, Oliveira (2015, p. 40) explicita que "a religião, como a arte, a economia e o parentesco, constitui um sistema simbólico, principal instrumento na formação do mundo cultural". É, por isso, uma expressão cultural manifestada através das pessoas por meio de símbolos e rituais, que as unem com os seus principais fins e valores e com as forças sobrenaturais. Não há uma fronteira fixa e imutável, nem princípios fixos e determinados para a religião. Ela forma um todo com a cultura.

Geertz (1989) faz uma ressalva de que nem todas as manifestações culturais são religiosas. Esta é uma distinção difícil de ser feita, pois as formas simbólicas e sociais podem apresentar múltiplos propósitos. O que Geertz (1989) enfatiza é que diante das apresentações socioculturais e religiosas as testemunhas do evento podem ter diferentes olhares. Para os que observam, estas celebrações podem ser vistas estética ou cientificamente, enquanto para os que creem, além de serem "modelo de", são "modelo para" a crença se manifestar.

Na atualidade quando se observa a religião cristã na modernidade e pós-modernidade, Mardones (1994) defende a importância do resgate dos símbolos e rituais como forma de a religião cristã novamente criar uma proximidade dos seus fiéis. Porém este resgate deve ser realizado a partir da compreensão do fenômeno social que ocorre na pós-modernidade.

Mardones (1994) explica que o tema central da pós-modernidade é que a sociedade feliz e mais humana que se buscava na modernidade não obteve êxito, ou melhor, fracassou. Neste cenário a religião cede lugar para a economia, o homem passa a ser consumidor e produto. A religião perde espaço como instituição geradora de sentido e surge uma cosmovisão pluralista.

Berger (2012) destaca que o pluralismo moderno acarreta um enorme relativismo do sistema de valores e da interpretação, gerando dificuldades para as pessoas encontrarem um caminho com sentido. Há o surgimento de uma nova onda que rejeita a instituição e de uma forma lenta pode ir constituindo um novo espaço religioso.

Mardones (2006) sugere uma necessidade do resgate do mistério, do silêncio, que gera indagações e criatividade. Na atual conjuntura é perceptível a busca pelos crentes de mestres que se aproximem deles a partir do relato de suas próprias experiências resgatando o mistério. O autor afirma que nos âmbitos individual e coletivo há uma busca à liberdade espiritual e percebe-se uma crescente ritualização e à sacralização do culto ao corpo como manifestação do Sagrado, lugar hierofânico. Para este autor não há religião sem rito, mito e corpo.

Tecer um paralelo entre a religião a partir de uma visão socioantropológica, verificar as diferentes manifestações do sagrado e o efeito deste nas pessoas e nas formas como estas percebem seus corpos, ou melhor, percebem a si mesmas como seres corpóreos? E como a pessoa com deficiência pode ser percebida em tal contexto?

As situações humanas de dificuldades e deficiência entram no leque dessas justificativas religiosas, porque, em muitas culturas, carecem de significados por si mesmas. Nesse entendimento do quanto a religião fornece sentido e significado para a vida humana, os discursos bíblicos da inclusão são parte da história antes e depois de Cristo (KONINGS, 2014). Os processos de inclusões têm seu marco ligado à piedade e caridade na contemporaneidade, a partir de Jesus.

A religião sempre se ocupou em dar respostas às questões sobre a deficiência e os sofrimentos aos quais estariam submetidas essas pessoas. A denúncia das diversas marginalizações fez parte de seus ensinamentos, mas a marginalização da pessoa com deficiência e a religião têm sido marcadas por argumentos distintos, em contextos diferentes (FIGUEIRA, 2015; SILVA, 1986).

De um modo, Jesus discursou e mostrou práticas de enfrentamento das marginalizações em detrimento dos poderosos (KNIGHT, 1983). De outro modo, o que ocorre para a marginalização da pessoa com deficiência no cristianismo se dá pelas interpretações bíblicas e pelos símbolos da pregação de Cristo trazidos para a atualidade. Assim, a religião cristã é uma ação articulada de narrativas, cujas contextualizações se modificam conforme a sociedade.

As concepções das religiões são vastas na cultura e nos costumes de cada povo. Muitas vezes, a palavra religião se identifica com o termo cultura, o que significa que, ao estudar a religião, compreende-se a cultura de uma população (AGNOLIN, 2013; MAURICE, 2003). Nessa perspectiva, as constituições de elementos diversos e distintos podem contribuir com as sedimentações acerca da marginalização da pessoa com deficiência. Na tentativa de dar sentido a qualquer questão, legitima a marginalização dessa população, ao interpretar a situação como castigo ou sentidos semelhantes a isso.

A falta de informações a respeito da condição que produz cientificamente um estado de deficiência faz surgir lacunas para explicar o fenômeno. Isso leva as religiões a tentar explicar o fato. Desse modo, a religião legitima a marginalização da pessoa com deficiência, em torno de um discurso de castigo, doença, caridade e pecado, mas também abre um possível caminho para a inclusão.

A partir da informação e do rompimento do preconceito, torna-se um grande desafio para que as denominações cristãs ampliem seus discursos e suas práticas inclusivas a favor dos que precisam (FIGUEIRA, 2015). As práticas religiosas se mantêm e se modificam com as interpretações e à luz de novas informações. Pelos símbolos da religião, as pessoas assumem ações no seu cotidiano:

> É para fornecer o sentido necessário a tais experiências que a religião, ainda que mediante conteúdos e intensidades diferentes em diversas formas, constitui um dos organizadores e reguladores e, com frequência, um dos mais importantes, da vida cotidiana. (LEMOS, 2016, p. 11).

A religião contribui para que as pessoas organizem suas ações e seus pensamentos, aderindo à forma de interpretar o sistema simbólico e condicionante das condutas culturais. Dessa forma, explica os sentidos da vida, as desigualdades sociais, o sofrimento humano, a condição da deficiência. A pessoa com deficiência tende a ficar justificada pelas teodiceias e sociodiceias antigas e contemporâneas, revelando grandes desafios para o processo de superação do quadro de marginalização.

Para Berger (1985, p. 55), a religião legitima seu discurso, ao explicar as mazelas do cosmo. Seja na ordenação, seja nas dúvidas e crises humanas, a religião justifica os sentidos e os significados da realidade:

> A religião serve, assim, para manter a realidade daquele mundo socialmente construído no qual os homens existem nas suas vidas cotidianas. Seu poder legitimamente tem, contudo, outras importantes dimensões, a integração em um *nomos* compreensivo precisamente daquelas situações marginais em que a realidade da vida cotidiana é posta em dúvida.

Pela compreensão retro, há a exteriorização da construção dos significados das relações construídas e sedimentadas nos discursos cristãos. A representação do cristianismo ocupada de um paradoxo, por um lado, prega "inclusão" ou "pseudoinclusão"; por outro, revela, sobretudo, a falta de desconstrução de sentido baseada nas potencialidades das pessoas e na efetivação de seus direitos[6].

[6] Entre esses direitos estão os seguintes: Declaração de Salamanca, Declaração de Quito, Declaração de Madrid. Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Além disso, apregoa a proposta inclusiva em torno de aspectos de caridade e assistencialismo. Dessa forma, ainda que com discurso de inclusão, aparenta continuar a legitimar muitas perspectivas de marginalização quanto à pessoa com deficiência, em especial por essa ligação de caridade, piedade e assistência (CORRÊA, 2009; ARANHA, 2001). A inclusão trata de uma perspectiva de menos caridade e piedade e mais ampliação de reconhecimento de direitos e um olhar menos preconceituoso e indiferente.

Os significados da vida sedimentados pela religião processam os estados de "anomia e nomia", vivenciados pelos indivíduos. As pessoas estabelecem o que é sagrado e profano, certo ou errado, normal ou anormal, sendo pontos que contribuem fortemente para solidificar as legitimações religiosas (BERGER, 1985). O que se pode chamar de processo de inclusão das pessoas com deficiência está ligado ao rompimento de barreiras que contribuem para reconhecer a cultura excludente, para buscar mais informação, deixar os preconceitos e as indiferenças.

Percebe-se, no contexto do sistema simbólico, a construção que inculca preconceitos e naturaliza certas condições, isso se faz pelo reforço nas sociodiceias.

Um sistema simbólico também se caracteriza como instrumento de integração social, sendo meio eficaz de contribuir com a inclusão (BOURDIEU, 2007). Entretanto, a tímida iniciativa de discussões sobre as pessoas com deficiência nos cenários religiosos mostra o pouco envolvimento contra o problema da marginalização. Os símbolos religiosos aparecem nas ideias do que é deficiência, como se verá no item a seguir.

2.3 Concepções de corpo e deficiência

As abordagens de corpo e de deficiência no cenário social têm certas relações com o campo religioso cristão. As deficiências apresentam sua trajetória marginal legitimada pela sociedade concomitantemente pelas religiões cristãs. O conceito de pessoa é algo

culturalmente construído para se ligar ao corpo com ou sem deficiência (CORBIN, 2008).

Para a sociedade grega, antes do cristianismo, pessoa era representação da linguagem teatral *persona*, verbo que significava as máscaras na função de ocupar espaço. Esse conceito simbolizava as representações de papéis representativos no palco. Nesse caso, aquele que por algum modo não consegue ter papéis está invisibilizado como pessoa (ALMEIDA, 2017).

No mito da criação (Gn 1:26-27), "Façamos o homem à nossa imagem e semelhança", a reflexão de pessoa é de complexidade em torno das dimensões corpo e alma, ambos não separados, seriam intrínsecos (AGOSTINHO, 1994). Após o cristianismo, pessoa foi dotada de preceito metafísico, considerado por Santo Tomás de Aquino como substância individual e natureza racional (PIRATELI, 2008). Esse conceito influenciou mosteiros, igrejas e universidades. O entendimento produziu sentidos de mudar narrativas submetidas a sociedades.

No contexto da Idade Média, pessoa é termo que se revela na natureza racional, pois pela racionalidade caracteriza-se a pessoa. Na modernidade, os aspectos teológicos sofreram influências: pessoa deixa de ser o eixo central e *persona* tem crescente ascensão da técnica instrumental, ampliam-se as questões em torno dos deveres e dos direitos.

Nessa percepção, Mounier (1950) denuncia que a impossibilidade de o indivíduo alcançar a condição de pessoa configura uma crise de valores baseados no individualismo e no consumismo, havendo a necessidade de que a pessoa tenha a sua valorização em si. A igreja pode ter um comprometimento com os referenciais de pessoa para o "humanismo integral". Mas seria possível esse humanismo concretizar-se nas bases do cristianismo, mesmo com constituições bastante ligadas ao incentivo do "espírito capitalista"? (WEBER, 1967).

A percepção de conceitos e sentidos se esvazia, desgasta-se e é reelaborada para as representações dos papéis sociais. Os conceitos de pessoa, corpo e deficiência constituem-se de acordo

com o tempo e o espaço, gerando sentidos distintos (FOUCAULT, 2006).

A visão de pessoa com deficiência é construída de formas distintas nos campos social e religioso, modificando-se em diferentes contextos históricos, sociais e políticos, por intencionalidades diversas. Essas relações trouxeram implicações quanto à forma de perceber a pessoa com deficiência, em especial antecipando-se na forma imaginária.

Para Malu Fontes (2006), a sociedade contemporânea está marcada pela imagem cosmetizada e fetichizada do corpo. O projeto de um corpo perfeito traz o modelo cultural de corpos. Os que não conseguem o padrão corpóreo ficam à margem do contexto, sendo enquadrados como imperfeitos ou deficientes. Essa realidade faz-nos lançar a pergunta: como o corpo foi sendo percebido ao longo da história?

No período clássico da Grécia Antiga, alguns pensadores, como Platão (427-347 a.C.), viam o corpo como um acessório ou até mesmo uma morada da alma, em uma concepção fragmentada (DUMONT; PRETO, 2005).

O corpo seria o túmulo da alma, uma humanidade que está encarnada e distante do céu. O corpo representaria o mundo real, sendo considerado inferior e limitado, em contraposição à alma, tida como perfeita, eterna e imutável, embasando os princípios da teologia cristã. Nessa época, portanto, tudo o que se relacionava ao âmbito das ideias era considerado nobre e, deste modo, se restringia aos indivíduos considerados mais prestigiosos dentro das sociedades, ao passo que os trabalhos braçais eram cumpridos por pessoas das classes ditas inferiores (DUMONT; PRETO, 2005). "Para Platão, era evidente que a razão devia comandar o corpo e as funções irracionais ou sensíveis da alma" (GROSZ, 1994, p. 52).

Era notória uma relação entre dominador e dominado, com o objetivo de gerar harmonia entre o Estado, a família e o indivíduo tendo aí uma das primeiras representações do corpo político (GROSZ, 1994).

Na Grécia Antiga, como o corpo era encarado de forma séria, acreditava-se ser importante que fosse bonito e saudável para que o indivíduo tivesse uma mente equilibrada e brilhante.

A imagem que se tem do corpo grego revela todo um aprimoramento, uma referência estética que ainda é válida até hoje. O corpo deveria ser treinado, bem cuidado, reverenciado, sendo considerado algo que era idealizado e criado (pois não dependia meramente da natureza) na chamada civilização da vergonha por certos helenistas, em oposição à civilização judaico-cristã da culpa (DODDS, 1988).

Assim, a imagem idealizada corresponderia ao conceito de cidadão, que deveria tentar realizá-la, modelando e produzindo o seu corpo tanto a partir de exercícios quanto de meditações. Os gregos certamente não dissociavam o corpo do prazer. O corpo era visto como elemento de glorificação e de interesse do Estado. A cada idade, o ser humano tinha a sua beleza peculiar. Nessa concepção, tanto o físico quanto o intelecto eram igualmente relevantes na busca pela perfeição (BARBOSA; MATOS; COSTA, 2011).

Entretanto, as leis da cidade aplicavam normas diferentes aos corpos masculinos e femininos, assim como o direto aos prazeres (bebida, comida, sexo) era permitido somente aos cidadãos, excluindo os escravos e mulheres (ROSÁRIO, 2006).

Aos homens era permitido que andassem nus nos ginásios e com vestes soltas na cidade, por serem considerados capazes de absorver calor e manter o equilíbrio térmico, dispensando o uso da proteção das roupas. Em contrapartida, aos corpos femininos era facultado o uso de roupas leves em casa, considerando-se que estas seriam suficientes, enquanto para a sua saída às ruas impunha-se que seus corpos fossem totalmente cobertos (TUCHERMAN, 2012).

Os corpos gregos eram apreciados para exposição e para o combate. As competições eram provas exigidas pelos deuses, além de propiciar aos vencedores um status social privilegiado.

No início do séc. III a.C. as esculturas corporais apresentavam uma preocupação com a mobilidade corporal. As representações artísticas apresentavam contrastes e uma maior dramaticida-

de. Havia representações do nu e vestido, vida e morte, debilidade e força física.

No momento em que o Império Romano dominou a política, se impôs a construção do pensamento filosófico romano e por consequência as acepções corporais instituídas por ele foram alteradas. Embora tenha sido atribuído ao culto do corpo um valor pagão, sendo até mesmo abolidas as olimpíadas no século IV pelo imperador Teodósio, a arte romana manteve-se orientada pela expressão do ideal de beleza grego-helenística (GOMBRICH, 1999).

Ao pesquisar a relação dos gregos com seu corpo compreende-se o funcionamento social, filosófico e político da sociedade. Segundo Foucault (*apud* BARBOSA; MATOS; COSTA, 2011), nos séculos I e II, os filósofos enfatizavam a necessidade de os indivíduos terem cuidado consigo mesmos, pois desta forma alcançariam uma vida plena. Eles deveriam cuidar tanto do corpo como da alma. Para isso, esses sábios recomendavam leitura, meditações, regimes rigorosos de atividade física e dietas. O autor ressalvou, ainda, que esse cuidar de si provocou nos mundos helenístico e romano um individualismo de tal sorte que as pessoas valorizavam as regras de condutas pessoais e voltavam-se para os próprios interesses, tornando-se menos dependentes umas das outras e mais subordinadas a si mesmas. Instaurava-se, assim, o que Foucault chamou de cultura de si.

O corpo, no período do Renascimento, passa a ser um corpo científico, serve de estudos para a ciência. É retratado de forma anatômica nas obras de artes como nas pinturas de Michelangelo e Da Vinci.

Surge no século XVII uma nova forma de conhecimento. Há uma influência da antiguidade clássica da concepção dualista corpo-alma que ressurge com Descartes. O pensamento iluminista atribui ao corpo um plano inferior, a razão se sobrepõe (PELEGRINE, 2006).

Há uma fragmentação do saber e dos seres, viabiliza-se o método analítico, muda-se a relação do pensamento com a cultura, há uma ancoragem em oposições: letrado x analfabeto, socieda-

de x indivíduo, dominante x dominado, natural x sobrenatural... (BARBOSA; COSTA, 2011; PELEGRIN, 2006).

A partir do século XVIII, com o advento do capitalismo, verifica-se uma nova mudança na percepção do corpo, que se torna meio de produção. Trata-se de um corpo reprimível, manipulado e explorado para acúmulo de capital. O movimento corporal ocorre a partir de uma disciplina que visa a uma boa produção rentável. Este corpo precisa de ter saúde e adequar-se aos padrões de beleza para sustentar o consumo (ROSÁRIO, 2006).

Entretanto, com a Revolução Industrial até os dias atuais houve um aumento na expectativa de vida, uma facilidade de interação através dos meios de transporte, recursos eletrônicos e tecnológicos facilitando a comunicação e o conhecimento. As pessoas começam a ter uma preocupação de serem mais ativas. Há necessidade de um corpo mais livre em oposição às normas e disciplinas oriundas do mecanicismo (PAIM; STREY, 2004).

Foucault (2018, p. 235) afirma que através do investimento no corpo pelo poder como as atividades físicas obstinadas e meticulosas que trazem à tona a força, saúde e a beleza há um movimento em que "como consequência direta de suas conquistas, emerge inevitavelmente a reivindicação de seu do corpo contra o poder, da saúde contra a economia, do prazer contra as normas morais da sexualidade, do casamento, do pudor".

Foucault (2018) usa o termo "a batalha continua", ao mesmo tempo que ao corpo é exigido movimentos que deem resultado ele se conscientiza da sua força e a reivindica.

Nota-se, porém, que com as mudanças da contemporaneidade a qualidade e quantidade de vivências corporais têm diminuído. Há uma nova forma tecnologizada de se encontrar. O corpo é reproduzido através da fotografia atingindo milhares de pessoas. Muda-se a forma de construir, retratar e contemplar o corpo.

Tucherman (2012, p. 54) afirma que:

> Chegando ao século XIX, temos uma sociedade anônima, uma vasta população de gente que não se conhece. O trabalho, o lazer, o convívio com a família são atividades sepa-

> radas, vividas em compartimentos a ela destinados. O homem procura proteger-se do olhar dos outros acreditando ter, para isto, dois recursos: o direito de escolher mais livremente (ou pensar que o faz) sua condição e seu estilo de vida e o recolhimento, junto à família, no refúgio de um espaço privado.

Tem se então um corpo que precisa lidar com a ausência de contatos, ao mesmo tempo que o espaço privado é partilhado. Em contato com a multidão os corpos se encolhem, sentem receio e então criam grupos que possam gerar segurança.

Pode-se entender este cuidado de si como uma prática em que o indivíduo volta para os seus próprios pensamentos, o que irá acarretar uma nova forma de tratar o outro gerando novas formas de reflexão. Possivelmente essa forma de autopercepção conduziu ou contribuiu no processo de construção de uma concepção de corpo para a estética.

No processo de construção de significados e sentidos conferidos ao corpo, na atualidade destaca-se a presença da dimensão estética como elemento central, na qual se apresentam, em uma relação de oposição entre a beleza e a feiura. Para Novaes, "a feiura é, atualmente, uma das mais presentes formas de exclusão social feminina, e como tal, uma importante forma de agenciamento de subjetividade" (NOVAES, 2003, p. 1), sendo a gordura uma das atribuições mais representativas de feiura.

Essas afirmações nos colocam um importante aspecto a ser considerado na análise das concepções de corpo: ao conceito de feiura está subjacente a concepção de gênero; se a feia é a gorda, o belo é o magro. Esta forma de representação do corpo pode ser percebida quando vamos analisar a crescente busca por cirurgias plásticas na atualidade.

No Brasil a cada minuto é realizada uma operação plástica, 1.700 por dia, um total anual de 645 mil, que só nos deixa atrás dos Estados Unidos, com 1, 5 milhão de cirurgias. Das intervenções nacionais, 65% são cosméticas e as mulheres são as maiores clientes: 82% (HAAG, 2011, p. 1).

Apesar dos avanços da medicina moderna, as cirurgias plásticas representam ainda muita dor física, além do risco à saúde. Sendo assim, por que tantas pessoas, em sua maioria mulheres, recorrem a ela? Pode-se estabelecer alguma relação entre os sacrifícios infligidos ao corpo em vista da estética corporal e os sacrifícios infligidos ao corpo em função da preservação da alma?

Na sequência da tradição grega, uma outra tradição se destaca no processo de criação e de manutenção de uma determinada percepção corporal. Trata-se da tradição judaico-cristã. Vejamos, então, como a espiritualidade, trazendo em si tais marcas, compreende e incide sobre as concepções de corpo na atualidade. Para tal, consideramos o pensamento de Santo Agostinho como uma das significativas referências do pensamento cristão, uma vez que suas ideias ainda permanecem submersas em diferentes posicionamentos de diferentes expressões da referida tradição, no que se refere ao lugar do corpo e da espiritualidade.

Faz-se necessário entender as concepções de corpo que prevaleciam durante a Idade Média, porquanto muitos dos comportamentos ainda hoje existentes, como esconder o corpo, foram concebidos naquela época, inclusive nossas atitudes, tais como, a vergonha em relação ao corpo (LE GOFF; TRUONG, 2006). Uma vez mais o corpo serviu como instrumento de consolidação das relações sociais. Como prevalecia nesse momento a função agrária era imprescindível ter boas condições físicas para trabalhar na terra e assim tem uma função social. Havia a rigidez das castas que impossibilitava a ascensão social. A presença marcante da força das instituições religiosas, principalmente a Igreja Católica, restringia as manifestações criativas e sustentava uma contenção corporal. A moral cristã restringia as práticas de culto ao corpo, o qual era pecaminoso, corrupto e empecilho para o desenvolvimento da alma (PELEGRINI, 2006).

Analisando o pensamento de Agostinho, Wachholz e Darius (2012) destacam que, para ele, o corpo é governado por uma substância distinta, denominada de alma, que é imortal. É ele o instrumento para a consecução das atividades materiais que decorrem

da alma, enquanto esta é substância dotada de razão, apta a reger o corpo.

Segundo Battista Mondin (1982), para Agostinho a alma é espiritual e tal espiritualidade é confirmada pelo que ela conhece de si mesma. Afirma o autor que, uma vez provada a espiritualidade, Agostinho passa a provar a imortalidade, retomando o argumento platônico da relação da alma com as ideias, reafirmando a definição do ser humano como uma alma que se vale de um corpo. No corpo, a alma tem funções ativas, e o corpo, passivas.

Sobre a relação entre a alma humana e o divino, destacam Wachholz e Darius (2012) que, para Agostinho, a alma não teria uma existência anterior a Deus, mas seria uma luz eterna de Deus que irradia e possibilita o conhecimento das verdades sublimes. Esta iluminação capacita o intelecto humano a pensar corretamente. É pela própria alma que se sobe até Deus. Por ela ultrapassa-se a força com que se prende ao corpo e com que se enche de vida o organismo.

Para os referidos autores (2012, p. 304), "nisso fica evidenciada a percepção antropológica dualística de Agostinho, em que o ser humano fica reduzido essencialmente à alma. E mais evidente ainda este dualismo fica na compreensão de Agostinho sobre a imortalidade da alma". Para eles, o dualismo neoplatônico de Agostinho levou ao perigo da valorização da alma em detrimento do corpo no cristianismo. O corpo seria algo como uma prisão da verdadeira humanidade da pessoa que estaria na alma.

Por outro lado, a coerção sobre o corpo, como o autoflagelo, as condenações pelo Tribunal do Santo Ofício, também conhecido como Inquisição, oficializado no século XIII pelo papa Gregório IX, com os castigos e as execuções públicas, foi uma marca da Idade Média (BARBOSA; MATOS; COSTA, 2011).

Dessa maneira, para os cristãos, a dor e o sofrimento tinham grande valor, pois, por intermédio destes, os fiéis conseguiriam sua salvação. O martírio, nesse contexto, se revelava como um privilégio de uma minoria composta de indivíduos eleitos. O flagelo da carne era tido como um caminho para o fortalecimento do espírito, ou seja, não seria possível a coexistência de um corpo forte

e sadio com um espírito também forte. Com o objetivo de fortalecer seu espírito e, assim, atingir elevação espiritual suficiente para uma aproximação com Deus, os cristãos submetiam seus corpos a situações insalubres (GÉLIS, 2008).

As pessoas nesse tempo não nasciam cristãs, adquiriam a fé cristã, e o corpo era o alvo de sacrifícios para obtenção deste caminho espiritual (TUCHERMAN, 2012).

Santo Agostinho (354-430 d.C.), que foi teólogo e bispo de Hipona, teve grande participação na formulação da doutrina sobre o pecado original, de acordo com a qual o corpo era considerado instrumento pecaminoso e caminho do mal. A partir disso, desenvolveu-se a noção de culpabilidade e angústia que embasou a vida monacal (DUMONT; PRETO, 2005).

O corpo, ao estar relacionado com o terreno, o material, seria a prisão da alma. Tornou-se culpado, perverso, necessitando ser dominado e purificado através da punição. Para o cristianismo, o corpo sempre teve uma característica de fé, dado que é crucificado, glorificado e comungado por todos os cristãos (DUMONT; PRETO, 2005).

Le Breton (2018) destaca que a tradição cristã assimila a dor como inevitável, estando atrelada ao pecado original, sendo uma oportunidade de participar dos sofrimentos de Cristo na cruz.

Nesse sentido, de acordo com Flandrin (1985, p. 135), há, "no centro da moral cristã, uma desconfiança muito aguda em relação aos prazeres carnais, porque eles mantêm o espírito prisioneiro do corpo, impedindo-o de se elevar na direção de Deus".

Tucherman (2012, p. 35) chama atenção para a experiência de "não lugar" e "não cidade", o corpo narrativo das histórias de Cristo é um corpo errante, "cuja promessa aos que o seguiam era a de um sentido divino nas jornadas que levavam a lugar nenhum.

A partir do pensamento de Agostinho, delineado acima, entende-se que uma das incidências dessa forma de espiritualidade nas concepções de corpo é a que direciona o corpo para o sacrifício, uma vez que o que importa mesmo é a manutenção da alma, esta sim, eterna.

O cristianismo prega a "irmandade em Cristo", propondo, no lugar de uma moral assimétrica e livre, uma moral que está em simetria e é mediada pela figura do próprio Cristo, filho de Deus. Este se tornou corpo e carne e morreu na cruz para salvar a humanidade.

Partindo-se do princípio de que todos são filhos de Deus, feitos à Sua imagem e semelhança, assim como ocorreu com Cristo, todos devem suportar o sofrimento como uma experiência comunitária do corpo. No entanto, a partir do mito de Adão e Eva, todos os homens já nascem pecadores.

Com base nessa premissa, o corpo pecaminoso necessita ser guiado por um pastor. E já que o corpo é a sede dos pecados da carne, o cristão deve investir no aprimoramento de sua alma (TUCHERMAN, 2012).

Este corpo pecaminoso que precisa ser guiado pelo pastor, responsável pelo conjunto do rebanho e por cada uma das ovelhas diante desta dupla e radical diferença de temporalidade, a saber o corpo-para-a-morte e o que ressuscitará, fará uma cisão, até então não cristalizada tão opostamente na experiência ocidental, entre o corpo e alma, e, por muitos séculos eles serão antagônicos devendo os cristãos, guiados por seus pastores, investir no aprimoramento da alma, já que o corpo é a sede dos pecados "da carne" (TUCHERMAN, 2012, p. 33).

Para Hubert e Mauss (2005, p. 15) a palavra sacrifício sugere a ideia de consagração, de um processo em que a pessoa passa do domínio comum ao domínio religioso, tornando-se sagrada: "é um ato religioso que, pela consagração de uma vítima, modifica o estado moral da pessoa que o realiza ou de certos objetos pelos quais ela se interessa". Trata-se de certos rituais praticados por indivíduos de um determinado grupo para iniciar ou manter o contato com deus, ou ainda, deuses dos quais têm necessidade.

Servem, portanto, para colocar em contato o mundo do sagrado com o mundo do profano. Para os autores Mauss e Hubert (2005, p. 101) "todo sacrifício ocorre sobre certas circunstâncias em vista de fins determinados", e é da diversidade destes fins buscados pelo fiel que nascem as várias modalidades de sacrifício.

A partir dessas ideias dos autores, neste momento, vamos nos ater sobre uma dessas modalidades: ao sacrifício de consagração, em que a coisa consagrada (no caso, o corpo) serve de intermediário entre o sacrificante e a divindade, a quem o sacrifício geralmente é dirigido (MAUSS; HUBERT, 2005, p. 28). Vamos ver, como exemplo, a forma de sacrifício prescrita na tradição cristã.

Na referida tradição religiosa, o corpo representa o habitat temporário da alma. "Todos os movimentos do corpo são perigos e promessas, advertências divinas e meios de santificação. Eles são uma linguagem em si, a ser lida e a fazer ler..." (PELLEGRIN, 2010, p. 133). Nessa forma de percepção compreende-se que, diante do jejum do corpo, o ser humano permite ser dominado para salvar sua existência e produz uma condição de dominação (PELLEGRIN, 2010, p. 149).

Visando entender a relação entre as concepções de corpo e de sacrifício no cristianismo, Gélis (2010) percebe que o Cristianismo é a única religião na qual Deus se manifesta na forma humana. Há uma imagem ambígua entre o corpo santo de Cristo e o corpo pecador dos humanos. O corpo, a partir da concepção herdada de Santo Agostinho, é apresentado como espaço das experiências religiosas, mas que deve ser menosprezado em função da alma. Para Gélis (2010, p. 22):

> Estudar a história das representações do corpo no universo religioso é tentar explicar a maneira como os homens e as mulheres dos séculos modernos viveram seu corpo em relação ao religioso e ao sagrado, entender os ritos, a simbólica do corpo, levando em conta ao mesmo tempo o ensinamento do magistério e o comportamento dos fiéis.

Sendo o corpo um organismo vivo, é o meio pelo qual o ser humano marca a sua presença pessoal no mundo. Assim como a vida dos indivíduos, o corpo está sempre submetido aos critérios do sagrado e do profano. Dentro deste contexto, faz-se uma articulação entre a busca pela sacralidade do corpo e o seu sacrifício em função da alma (ARAUJO, 2007, p. 12).

Na religião cristã, ser religioso é ter um corpo, mas ao mesmo tempo significa negá-lo, envergonhar-se dos prazeres que ele propõe. Nessa tradição religiosa o corpo é desprovido de seu espírito e o indivíduo deve, portanto, viver em uma eterna dicotomia "corpo-alma" e no conflito moral que a percepção dessas duas dimensões gera (MARÇAL, 2014).

No processo de construção da concepção de um corpo para o sacrifício, merece destaque a ênfase dada ao percurso doloroso do salvador e, todos os símbolos que o representam, cujo objetivo "era colocar em cheio aos olhos dos fiéis as imagens de uma devoção orientada para o culto do corpo sofredor" (GELIS, 2010, p. 28).

A base para tal propaganda do sacrifício corporal era a compreensão do corpo como obstáculo ao acesso a Deus e ao caminho para a possibilidade de alcançá-lo. Para Gélis, a vida de sacrifícios do corpo como meio de salvação deve ser comparada a uma morte em vida, pois o fiel castiga o corpo que o aprisiona para demonstrar o desprezo que cultiva por ele para assemelhar-se a Cristo e assim se aproximar ele. Em tal comportamento fica clara a importância da demonstração de domínio do espírito sobre a carne.

A igreja católica se apropriou do pensamento platônico na Idade Média e imprimiu nela suas marcas, ligando o corpo ao pecado, à tentação, estabelecendo uma relação direta entre corpo e sexualidade. A forma que o homem tinha para dominar o corpo era através das obrigações religiosas e sociais, podendo encontrar também espaços de purificação do corpo através de torturas, flagelos, autopunição e castração de desejos. A imagem do monge, que vivia afastado da cidade, trouxe a ideia de santificação pela castidade e pela renúncia (PINTO; JESUS, 2000).

Havia uma proibição pelo próprio Cristo de não manter laços, era um estímulo aos rompimentos das relações de carne, com o lugar e com os prazeres, um corte na ideia de corpo e próprio corpo.

Percebe-se, então, que a visão atual que temos do corpo como ocidentais herdou muito dos conceitos judaico-cristãos. Destarte, essa influência implica uma dualidade, pois ora o corpo de-

ve ser reprimido com a intenção de obter a salvação, ora se torna glorificado, tendo Deus um corpo de homem.

Todavia, esse conceito também foi se transformando ao longo da história, uma vez que as diferentes concepções que surgem são frutos de diversas epistemologias vigentes.

Essa forma de perceber o corpo consagrou o sacrifício, como exercício legal e sagrado, e encontra ecos nas mais diferentes dimensões da vida dos seres humanos. Como vai se articulando a essa ideia de corpo para o sacrifício em vista da salvação da alma a concepção de corpo deficiente?

As concepções de corpo e de deficiência apresentam variáveis[7], percebendo que antes de marcar a imagem do corpo e da deficiência, há uma pessoa, vivendo ou não no contexto de marginalização. O corpo e a deficiência têm de ser mais visíveis do que a pessoa de direito. Discursos taxativos podem aparecer: "ela é cega, mas é tão inteligente", "ele é cego, mas é como se não fosse", "ela não anda, mas sabe dirigir carro", "ele é deficiente, mas também é filho de Deus". Trata-se de exemplos que carregam e produzem exclusões simbólicas e reais das pessoas com deficiência. As significações discursivas de marginalização implicam invisibilizar a pessoa e a não considerar a pessoa em primeiro lugar, mas sim sua deficiência fica mais evidente nos aspectos culturais (AMARAL, 1995).

O entendimento cultural do conceito de pessoa acarreta consequências de marginalização da pessoa com deficiência. A pessoa com deficiência já povoou um imaginário de ser um espírito demoníaco, o que gera sentido e consequências para essas pessoas:

> Até o século XVI, crianças com deficiência intelectual grave eram consideradas como possuídas por seres demoníacos. Mesmo renomados intelectuais, até fora da Igreja católica, acreditavam que era o demônio que estava ali presente. Importantes figuras da Reforma protestante também a perfilharam, como Lutero, Melanchthone, notoriamente, Calvi-

[7] Consideram-se variáveis: pessoa com deficiência, marginalização da pessoa com deficiência, discursos e práticas cristãs em relação às pessoas com deficiência.

> no, que comandou pessoalmente a caça às bruxas em Genebra, no ano de 1545, da qual resultou a execução de 31 pessoas, o que é um total até reduzido à vista dos milhões ou do meio milhão de pessoas queimadas, na Europa, entre os séculos XIV e XVII, por acusação de intercâmbio com demônios ou forças do mal. (FIGUEIRA, 2015, p. 137).

A deficiência era alvo das mortes, pelo viés dos discursos que geravam práticas de atrocidades sem precedentes, baseadas em justificativas consideradas aceitas naquele momento. Muitas produções simbólicas produziram memórias marginais em relação à pessoa com deficiência, bastante ligada às questões que envolvem limitações e exclusões sociais. A incompreensão da deficiência é fato gerador do preconceito e da marginalização (JACOPO, 2007).

Os conceitos de pessoa e suas diversas definições de pessoa bastante complexas nos provocam a pensar sobre as relações de pessoa e comunidade. Pretende-se com a ideia de comunidade tratar da ética de um espaço favorável para mais informação, menos preconceito e indiferença quanto à forma de perceber as pessoas com deficiência.

Para Lemos (2012, p. 68), "o conceito de comunidade continua a desafiar uma definição precisa", e enfrenta o desafio de romper com o individualismo. Representa a partir da ampliação de conceitos de direitos humanos, de responsabilidades, e de demarcadores sociais (PIOVESAN, 2005; ASCENSÃO, 2008).

Há muitos corpos com deficiência, cabendo-lhes os direitos básicos. As marginalizações são as violações dos direitos humanos. Conforme IBGE (BRASIL, 2012), a estatística de pessoas com deficiência serve para as discussões sobre a marginalização dessa população. Uma trajetória que está bastante voltada às apreensões dos modelos médico e social da deficiência (NERI, 2003).

Os números expressivos da Organização Mundial de Saúde de pessoas com alguma deficiência provocam a análise dos corpos postos à margem ou em exibição do anormal na "[...] cultura de deformidade como negócio lucrativo" (CORBIN, 2008, p. 253).

A exposição de corpos com deficiência, pelo estranhamento, é motivo de divertimento, como é o caso de anões, pessoas corcundas, com deficiências múltiplas. O espetáculo incide na marginalização promotora de injustiças sociais. As pessoas com deficiência ao longo da história tiveram suas vidas marcadas por imaginários coletivos de exclusão legitimada.

De acordo com Corbin (2008, p. 256), o corpo diferente serve para dar "[...] suporte para espetáculos, como indústria moderna de diversão de massa". Tais exposições contribuem para reforçar a marginalização, explorando corpos, de forma a cometer violação de direitos. A forma como o corpo é percebido atrai múltiplos olhares e gera sentidos que compõem a marginalização. As concepções culturalmente legitimadas, a partir de um ideário de perfeição, influencia o discurso cristão e toda problemática das práticas contra as pessoas com deficiência.

A temática da deficiência e sua recepção na religião têm a ver com a concepção de corpo e normalidade como constituição social. O corpo desenvolve meios de expressões, fala, movimenta-se para estabelecer conexões de capacidade, conforme o que se espera dele. O corpo representa diversos significados, além das questões biológicas e sociais (GOFFMAN, 1988).

O corpo com limitação, como é o caso do corpo da pessoa com deficiência, estabelece diferentes reações na recepção simbólica dos indivíduos. Aquilo que não está dentro de padrões considerados normais tende a ser visto com estranhamento. Tem-se a exclusão que revela a marginalização, dentro do preconceito e da indiferença recorrentes nas práticas cristãs analisadas.

As visões diversas e complexas da pessoa com deficiência são importantes para as implicações dos discursos carregadas de sentidos e significações da sociedade (WEBER, 1991). Pelas representações sociais, percebe-se a construção cultural das pessoas e das instituições religiosas, que produzem discursos e práticas nos sistemas simbólicos (BOURDIEU, 2007).

A trajetória de marginalização traduz as concepções de corpo e de deficiência. A religião reproduz o processo de marginaliza-

ção consciente e inconscientemente na sociedade. As formas simbólicas dos aportes de inclusão passam pela abordagem de corpo ideal, contrapondo ao deficiente.

2.3.1 Corpo ideal e deficiência

As concepções de corpo ideal estão nos mitos do corpo perfeito, da pureza, para expor o contexto marginal da pessoa com deficiência. O corpo comporta a subjetividade e a cultura da sociedade, influencia direta e indiretamente a vida das pessoas, de formas variadas, havendo comportamentos diferentes diante do corpo humano.

Para Daolio (1995, p. 105), "no corpo estão [...] inscritas todas as regras, todas as normas e todos os valores de uma sociedade específica, por ser ele o meio de contato primário do indivíduo com o ambiente que o cerca". A marginalização da pessoa com deficiência difere-se em função de tempo e nas distintas sociedades. A localização do corpo na cultura das pessoas revela as percepções da sociedade. O corpo como "inesgotável fonte de símbolos" apresenta e representa construções culturais, e acaba tornando mais visíveis, conforme determinadas diferenças sociais.

A imposição do culto ao corpo, idealizado, publicizado e comercializado produz certa distância entre o ideal e o real. Há fatos geradores de graves problemas psicossociais, porque a maioria nunca chega a ter esse ideário corporal. Frisa-se o culto ao corpo (LIPOVETSKY, 2009).

Entretanto, a cultura da "corpolatria" não é totalmente impositiva, mas negociada, legitimada, mesmo que isso implique alienação emocional, depressão, ansiedade, baixa autoestima (NOVAES, 2010; LIPOVETSKY, 2009). A relação das pessoas com o próprio corpo passa a ser um problema. Alguns pensam ter o controle do corpo para o inscrever no ideário de perfeição (LE BRETON, 2003). O que acaba por estimular uma busca incessante pelo padrão de beleza e perfeição, com investimento real no capital do corpo ligado à ascensão social em todas as suas esferas.

O modelo de padrão de beleza atual, perfeito e trabalhado não representa a matriz de diversidades que constituem a maioria das pessoas da sociedade. Serve para as representações do consumo em detrimento à pessoa. A padronização midiática é o meio de propagação dos ideários impossíveis de serem alcançados para a maioria. É forma simbólica de violência bastante agressiva contra todos não enquadrados no corpo ideal, mas mais ainda para a pessoa com deficiência.

Os meios de comunicação, de modo geral, veiculam imagens de corpos perfeitos. Tais corpos não incluem os limitados ou fora do padrão escultural, atlético.

Os corpos ideais estão ligados aos sentidos de ter capacidades: mobilidade e agilidade, para os aspectos comerciais. Nesse sentido, o corpo é uma espécie de capital, colocando à margem a pessoa com deficiência.

Pode-se inferir, a partir de Aganbem (2007), que se consomem a aparência, o modelo, a beleza comercializada, dentro da legitimação do consumismo. Os padrões apresentados são compartilhados para o público das massas, como se servissem a todos indistintamente. Para atingir o objetivo de ter um dos modelos de corpos, cultua-se o corpo: vale tudo para ter o corpo perfeito, mesmo que a saúde seja colocada em risco.

Os moldes significam discursos de imposição de culto ao corpo. Trata-se de fazer a representação do corpo para que a pessoa sinta a necessidade de atribuir a si mesma a imagem que se projeta. Essa passa a consumir a estética, as dietas, as cirurgias, os modismos alimentares, entre outras propostas de alcançar os padrões corpóreos.

Outras áreas da vida passam a não ter tanta importância, os problemas sociais são dados como menos relevantes do que o tal bem-estar de ter o corpo supostamente perfeito. As produções midiáticas dão sentidos maiores para a imagem do corpo perfeito do que enxergar as mazelas que cercam toda a sociedade (NOVAES, 2010; LE BRETON, 2003).

Entretanto, para Machado (2006, p. 43): "[...] as pessoas não são apenas receptoras passivas dos valores sociais. Ocorre uma ne-

gociação, onde há um poder opressivo normativo de controle social e um contrapoder, que são as resistências a esse poder". Significa que essa relação de consumo compartilha a legitimação dos padrões de beleza.

A busca por produtos com efeitos rápidos, cirurgias e qualquer coisa que promova transformações corporais se dá pelas representações simbólicas do corpo ideal. Prega-se a vida saudável, a reeducação alimentar. Tem-se o mito que se constitui um aporte da "cosmovisão" de determinado grupo, que expressa as concepções de um povo (ELIADE, 1992).

O corpo ideal e suas implicações exercem a força do mito corporal. Nesse contexto, o mito de Procusto é analisado, pois esse personagem, em Atenas, vivia a obrigar os viajantes a deitarem-se em sua cama, para que fossem modelados, conforme seu padrão de corpo. Mesmo que ele tivesse que os mutilar ou esticar seus corpos, ele lhes fazia ter uma medida igualitária (BRANDÃO, 1991).

Procusto exercia a força imaginária do mito, ao forçar os viajantes a ter seu modelo de corpo. As representações simbólicas de perfeição são percebidas na ideia atual de padrão corporal. Mesmo quem não consegue se adequar aceita os modelos de corpos como fascínio almejado. Certamente, corpos deficientes não servem para influenciar o mito do corpo imaginário de perfeição (AMARAL, 1995; BRANDÃO, 1991).

O corpo não idealizado sofre mais ou menos marginalização, dependendo da sociedade. Mas frisar qualquer releitura nesse sentido não é tarefa fácil, embora possa ser feita, a partir da deficiência não estar ligada à ideia de maldição, de incapacidade, pois muitos conseguem fazer as mesmas coisas que o considerado normal.

As dificuldades de uma pessoa podem ou não estar ligadas às suas capacidades. Se o capital mais importante do corpo é sua imagem física, de que forma cabe valorizar o intelecto? O lugar do corpo compreende a problemática de como é visto o corpo ideal na esfera da religião. O rompimento do quadro que marginaliza uns para cultuar outros é motivo de se repensar o contexto da socie-

dade corpolatra e consumista da atualidade (LIPOVETSKY, 2009; LE BRETON, 2003).

2.3.2 Corpo ideal no campo religioso cristão

O lugar do corpo no imaginário religioso ocupa espaços nas práticas simbólicas de invisibilizar a pessoa com deficiência. No campo da religião, o corpo está atribuído à ideia de purificação da alma, pagamento de pecados, sofrer em vida para viver melhor depois da morte. Trata-se a marginalização como vontade do sagrado[8], por isso não se discute, mas se conforma (BERGER, 1985).

As representações religiosas povoam o imaginário do corpo, as igrejas cristãs tentam, de alguma forma, atribuir aos corpos o que podem e não fazer. O corpo é veículo de representação dentro das religiões. O corpo ideal no cristianismo passa pelo critério de padrão:

> Por estar no centro do mistério cristão, o corpo é uma referência permanente para os cristãos dos séculos modernos. Não foi enviado seu filho à Terra, pela anunciação-encarnação, que Deus deu aos humanos uma chance de salvar-se, corpo e alma? Nos textos e nas representações que falam da criatura, de suas esperanças e de suas penas, o corpo está aí, sempre e em toda parte. (COBIN, 2008, p. 19).

A religião apresenta seu corpo perfeito, sacrificado, ressuscitado, imagem do imaginário religioso: "O corpo religioso é um vasto domínio de estudo, um campo ainda inculto que antropólogos, historiadores das representações e historiadores da arte começam a explorar" (CORBIN, 2008, p. 22).

As instituições religiosas contribuem para o ideal de corpo simbólico. Nesse contexto, surgem múltiplos significados do corpo, colocado à luz das ciências da religião, colocando-se no lugar de linguagens e representações. Os cristãos inscrevem-se em con-

[8] Para Rudolf Otto (1985), sagrado é saturado de significado, ambíguo e relativo, desperta tremor e temor.

texto excludente, por ficarem no silêncio e não lutarem pelos direitos das pessoas com deficiência. A expressão dos discursos trata de encontrar legitimação para crenças gerais, mas não colocar em pauta a temática da marginalização da pessoa com deficiência: "É preciso abrir mão de teorias gerais, de tentativas de dizer tudo sobre o todo. Não é na explicação do todo que o discurso teológico encontrará sua relevância, mas na auscultação detida das partes" (ROCHA, 2007, p. 149).

No cristianismo, mesmo transmitindo a ideia de que todos são imagem e semelhança de Deus, sendo todos iguais, o processo de marginalização da pessoa com deficiência legitimou-se. O cenário religioso dá legitimidade para o processo de marginalização da pessoa com deficiência. Entretanto, cabe ressaltar que não apenas a religião que promove o processo de marginalização da pessoa com deficiência, mas trata-se de algo enraizado nas sociedades, por meio de diferentes instituições que lidam com pessoas.

A proposta de compreender as visões sobre o corpo deficiente no imaginário religioso depara-se com os desafios da história legitimadora da exclusão. As implicações abordadas estabelecem que os silêncios também marginalizam a pessoa com deficiência. A religião cristã propõe seus critérios de corpo perfeito, tendo referências significativas para os discursos das possibilidades de exclusão ou de inclusão.

3

DISCURSOS E PRÁTICAS CRISTÃS: DIALÉTICA DA MARGINALIZAÇÃO E DA INCLUSÃO

Neste capítulo, será feita uma análise da dialética do processo de marginalização da pessoa com deficiência, a partir de discursos e práticas cristãs. Optou-se por alguns recortes de discursos e práticas que promovem a marginalização ou a inclusão. Objetiva-se investigar os elementos e a intencionalidade do discurso religioso inclusivo.

A marginalização da pessoa com deficiência é compreendida como um tema de direitos humanos. Esses fundamentam-se nos princípios legais para repercutirem nas relações sociais e religiosas (ARANHA, 2000). Essas instituições estão inseridas no contexto do cristianismo, com suas ramificações e seus significados.

Pensar na marginalização da pessoa com deficiência é trazer os discursos que não revelam a cultura da marginalização, mas materializam-se nas práticas. Há a dialética do discurso ante a prática, pensada na análise do discurso, posta nas categorias teóricas dos autores que a veem no contexto religioso cristão.

3.1 Análise do discurso da marginalização

Neste item, a investigação foca-se na análise do discurso da marginação no campo religioso cristão, também considerando os contextos ligados à sua produção. Por considerar que discursos e

práticas produzem uma diversidade de significados, a Bíblia aparece como base de interpretações para o cristianismo.

O professor Joel Antônio Ferreira (2011, p. 4-5), em seu texto: "Paulo, Jesus e os marginalizados: uma leitura conflitual do novo testamento", apresenta argumentos para as possíveis interpretações, que podem ter contribuído para as narrativas que envolveram a marginalização da pessoa com deficiência:

> A distância entre os textos da Bíblia e nós, os leitores, é imensa. O grande sonho do(a) leitor(a) e do(a) intérprete é se aproximar, o mais que puder, da época em que o texto foi escrito. No entanto, sabem que gostariam, porém, nunca absorverão o sentido total do texto escrito. Na história, sempre existiram vários sistemas de interpretação da Bíblia. Paulo tinha o seu modo de interpretar o Antigo Testamento. Os evangelistas também tinham os seus e, muitas vezes, um não coincidia com o outro nas interpretações. Tomás de Aquino tinha o seu jeito. Lutero o seu. Ultimamente (séc. XIXXXI), os estudantes de teologia e os biblistas usufruíram dos Métodos histórico-críticos. Cada época privilegia um tipo de interpretação da Bíblia. Geralmente, quem interpreta está inserido em determinados momentos históricos, dentro de um contexto onde se encontram cristãs e cristãos envolvidos em determinadas comunidades.

Nessa perspectiva de diferentes interpretações, os discursos da inclusão ou da exclusão se tornam mais ou menos evidentes. Dependendo de quem faz a interpretação, o texto sagrado passa por um olhar dialético sobre a marginalização da pessoa com deficiência.

O antigo e o novo Testamento são fontes de produção de discursos, que repercutem na sociedade. Há diversidade de interpretações que inferem sobre a temática da marginalização da pessoa com deficiência. No livro de Levítico, está inserido em um contexto de instruções, em categorias que enquadram orientações quanto às formas de viver da comunidade judaica. Englobam-se aspectos da vida social, em relação às orientações para sumo sacerdote:

> Javé falou a Moisés: Diga a Aarão: "Nenhum de seus descendentes, nas futuras gerações, que tiver algum defeito corporal, poderá aproximar-se para apresentar o pão de seu Deus. Não poderá aproximar-se ninguém que tenha deficiência, que seja cego, coxo, atrofiado, deformado, que tenha alguma perna ou braço fraturado, que seja corcunda, anão, que tenha defeito nos olhos ou catarata, que tenha chagas pustulentas, ou que seja eunuco. (Lv 21:17).

Os elementos fundamentam discursos em torno do impedimento de sacerdotes e bispos com deficiência. Em Deuteronômio, a condição de ter alguma deficiência como significação de condutas definidas e moralmente aceitas na época:

> Quando homens estiverem brigando, irmão contra irmão, e a mulher de um deles chegar e, para livrar seu homem da mão do que está ferindo, estender a mão e agarrar os genitais do outro, mande cortar a mão dela. Que ela não encontre piedade aos olhos de você. (Dt 25:11-12).

Embora se tenha a justificativa plausível de simbologias, há defesas que consideram essas narrativas produtoras de significações para as práticas de exclusões. Entretanto, ao considerar o sentido original, o discurso e sua prática podem ser entendidos de outra forma, para uma proposta de inclusão. Pensando assim, na igreja cristã católica e na protestante, alguns sacerdotes que foram acometidos por deficiência se mantiveram atuantes (FIGUEIRA, 2015; SILVA, 1986).

Os discursos se voltam para os modos e costumes daquela sociedade, advindo a deficiência como forma de castigo, de punição. Analisar tais discursos, a partir do que eles produziram ao longo do imaginário das pessoas, torna-se um desafio, sendo aceito que contribuíram, de certa forma, para a marginalização da pessoa com deficiência.

A Inquisição católica produziu discursos e práticas que contribuíram para reforçar a marginalização das pessoas com deficiência, a partir da perseguição e extermínio de deficientes mentais,

considerados loucos e endemoninhados, utilizando práticas de tortura e morte pela fogueira (ARANHA, 2000). Também nos discursos da Reforma protestante, ocorreram legitimações que contribuíram para a marginalização das pessoas com deficiência.

Pensando assim, o texto sagrado do cristianismo pode ser meio de surgimento dos paradoxos de interpretações, que consubstanciam com construções sociais da marginalização. O mesmo texto causa ressonâncias que podem gerar uma variabilidade de objetivos. Podem ocorrer que práticas se tornem espaços para criar culturas legitimadoras de si mesmas.

Como exemplo desse pensamento, matar uma pessoa com deficiência, em um determinado contexto histórico, pode ou não representar uma atrocidade à vida ou uma prova de respeito e amor. Na atualidade, alguém que não consegue andar pode usar uma cadeira de rodas, muletas, carros ou outros meios para se locomover sozinho. Mas em épocas ou contextos em que não se tinha ou têm recursos assim, pessoas deficientes passam a ser vistas como aquelas que sobrecarregam as outras.

Desse modo, há duas formas de percepções, que variam de acordo com as representações sociais de cada comunidade. Não sendo possível aplicar as mesmas regras de análises em todas as comunidades, uma vez que cada uma tem suas normas, valores e suas condutas. Assim, o que interessa compreender é como as diversas formas de discursos são legitimadas nas experiências da coletividade, tendo força de justificar algo, conforme o contexto.

Para Melo (2017, p. 6), o discurso religioso "é constatado pela carência de investigação em torno da natureza desse discurso, da sua constituição, dos conteúdos e imaginários por ele veiculados e dos seus impactos sobre a população". A problemática tem natureza bastante complexa, pois nem todas as vezes que um discurso é falado, ele emite a mesma mensagem. Há casos em que ele gera outros discursos, que podem até contradizê-lo. Nem sempre há uma preocupação do que significa cada discurso, sendo ele ressignificado em grupos diferentes (CHARAUDEAU, 2008).

A análise do discurso requer profundidade e não superficialismo nas observações dos discursos. As análises focam nos discursos contidos de apropriação e construção social:

> [...] trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com outros enunciados a que está ligado. (FOUCAULT, 1987, p. 31).

A análise deve ser mais profunda dos enunciados, pois a força discursiva de um texto pode esvaziar ou expandir algo, apresentar esse algo como diferente de sua originalidade. A apropriação de um determinado discurso codifica e decodifica a favor do que se pretende produzir. Há nele uma carga de poder que apresenta espaços de reflexões das diversas e contraditórias formas de interpretações.

O discurso comum na maior parte das igrejas cristãs visitadas é de incluir grupos marginalizados. Algumas se dedicam à inclusão com maior grau de envolvimento, outras com menor envolvimento. Com base nos textos bíblicos sagrados, os discursos propagam ações inclusivas, mas partem de pontos que legitimam ou não a marginalização das pessoas com deficiência.

Foucault constitui a análise do discurso em fases de compreensão: arqueologia, genealogia e ética, estabelecendo uma interligação metodológica. Na primeira fase, ele apresenta "as palavras e as coisas", como exemplo de escavar, procurar por baixo das coisas, aquilo que não é visto; ir a fundo às palavras, por serem produtoras das coisas, das realidades. Na segunda fase, há a preocupação de interpretar a "genealogia" dos dados, das narrativas, do poder, para a compreensão de como os discursos produzem certo poder e "dispositivos" para se manter. Na terceira fase, surge a ética, como *lócus* que articula seus discursos sobre o cuidado de si, como espaço de análise das subjetivações, o convite a deslocar o olhar às codificações e decodificações sobre os discursos no que se refere a conduzir a sociedade, este mecanis-

mo último também proveniente de uma apropriação capitalista (MACHADO, 2006).

Para Foucault (2006), o discurso é um ato de poder e de política, ocupando-se de uma ordem, denominada "a ordem do discurso". A produção dos discursos e o poder vêm das pessoas, e são controlados, organizados e selecionados nas formas de procedimentos, os quais ele denomina "dispositivos"[1] (FOUCAULT, 2000).

Com base nessa perspectiva, o discurso não é isento de uma visão política, ele carrega caráter ideológico na linguagem, e os dispositivos vão além da pronúncia. Ele se materializa nas produções de sentidos que carregam as palavras, as imagens, as práticas, as músicas, as instituições. Junto à análise que ele convida a realizar, é essencial verificar o que o discurso diz, o que esconde, deixa de dizer e o porquê dessa relação.

Para Foucault (2001), o discurso se solidifica em mecanismos culturais, legitima-se por meio da fala, e isso se manifesta pelo poder que ele exerce, estabelecendo-se como limites de regras e validando o que se pretende. Se um discurso se mantém e sobre ele não se questiona, ele se sedimenta, torna-se um conjunto de significado com dificuldades de modificações, caso não haja nova oposição ao discurso original. Nesse ponto, a preocupação do discurso é de se manter ou se modificar, conforme seu interesse.

Toda palavra dirigida está carregada de finalidade do discurso de criar lógicas. A fala torna-se também um jogo de enunciação a fim de relações de manutenção. Todo discurso tem forma de impor algo com bases em determinados poderes e desejos. A análise do discurso considera em que contexto social essas falas estão sendo produzidas, e para que fim. Assim, é possível compreender a realidade, no que tange ao discurso que promove a marginalização da pessoa com deficiência.

[1] Foucault (2000, p. 244) atesta que dispositivo é "[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos".

De acordo com Charaudeau (2010, p. 25), "a abordagem do discurso tem bases de múltiplos significados de como se manifesta os fundamentos implícitos e explícitos dos discursos: a análise do discurso tem por objeto de estudo a linguagem, como produtora de sentido em uma relação de troca, visto que ela traz em si mesma o signo de uma coisa que não está nela, mas da qual é portadora".

De acordo com Charaudeau (2010), nos níveis de construção de sentido, o discurso se torna elemento importante no processo de comunicação, ou seja, aquele a quem está sendo comunicado algo cabe o processo interpretativo. Há os sujeitos da linguagem, portanto, são sujeitos discursivos que mantêm as relações subjetivas das ações indissociáveis de dizer e fazer. Mesmo com significados diversos, "[...] todo ato de linguagem é o produto da ação de seres psicossociais que são testemunhas, mais ou menos conscientes, das práticas sociais e das representações imaginárias da comunidade a qual pertencem" (CHARAUDEAU, 2010, p. 29).

As produções discursivas repercutem seus sentidos vinculados aos discursos. Há a relação entre as narrativas e as práticas condizentes ou não com a marginalização da pessoa com deficiência. Nessa conjuntura, o discurso reelabora medidas para ações inclusivas ou de exclusão.

Na questão dialética segregação e campanha inclusiva das pessoas com deficiência, discursos e ações estão embasados nas interpretações de cunho religioso. As produções de sentidos nem sempre são visíveis em um primeiro momento, sendo evidenciadas na trajetória da marginalização.

3.2 Dialética inclusão – exclusão religiosa

O espaço da dialética é de inclusão ou exclusão, como ponto de partida para trazer o paradoxo de discursos que incluem, mas apenas contribuem para a marginalização da pessoa com deficiência. A forma de olhar a pessoa com deficiência está inscrita na história de diferentes sociedades.

Alguns achados arqueológicos em 2009 revelaram que em uma sociedade egípcia de cerca de 500 mil anos a.C., crianças com deficiência não foram sacrificadas. Percebe-se a ideia de inclusão, com essa população que produziu uma história de discursos de inclusão, mas isso não quer dizer que, de fato, esse povo fosse contra a marginalização. Tem-se que nem todas as deficiências eram tratadas com mesmo nível de preconceito ou indiferença (CRESPO, 1990; SILVA, 1986).

A mitologia grega, marcada por traços da marginalização da pessoa com deficiência, estabelece relação com o pensamento de outras épocas, deixando rastros de configurações de práticas excludentes. Nas narrativas mitológicas, o discurso sobre as deficiências era revelador do castigo dos deuses, havendo a morte de quem nascia com alguma deformação: "desde a época da pré história, as crenças em torno de males e enfermidades estavam ligadas à vingança ou ao enfurecimento dos deuses" (SILVA, 1986, p. 31).

O pensamento de a deficiência ser ou não um castigo influi na marginalização de quem a tem. No *livro III de Platão – a medicina e a jurisprudência*, há questões que reportam a marginalização de deficientes (SILVA, 1986). As formas de tratamento e exploração a que foram submetidas as pessoas com deficiência conduziram um olhar bastante preconceituoso aos corpos diferentes. Esse fato impôs gravíssimas exclusões sociais:

> A esmola chegou a ser um negócio muito rendoso em Roma Antiga. Na verdade, foi tão rendoso que houve épocas em que foram realizados raptos de crianças patrícias muito novas, para serem mutiladas ou deformadas a fim de se tornarem pedintes nos templos, nas praças e nas ruas de Roma e das outras importantes cidades do vasto Império Romano. Certamente foi por motivos dessa natureza que durante a decadência do Império, os patrícios que ocasionalmente tinham filhos defeituosos, sabedores dessas histórias, passaram a usar das prerrogativas dadas pelo instituto do "pátria potestas" para eliminar a vida desses recém-nascidos, não correndo eles mais o risco de se tornarem mendigos e de te-

> rem seus corpos deformados. Na Roma dos tempos dos Césares, ou seja, em séculos mais sofisticados e menos bárbaros, deficientes mentais, em geral tratados como "bobos", eram mantidos nas vilas ou nas propriedades das abastadas famílias patrícias, como protegidos do "pater famílias". Cegos, surdos, deficientes mentais, deficientes físicos e outros tipos de pessoas nascidas com malformações eram também de quando em quando ligados a casas comerciais, a tavernas, a bordéis, bem como a atividades dos circos romanos, para serviços simples e às vezes humilhantes, costume esse que foi adotado por muitos séculos na História da Humanidade. [...] Foi extremamente notória em Roma também a utilização de meninas e moças cegas como prostitutas, além de rapazes cegos como remadores, quando não eram usados simplesmente para esmolar. (SILVA, 1986, p. 93).

Trata-se de diversas formas de exploração e marginalização da pessoa com deficiência. É uma trajetória marcada por processo de exploração, preconceito e de indiferença. Pode-se notar que pessoas com deficiência, causadas ou de nascença, eram usadas para serviços exploratórios, configurando em sua marginalização. Isso mostra que apenas o fato de não serem mortas ou de atuarem em algum espaço não significa que eram incluídas na sociedade.

Tanto na antiguidade quanto na modernidade são encontrados aportes excludentes, configurando a dialética de colocar a pessoa com deficiência em espaços de marginalização.

No século IX, os paradigmas do processo de marginalização se apresentam com complexidade, colocando à margem variadas formas de deficiências. Contra essa exclusão Luís IX, por volta de 1214 e 1270, criou um abrigo para cegos e dedicou esforços para incluí-los na sociedade:

> Entre os reinados de Luiz IX e Luiz XVI os cegos emanciparam-se e receberam privilégios tanto de reis quanto de bispos da Igreja Católica, chegando mesmo a acumular riquezas enormes e a vestir-se de veludo, um dos tecidos mais dispendiosos da época. A Igreja ajudou significativamente dando-lhes permissão expressa e exclusiva para esmolar nas

> escadarias e nas portas das igrejas. Tinham também autorização eventual para vender grinaldas e flores dentro de suas naves. Não é difícil imaginar que ideias de emancipação dos cegos nesses 500 anos da História Francesa fossem tidas como uma espécie de questionamento da autoridade da poderosa Igreja Cristã, ou talvez um sacrilégio. Os primeiros bispos que deram as famosas autorizações exclusivas tanto para mendigar nas portas das igrejas quanto para comercializar flores foram o de Paris e o de Chartres. Não foram autorizações individuais, mas dirigidas às corporações dos cegos. (SILVA, 1986, p. 160).

A acolhida real carrega traços de beneficiar toda uma classe: os cegos. Os esforços reais não perduraram em meio aos séculos, por envolver uma proteção segregadora. Discursos relacionados às pessoas com deficiências, salvo exceções, são discursos carregados de legitimações de abandono e subumanos (FIGUEIRA, 2015).

Os discursos de rompimento da marginalização da pessoa com deficiência mais marcantes passam por Jesus Cristo, que atenta para outros grupos que estão nessa margem de exclusões. No processo dialético de exclusão-inclusão, as questões investigadas são perceptíveis nas práticas cristãs, dentro das lógicas ligadas ao segmento cristão.

Há interpretações significativas de que há na essência do cristianismo o cuidado com o outro, além de buscar as garantias de direitos das pessoas com deficiência. Nesse universo de reconhecimento da pessoa com deficiência, considera-se que parte delas são submetidas a todas as formas de exclusões e explorações, pelas condições individuais de acesso a uma vida com dignidade. Entretanto, a maioria das pessoas deficientes está no grupo dos mais pobres, conforme dados do censo 2010 (OLIVEIRA, 2012).

Pessoas com deficiência estão entre os grupos vulneráveis à marginalização, com dificuldade de acesso à saúde, trabalho, educação e lazer. Privadas de usufruir dos espaços institucionais e so-

ciais pela falta de diversas acessibilidades. Além de terem supressões de direitos, há violações deles (OLIVEIRA, 2012).

No campo religioso e em outros sistemas, a falta de pensar sobre as adaptações dos espaços e templos, para tornar os ambientes acessíveis para pessoas com deficiência, traz os contextos de significados diversos e complexos da dialética inclusão-exclusão. Surge implicação de que não é apenas a arquitetura em si, mas o conjunto de tradições que carrega marginalizações.

Dentre as deficiências, a física se inscreve no conjunto de desafios da inclusão, a partir de que se possa possibilitar a possibilidade de acessos, em perspectiva de autonomia. Porém, entre todas as formas de deficiências, não basta apenas pensar nas estruturas físicas. Está em jogo colocar em pauta certo investimento cultural, atitudinal, simbólico e arquitetônico, que vise mudar o cenário atual de pouca ou nenhuma acessibilidade.

Para Levinas (2012), como via alternativa da inclusão, surge a abordagem personalista contra o falido humanismo rígido e simplista. Para o humanismo do reconhecimento, precede a reciprocidade em uma relação de alteridade. Representa um olhar para o outro, para as práticas cristãs, em relação à inclusão das pessoas com deficiência.

Há dificuldade do reconhecimento do outro, na fé e na racionalização. Bauman (2003) alerta para deslocar o olhar para a responsabilidade da ética à procura de um *ethos* que encontre ressonância na causa da pessoa com deficiência. A ética proposta substituiria a inclusão, que passaria a ser o resultado da ética, infiltrando na teologia sistemática do imaginário.

3.3 Imaginário para a marginalização ou para o rompimento das práticas de exclusão

Nos discursos cristãos sobre a deficiência são encontradas fontes para as práticas, a partir do imaginário, que, de alguma forma, contribuem e geram produções de sentidos de marginalização da pessoa com deficiência. As investigações cabidas são para com-

preender os elementos que fundamentam o discurso cristão em sua relação com o imaginário e a intencionalidade do discurso religioso inclusivo: a quais mitos recorrem?

Nessas percepções, as ressignificações religiosas em relação à forma de perceber a pessoa com deficiência podem passar por rompimentos com a marginalização, começando pelo imaginário. Para Ruiz (2004), o ser humano, em meio aos paradoxos do imaginário, antes de pensar logicamente as coisas, imagina-as. Imaginar e pensar têm relação com os sentidos da lógica social e da vida.

A imaginação é muito mais que a mera possibilidade de fantasiar a realidade: "constitui [...] a potencialidade que o ser humano tem de impregnar sentido, de modo volitivo e afetivo, as sensações" (LEMOS, 2016, p. 51). O que se percebe da pessoa com deficiência é gerado por significados, que passam pelo imaginário.

O conjunto de palavras e de ações forma a relação discurso e prática, em um processo dialético do pensamento. Nos processos excludentes, estão relacionadas legitimações sociais e religiosas, havendo certa dificuldade em visualizar uma instituição integralmente inclusiva dentro de uma sociedade excludente.

Se em outras sociedades anteriores, cristãs ou não, a dinâmica das relações sociais tendeu mais para os processos excludentes, Bauman (2003) aponta que o rompimento da marginalização é um desafio mais saliente na sociedade pautada pelo consumo e pela produção, na modernidade "líquida". A compreensão dos discursos da globalização aponta os desafios a serem enfrentados pelos grupos marginalizados, a partir de postura ética e não mais das justificativas religiosas.

A partir das contribuições abordadas do que revela a religião no cenário de marginalização da pessoa com deficiência, percebe-se que representações do imaginário estão carentes de ressignificações em torno da pessoa com deficiência e suas potencialidades. Repensar a vida cotidiana, o direito à dignidade, o reconhecimento da sua deficiência torna-se um desafio muito complexo nas entidades religiosas cristãs (PIOVESAN, 2005).

O que se considera como deficiência está bastante ligado a um imaginário historicamente erigido, que se constituiu de diferentes formas, em contextos distintos. Além da ampliação das discussões em torno da carga de conceito e preconceito que carregam a terminologia em relação a como tratar as pessoas com deficiência (DINIZ, 2007).

A produção da marginalização quanto à pessoa com deficiência está bastante ligada ao modo de vida e às competências das pessoas. O que denota como doença na atualidade pode ter sido em outra época caracterizado como deficiência. Em um contexto de trabalho, o indivíduo pode adquirir doenças ou deficiências, em decorrência da luta pela sobrevivência (SILVA, 1986).

A deficiência pode ser proveniente de doença ou de nascença, mas, em todos os casos, busca-se sair da situação de deficiência, sobretudo, para livrar-se da marginalização. Pelo imaginário, a deficiência fica marcada por discursos que perpetuam violências. É forte a consolidação de algo legitimado pela sociedade e a carga de produções de sentido que pode causar.

As pessoas tendem a ver as deficiências relacionadas às questões negativas, seja pela forma de interpelação de limitações no próprio corpo, seja nas interações sociais de pessoas com deficiência não estarem entre os considerados normais. Ser deficiente acarreta as situações marginais, ligadas a dificuldades, limitações, entre outras.

Os sentidos da não aceitação da deficiência passam pelo imaginário da pessoa de Adão, primeiro homem, criado por Deus a sua imagem e semelhança. Logo, a ideia de perfeição humana perpetua o imaginário coletivo, o homem a sua imagem própria, refletindo a imagem de Deus, sem deficiência (MAURICE, 2003).

Tais implicações relacionam-se com as concepções de corpo perfeito, que expressam a beleza exterior convencionada pela cultura. As imagens que buscam expressar a feição de Deus, em sua maioria, são belas, perfeitas, sem limitações: beleza coerente com os padrões de corpo ideal de uma dada sociedade. O que está fora dessa contingência gera estranhamento (LE BRETON, 2003).

A marginalização das pessoas com deficiência sinaliza a condição de sofrimento pelo imaginário que as coloca na posição das dificuldades. O fato de o discurso se estabelecer e perpetuar violências, remete o quanto é forte uma consolidação de algo legitimado pela sociedade e a carga de produções de sentido que podem causar.

As situações limitadoras da pessoa com deficiência também são interpretadas por contextos bíblicos. A relação marginal da pessoa com deficiência continua ao longo da trajetória do cristianismo sendo revivida, legitimada pela "ordem estruturada de estruturante" (BOURDIEU, 2007, p. 45) que é a religião. O imaginário faz suas representações de marginalização produzidas dentro e fora do contexto religioso.

As produções do imaginário advêm de ressonâncias provenientes da imagem em torno de um Jesus "histórico", "mítico" ou "narrativo": todas perpassam por um imaginário de homem, branco e sem nenhuma deficiência. Essa imagem repercute traços legitimados pela sociedade, embora nem correspondam à realidade. Nesse imaginário construímos o ideal tipo[2] de Jesus, pinturas, narrativas (FERRAZ, 2008; ALONSO, 2012).

No surgimento de Jesus em carne, como ato instituidor do cristianismo, narrativas da marginalização envolvendo a pessoa com deficiência prosseguem em diferentes espaços sociais e religiosos: "Deus torna-se um evento humano, marcado pela cultura, feições, história e a técnica midiática do ocidental" (GALIMBERTI, 2003, p. 182).

O imaginário que marca as marginalizações surge de criações humanas para embasar discursos e práticas. Desse modo, seria reducionismo pensar que apenas pelo contexto do cristianismo legitimou-se a marginalização da pessoa com deficiência. Porém, os espaços religiosos estudados aparecem como representantes das diversas correntes dos cristianismos, para situarem discursos de marginalização da pessoa com deficiência.

[2] Ideal tipo: conceito criado por Marx Weber para estudo dos fenômenos culturais (WEBER, 2001).

Nos discursos religiosos, para Charaudeau (2008), as citações bíblicas, quando servem de fonte "exclusiva de verdade", não se limitam a frases em sequência, o que está implícito tem maior sentido do que as palavras e frases explícitas. Ao fugir do contexto, multiplicam-se interpretações e entendimentos. Articulam uma série de argumentações e explicações acerca de um tipo de raciocínio, que pode persuadir os interlocutores para produzir validade.

A exemplo da narrativa da cura de um paralítico, em Lc 5:17-26, da forma como se apropria do texto e da descrição da cena, os discursos podem criar diversos efeitos. Salienta-se a limitação como empecilho, sendo um problema pessoal, não da comunidade, por isso a disposição pela cura. A pessoa com deficiência aqui representada pelo paralítico é a exteriorização do peso e da carga de sofrimento, que ninguém quer. A luta do paralítico configura o enredo vivido até os dias de hoje, dos instransponíveis obstáculos, barreiras simbólicas e práticas experienciadas pelas pessoas com deficiência.

A ressonância dos discursos e das práticas cristãs entra nos contextos de exclusão, amparados pelo discurso do "modelo médico ou modelo social da deficiência" (WERNECK, 2004). Observar a pessoa com deficiência nessa padronização possibilita compreender as imagens de normalidade e suas implicações no contexto religioso.

O modelo médico da deficiência tem relação com a produção de construções de teorias científicas, advindas do final do século XVIII. Por meio de estudos médicos, houve o enquadramento das patologias e o conhecimento sobre determinadas doenças, anteriormente consideradas deficiências (WERNECK, 2004).

Nesse período também foi possível explorar e conhecer melhor alguns tipos e causas de deficiência, forte avanço da medicina. Ocorreram as possibilidades de medicalizar ou reabilitar. Porém, as práticas de cura eram de segregação:

> O mecanismo da exclusão era o mecanismo do exílio, da purificação do espaço urbano. Medicalizar alguém era mandá-

> -lo para fora e, por conseguinte, purificar os outros. A medicina era uma medicina de exclusão. O próprio internamento dos loucos, malfeitores, etc., em meados do século XVII, obedece ainda a esse esquema. E compensação, existe um outro grande esquema político-médico que foi estabelecido, não mais contra a lepra, mas contra a peste. Neste caso, a medicina não exclui, não expulsa em uma região negra e confusa. O poder político da medicina consiste em distribuir os indivíduos uns ao lado dos outros, isolá-los, vigiá-los um a um, constatar o estado de saúde de cada um, ver se está vivo ou morto e fixar, assim, a sociedade em um espaço esquadrinhado, dividido, inspecionado, percorrido por um olhar permanente e controlado por um registro, tanto quanto possível completo, de todos os fenômenos. (FOUCAULT, 1979, p. 52).

No aporte do modelo médico, a pessoa com deficiência toma para si a culpa de todas as privações referentes ao seu corpo. Se o corpo tem limitações, apenas seu esforço individual e suas capacidades alcançarão os direitos almejados. A sociedade não teria responsabilidade para a melhoria das condições de acessibilidades[3] dessa população. As perspectivas seriam baseadas em segregação, integração e não em inclusão.

No discurso cristão, a linguagem de inclusão é de caridade, piedade, acolhimento, voltada para perspectivas de cura e libertação. Essa última perspectiva fortemente ligada ao contexto do tratamento do modelo médico da deficiência, como questão a ser resolvida, consertada. Esse discurso desconsidera o modelo social da deficiência, que implica responsabilidades para a comunidade, deixando para a pessoa com deficiência a exclusividade de sua trajetória. O modelo médico da deficiência está bastante ligado a um modelo cartesiano, com bases em torno de uma supremacia da ciência (GONÇALVES, 2006; WERNECK, 2004).

A sociedade promove segregações por modelos médicos, por instituições. A partir dos fatos, pode-se analisar como muitas

[3] Acessibilidades: culturais, atitudinais, metodológicas, simbólicas e arquitetônicas.

vezes os discursos se modificam, ocupam novos espaços, mas, em diversos momentos, legitimam as mesmas práticas. A deficiência e a doença apresentam-se como quesito de negação de direitos, de escolhas, sobre seu corpo e sobre seu futuro. A "purificação da cidade" não contribuiu para que as instituições mudassem suas estruturas e atitudes, elas promoveram segregações, ao invés de inclusão.

Não se trata de desconsiderar as intervenções, reabilitações, e qualquer tratamento médico, mas buscar um processo de construção coletiva de inclusão e não segregação. As pessoas com deficiência teriam acesso ao seu reconhecimento, seja qual for sua deficiência, a sociedade um comprometimento com as relações acerca das necessidades das pessoas com deficiência e da criação de espaços inclusivos (WERNECK, 1997, 2004; DINIZ, 2007).

As instituições mobilizam poucos discursos relacionados às potencialidades das pessoas com deficiência tendendo à invisibilidade e segregação. A sociedade e as religiões têm corresponsabilidades para o enfrentamento das discriminações e segregações da pessoa com deficiência. Os espaços religiosos de inclusão e suas discussões sobre acessibilidade têm sido motivo de preocupação para a inclusão (ROCHA, 2007; SILVA, 1986; ARANHA. 2001).

O que se aponta sobre a problemática da marginalização de pessoa com deficiência são denominações cristãs com práticas ligadas à negação da diferença, havendo a "inclusão superficial". A mudança de cultura é necessária para efetivo avanço do processo de inclusão (DINIZ, 2007; FIGUEIRA, 2015; SAWAIA, 2008; ROCHA, 1987).

Por um lado, há o discurso de servir aos mais pobres, fracos e necessitados. Por outro, a institucionalização das religiões e do próprio cristianismo exteriorizou mudança significativa na cultura para o diálogo ético em relação às pessoas com deficiência, principalmente quando se compara com as atrocidades produzidas. Se as tratativas se mantêm como questões isoladas, equivocadas, não se trata de dar voz ao discurso militante, com intérprete de certos

rituais, ou de haver aproximação das pessoas em festividades públicas, trata-se de romper com a noção de "exclusão saturada"[4], repleta de sentido. Tornam-se excluídos "[...] todos aqueles que são rejeitados de nossos mercados simbólicos ou materiais" (SAWAIA, 2008, p. 17). É realidade que tem a ver com as "artimanhas da exclusão", fruto de medidas superficiais e isoladas.

O indivíduo pode sentir-se incluído ou discriminado, sofrendo as formas simbólicas da marginalização. Os aspectos das representações sociais tratam, assim, da marginalização das pessoas com deficiência. São reflexos de atitudes culturais excludentes, nas quais as igrejas cristãs não estariam isentas de produzirem processos excludentes. As práticas e distanciamentos dessa discussão tendem a manter posições complexas.

Conforme Charaudeau (2010), quem profere o discurso considera suas opiniões para as práticas religiosas. O imaginário trata de legitimar o discurso. A marginalização das pessoas com deficiência já foi maximizada ou minimizada, dependendo do imaginário. Há produção discursiva de exclusão ou de rompimento dela. Preconceitos e indiferenças são cometidos pela falta de informação, prefigurando a desatenção em fornecer acessibilidades para as pessoas com deficiência.

Como há discursos de exclusão, há os formulados para ampliação dos processos de inclusão das pessoas com deficiência no contexto religioso. Somam-se a essas práticas a busca por garantir as possibilidades de rompimento da marginalização. As instituições religiosas cristãs podem promover a ampliação de garantias legais dos direitos das pessoas com deficiência.

O controle da intencionalidade passa pelo imaginário que compõe as narrativas das ressignificações da pessoa com deficiência. Percebe-se a forma dinâmica dos discursos da marginalização e do rompimento dessa realidade. Os sentidos da marginali-

[4] Para Sawaia (2008), o termo empregado "exclusão saturada" refere-se a estar saturada de sentidos e contrassensos, sendo quase que impossível de delimitá-lo, pois quase todos nós estamos excluídos de algo, pelas transformações desiguais geradas.

zação são enfoques nas demonstrações da inclusão no imaginário cristão.

3.4 Inclusão no imaginário cristão

Objetiva-se nesta parte do trabalho apresentar os aportes da inclusão no imaginário religioso cristão, segundo fatos e discursos. Ressaltam-se espaços religiosos que buscam justificar o discurso de inclusão das pessoas com deficiência. Há denominações que indicam uma mudança significativa nas práticas religiosas cristãs em relação à marginalização da pessoa com deficiência.

Ao buscar nos *sites* as referências discursivas sobre a igreja e a pessoa com deficiência, o imaginário cristão analisa os discursos e as práticas dos seguintes campos religiosos: Igreja Católica Apostólica Romana, Igreja Metodista, Igreja Evangélica Quadrangular, Igreja Congregação Cristã no Brasil, Primeira Igreja Presbiteriana do Brasil, Igreja Evangélica Assembleia de Deus - Ministério Madureira, Igreja Evangélica Assembleia de Deus - Ministério Missões, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Adventista do Sétimo Dia, Associação Espírita Francisco Cândido Xavier, Igreja Vale do Amanhecer e Igreja Mundial do Poder de Deus.

A história deixa marcas e estabelece uma série de construções sociais que sinalizam indícios de exclusão, embora haja aportes da inclusão como subsídios que indiquem a intencionalidade de incluir. O aporte da inclusão sustenta ações que direcionam posturas para mudanças quanto ao processo de marginalização da pessoa com deficiência. Pode-se verificar meios de inclusão sob formas de textos, discursos, práticas, e materializações que remetem à inclusão.

Os aportes servem para o modo de organização do discurso com sentidos explícito e implícito, tendo especificidades em cada cultura. O texto é revisitado nas mudanças culturais para que os discursos embasados nele produzam novos conceitos ou continuem a reproduzir os antigos, que legitimam a marginalização (CHARAUDEAU, 2008).

O texto de Levítico pode ser usado para mudar paradigmas de exclusão, ao ter seu sentido interpretado para a diminuição de obstáculos culturais, arquitetônicos ou simbólicos, em Lv 19:14: "Não amaldiçoe o surdo, nem coloque obstáculo na frente do cego. Tenha o temor do seu Deus. Eu sou Javé" (BÍBLIA, 1999).

Percebe-se que, entre os discursos e as práticas relacionadas às pessoas com deficiência, interpretações paradoxais são apresentadas ao longo da história do cristianismo. Mas a tendência dos discursos é apresentar um contexto de integração, que tenta efetivar-se nas possibilidades de inclusão, caracterizado por pseudoinclusão.

Esse último contexto pretende ser menos voltado para ações de caridade e piedade, em função das efetivações de direitos. Mesmo assim, em torno de concepções religiosas menos excludentes, as pessoas com deficiência continuam ligadas às questões marginais. Se há o discurso para amar e respeitar qualquer pessoa, também há a tentativa de ir contra a inclusão das pessoas com deficiência.

O discurso é gerador de diversos significados, ora de inclusão, ora de exclusão das pessoas com deficiência. O imaginário cristão fica em meio aos discursos plausíveis de segregação e de reconhecimento da pessoa com deficiência como portador dos mesmos direitos que todos na sociedade.

Os discursos são aceitos ou não pelos seus ouvintes, que têm diferentes percepções das narrativas. Em meio a um cenário considerado excludente, houve destaques para situações de inclusão, ligadas às mudanças práticas, valorizando as capacidades da pessoa humana, como ocorreu com Dídimo, o sacerdote:

> É o caso de Dídimo, o Cego (ca. 313 d.C.-ca. 398 d.C.), um teólogo da Igreja Copta de Alexandria, cuja famosa escola catequética dirigiu por meio século. Diversas Igrejas ortodoxas se referem a ele como "São Dídimo, o Cego". Mesmo perdendo a visão aos quatro ou cinco anos de idade, quando iniciava seus estudos, graças a sua grande vontade de aprender, gravou o alfabeto em madeira e depois aprendeu

> pelo tato as letras, as sílabas, as palavras e depois frases inteiras. Ouvia professores célebres, quando já era moço. Pessoas se prontificavam a ler para ele, a fim de tomar conhecimento dos melhores livros. Quando seus leitores, cansados, adormeciam, ele meditava muito sobre o que acabara de ouvir e assim gravava o assunto em sua memória, acumulando conhecimentos em regras de linguagem e da gramática, belos trechos dos poetas e dos oradores, bem como noções de retórica. Tornou-se um ótimo conhecedor de assuntos humanos, das Sagradas Escrituras, do Antigo e do Novo Testamento. Dídimo começou a explicar a Bíblia, trecho por trecho, das mais variadas maneiras. Dominava a dogmática da Igreja católica, discutindo-a com precisão e muita propriedade. Conhecia a filosofia de Platão e de Aristóteles, a geometria, a música, a astronomia e as diferentes opiniões dos filósofos. (FIGUEIRA, 2015, p. 132).

O reconhecimento das capacidades de Dídimo o colocou na história como exemplo de sacerdote. Embora não seja possível dizer que esse caso é representativo de que toda aquela sociedade reconhecia a pessoa com deficiência como competente para exercer diferentes funções sociais ou religiosas, o contexto é tido como fato para a diminuição de marginalização de deficientes.

O protagonista deficiente entrou na história com esse adjetivo para reportar suas capacidades e potencialidades como exemplo de que a inclusão pode ser conquistada na sociedade. Personalidades marcantes, como Richard Baxter e Santo Egídio, foram consideradas referências na luta pelas pessoas com deficiência para que história como a de Dídimo se materialize no imaginário (FIGUEIRA, 2015). As representações dos contextos das deficiências são formas de repercutir como se deve ver o outro. Em I Sm 16:7, o texto bíblico chama atenção a isso: "Contudo Javé disse a Samuel: Não se impressione com a aparência ou estatura dele. Não é esse que eu quero, porque Deus não vê como o homem. O homem vê as aparências, e Javé olha o coração" (BÍBLIA, 1999).

As relações discursivas que cercam o imaginário do corpo sem e com deficiência dão percepções da aparência visual para a

inclusão ou a exclusão no campo religioso cristão. Os modos de organização de discursos mostram a prática de inclusão em várias passagens bíblicas, como em Êxodo 4:10-15: "Moisés insistiu com Javé: 'Meu Senhor, eu não tenho facilidade para falar, nem ontem, nem nunca, nem depois que falaste com teu servo. Minha boca e minha língua são pesadas'. Javé replicou: 'Quem dá boca para o homem?'"; em Gl 3:28 "Não há judeu nem grego, não há escravo nem livre, não há homem nem mulher, pois todos vocês são um só em Cristo Jesus" (BÍBLIA, 1999).

As narrativas possibilitam interpretar a ação de inclusão, tratando-se da abertura para a valorização de diversos grupos excluídos, como a pessoa com deficiência. Nesse pensamento sobre inclusão, destaca-se a igreja cristã católica na assistência aos pobres e deficientes, como relata o texto referente às suas ações:

> Papel dos mosteiros na assistência aos miseráveis. Conforme verificamos anteriormente, com o advento e o fortalecimento do Cristianismo, um grande impulso foi dado às diversas formas de assistência aos necessitados, por ser a caridade a própria essência da nova religião. Praticamente durante a Idade Média inteira, somando aos esforços dos bispos, já engajados por determinações conciliares, os mosteiros constituíram-se numa nova força impulsionadora da assistência social como pura expressão da caridade. De outra parte, responsáveis pela vida e bem estar de seus súditos, alguns senhores feudais sentiram-se também obrigados a cuidar dos menos afortunados, doentes ou deficientes físicos e mentais, de bom ou mau grado, desde que dentro de seu feudo. No entanto, espalhados por toda a Europa e Oriente Médio, os mosteiros eram de fato os únicos lugares que possuíam alojamentos destinados a recolher enfermos, utilizando as instalações dos chamados "xenodóchium" ou "nosocomium", abrigando também eventualmente mendigos aos quais distribuíam a alimentação disponível, roupa e algum dinheiro. (SILVA, 1986, p. 122).

Textos bíblicos e não bíblicos podem apontar para o imaginário religioso cristão que propõe a inclusão da pessoa com defici-

ência. Contudo, também são usados nos discursos promotores da marginalização das pessoas com deficiência. Por serem alvos de diferentes interpretações, as significações da problemática marginalização permeiam os imaginários social e religioso.

Quanto a esse imaginário, nos espaços religiosos pesquisados, uns mostram uma evolução para a prática inclusiva, outros esboçam certo silêncio quanto ao assunto[5]. Os discursos em análise se baseiam nas narrativas acerca da marginalização da pessoa com deficiência, a partir dos *sites* do rol religioso cristão. As instituições cristãs usam a internet para fazer divulgação de suas políticas, práticas e seus discursos. Almejam alcançar o maior número de pessoas para introduzir seus discursos e produtos (MOREIRA, 2008).

A amostra do imaginário cristão inscreveu-se na busca de informações nos sites visitados, a partir de dois descritores. O primeiro: nome da igreja e pessoa com deficiência. O segundo: nome da igreja e marginalização da pessoa com deficiência. Dos 12 espaços pesquisados, não foi encontrada nenhuma referência dos descritores no site de seis deles: Igreja Vale do Amanhecer, Congregação Cristã no Brasil, Assembleia de Deus - Ministério Madureira, Assembleia de Deus - Ministério Missão, Mundial do Poder de Deus e Universal do Reino de Deus. Em outra forma de busca, a partir dos descritores no site da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB, 2017), para as duas igrejas. Também não se encontrou nenhuma referência dos descritores.

Os espaços religiosos com avanços de inclusão são Evangélica Quadrangular, Primeira Igreja Presbiteriana do Brasil, Adventista do Sétimo Dia, Católica Apostólica Romana, Associação Espírita Francisco Cândido Xavier e Metodista. Neles, encontram-se pautas e discursos sobre a pessoa com deficiência, incluindo campanhas, ministérios, pastorais, ações de acessibilidades quanto à promoção para inclusão da pessoa com deficiência. A Associação

[5] Não houve enfoque em estudar profundamente cada uma dessas religiões, de forma separada, mas ocupou-se em buscar em seus sites oficiais se havia alguma discussão relacionada à hipótese do trabalho em questão.

Espírita Francisco Cândido Xavier mantém site com acessibilidade para pessoas com deficiência visual ou auditiva e ainda disponibiliza material em braile de suas doutrinas e ensinamentos.

No site da Metodista, o discurso expõe seu Cânone[6] de 2007. Essa tem uma pastoral da inclusão e diretrizes para evangelização e acolhimento de pessoas com deficiência, agregando pastores e pastoras com deficiência. Desse modo, há o envolvimento de lideranças com deficiência na cúpula de suas igrejas a favor da inclusão.

No portal da Igreja Católica Apostólica Romana, foram encontrados documentos teóricos, com maior aprofundamento da questão. A Católica destaca o documento da campanha da fraternidade de 2006. Nesse texto, há o seu plano de ação inclusivo:

> Propor, estruturar e facilitar condições para que as pessoas com deficiência, pelos seus movimentos organizados, possam fazer uso dos meios e comunicação da Igreja para manifestar seus direitos e necessidades, facilitar sua organização e expressar seus desejos e modos de estar no mundo; Observar, em seu meio, o cumprimento da Lei Federal 8213, (Lei de Cotas), de reserva depostos de trabalho para pessoas com deficiência; Promover nas escolas confessionais a inclusão e a permanência e crianças, jovens e adultos com deficiência; Adotar a concepção do Desenho Universal e Acessibilidade em todos os seus templos e edificações; Repensar o papel e a concepção das suas instituições asilares e de atendimento para pessoas com deficiência, fortalecendo sua atuação enquanto propulsores da inclusão e não do isolamento; Qualificar e profissionalizar pessoas com deficiência para atuarem como Agentes de Inclusão Social, com a missão de refletir, elaborar modos e facilitar a participação das pessoas com deficiência nas diversas atividades da Igreja e população em geral; Propiciar o encontro e a troca entre famílias com pessoas com deficiência para que elas se fortaleçam compreendendo as razões sociais de seu isolamento, levan-

[6] Cânone é um termo que deriva do grego *kanón*, utilizado para designar uma vara que servia de referência como unidade de medida. Na língua portuguesa o termo adquiriu o significado geral de regra, preceito ou norma.

> tando-se contra essa condição; A Igreja deve estimular, dialogar e propor parcerias para que as diferentes instâncias do Poder Público assumam a plena responsabilidade da atenção aos direitos das pessoas com eficiência, transformando a legislação existente em políticas públicas consistentes e efetivas; A Igreja deve participar, propiciar e facilitar a criação e uma Rede Articulada de Entidades de pessoas com deficiência no Brasil, para que estas, conjuntamente, possam fortalecer sua atuação dando visibilidade às pessoas com deficiência enquanto parte inseparável da sociedade e do povo brasileiro. (CNBB, 2005).

Esse documento apresenta o discurso que articula a inclusão, mas a historicidade de marginalização da Igreja não a isenta de seus equívocos. Mas os avanços demonstram certa inclusão da pessoa com deficiência. O conteúdo exposto sobre a temática explora as questões históricas com ênfase nos objetivos da inclusão. Assume-se o compromisso eclesial com a acessibilidade e com a mudança cultural, na tentativa de descontruir a marginalização. Compromete-se em materializar a proposta com formação, articulação, mobilização, em favor das pessoas com deficiência, inclusive com destinação de recursos financeiros para tais ações. Desse modo, apresentou mais relações com os descritores do que as outras instituições religiosas pesquisadas.

Assim, o campo empírico trata de perceber a investigação como questão de reconhecimento dos desafios, dos equívocos e dos avanços que as religiões inscritas como cristãs demonstram para a marginalização da pessoa com deficiência. O entendimento interpretativo dos discursos está situado na análise do discurso, que importa reflexão acerca dos direitos das pessoas com deficiência e de como são vistos e aceitos na sociedade e nos espaços religiosos. Os efeitos dos discursos religiosos induzem a praticar a valorização ou marginalização da pessoa com deficiência.

4

CAMPO EMPÍRICO: INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS CRISTÃS

Neste capítulo, tem-se por objetivo apresentar metodologicamente como os planejamentos das visitas nos espaços religiosos, para observar as ressignificações religiosas do campo empírico, com a forma de perceber a pessoa com deficiência e os veículos da marginalização. Foram feitas visitas aos *lócus* religiosos na cidade de Uruaçu, de agosto a dezembro de 2017, nesta ordem: Católica, Metodista, Quadrangular, Cristã do Brasil, Presbiteriana, Assembleia de Deus - Madureira, Assembleia de Deus - Missão, Universal, Adventista, Associação Espírita Francisco Cândido Xavier, Vale do Amanhecer e Mundial do Poder de Deus. Os discursos analisados revelam a produção de sentidos da marginalização da pessoa com deficiência na sociedade e no campo religioso atual.

Apesar de estar inscrita como religião cristã, a amostra é complexa, por apresentar nesse rol a comunidade Vale do Amanhecer e a Associação Espírita Francisco Cândido Xavier. De um lado, há bases da sociologia que defendem a pertinência dessa inscrição; de outro, há os que não atestam tal inscrição das dogmáticas espíritas juntas com o cristianismo.

A matriz religiosa brasileira, do ponto de vista sociológico, fundiu-se, a partir de três vertentes para alguns autores e de quatro para outros (BITTENCOURT, 2003, BRANDÃO, 1998). Para a

sociologia, ritos, mitos, símbolos são inerentes a toda expressão religiosa, e o espiritismo está dentro do espectro neocristão. Nessa perspectiva, a pesquisa de campo traça as marcas significativas das perspectivas dos discursos e das práticas das religiões estudadas.

4.1 Articulação dos objetivos da pesquisa com as observações do campo empírico

Neste item, a finalidade é fazer a articulação entre os objetivos deste trabalho, juntamente com as perguntas apresentadas no quadro 1. Apreende-se que observar o campo religioso traz o conhecimento científico, mas não tão óbvio, visto que discursos e práticas inferem interpretações implícitas e explícitas.

Busca-se mostrar a análise sem a interferência das pessoas ou dos locais pesquisados. Para melhor estabelecer o plano de observação, os objetivos e a categoria religiosa foram seguidos na coleta de informações nas visitas às instituições escolhidas para estudo (DESHAES, 1997; DEMO, 2011).

Os temas religiosos estudados são complexos, especialmente em relação à análise do discurso religioso do campo cristão. Contudo, não se pretende discutir aqui a disputa do "capital simbólico" das compreensões possíveis sobre práticas da religião (BOURDIEU, 2007).

Observa-se que, mesmo não sendo possível ter o aprofundamento de tudo sobre os objetivos da pesquisa, analisar as ocorrências da marginalização da pessoa com deficiência nos espaços religiosos está sob crivo cíclico da análise do discurso. A compreensão das relações entre a pessoa com deficiência e os *lócus* religiosos é revelada, por meio da investigação. Os elementos que fundamentam o discurso cristão repercutem nas intencionalidades religiosas de inclusão ou de exclusão (GIL, 1986, p. 176).

Ao seguir os objetivos, a pesquisa indagou: qual a situação marginal à qual são submetidas as pessoas com deficiência, no contexto religioso da antiguidade aos dias atuais? Com essa questão, as visitas verificaram o campo empírico para apontar os indí-

cios de inclusão e de exclusão da pessoa com deficiência nos espaços religiosos.

Outros três problemas enfocaram os capítulos para situar melhor os estudos nessas partes, conforme está descrito no Quadro 1. O primeiro tem o intuito de verificar e buscar indícios de qual é a concepção de inclusão que prevalece nas igrejas cristãs, se o discurso se relaciona com a prática. O segundo investiga a intencionalidade das narrativas cristãs em relação à inclusão para superação do quadro de marginalização das pessoas com deficiência. O terceiro observa o cristianismo e sua manutenção da narrativa de exclusão ou a busca pela inclusão para romper com o contexto atual de marginalização.

As observações feitas nas igrejas cristãs visitadas são apresentadas como exemplos de como ocorre a inclusão ou exclusão na realidade contemporânea. As visitas às instituições religiosas em Uruaçu[1], Goiás, ocorreram em horário noturno, com duração de uma hora e meia a duas horas, sem comunicação prévia. Cada instituição revela sua dedicação à causa da pessoa com deficiência.

A abordagem das problemáticas levantadas permite entender a dinâmica utilitarista dos discursos religiosos sobre a inclusão. Os mitos se encontram nas interpretações discursivas de religiões cristãs. Diante da prática, o processo de inclusão e exclusão forma culturas delineadas dessa dialética.

As perspectivas críticas da análise do discurso, a partir das ciências sociais, trazem expressões e ressignificações do pensamento inclusivo. A marginalização é discutida pela evidência das

[1] A cidade de Uruaçu tem uma população de 40.217 pessoas, em 2018. O perfil socioeconômico da cidade de Uruaçu, em relação a trabalho e rendimento assim se apresenta: "Em 2016, o salário médio mensal era de 2.0 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 16.5%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 87 de 246 e 74 de 246, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 1807 de 5570 e 1747 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 33.8% da população nessas condições, o que o colocava na posição 145 de 246 dentre as cidades do estado e na posição 3821 de 5570 dentre as cidades do Brasil" (IBGE, 2017).

ações proferidas contra a pessoa com deficiência. Evidencia-se o reconhecimento de que mais pode ser feito para romper com o discurso não inclusivo, de maneira que repercuta na construção cultural religiosa e social (FOUCAULT, 2001).

Percebe-se pouca oferta de criar possibilidades para enfrentar as condições impostas pela marginalização. Entretanto, é possível conquistar condições necessárias para esse rompimento. A importância de considerar a pessoa com deficiência como aquele que precisa ter resguardados os seus direitos, assim como todos, é registrada nesta pesquisa. Viver à margem da sociedade e de suas instituições não convém encontrar respaldo em nenhuma religião. Seu corpo com deformidade, com limitação, não é sinônimo de incapacidades totais, cabendo formas de permitir maiores acessibilidades.

4.2 Cenário religioso cristão no contexto das acessibilidades

No cenário de marginalização das pessoas com deficiência, para produção de novos interesses e justificativas, torna-se necessário ressignificar algumas questões anteriormente legitimadas e solidificadas. Como exemplo de legitimações e solidificações, exemplifica-se a relação quanto ao templo religioso, *lócus* sagrado, e suas maneiras de sacralizar discursos e práticas (ELIADE, 1992)

Nesses espaços, estão contidas complexas relações com a falta de estrutura para participação de pessoas com deficiência física, cognitiva, auditiva ou visual. Destaca-se o pouco ou nenhum acesso da pessoa com deficiência física a esses espaços, explicitando a exclusão. Ao lhe ser negada acessibilidade, seus direitos são negligenciados.

O empecilho total ou parcial a espaços religiosos configura a simbólica e a prática da exclusão. A falta de acesso compromete o senso de pertencer e de ser reconhecido no meio. Sem poder acessar os espaços para a realização dos ritos sagrados, evidencia-se o contexto de exclusão promovido por essa falta de acessibilidades. As ausências dessas acessibilidades não estão ligadas apenas ao

contexto arquitetônico, mas ao cultural, ao atitudinal e ao simbólico, que representa complexos processos de indiferença e preconceito. Pelo fato de limitar acesso e/ou dizer por e até onde a pessoa pode acessar um *lócus* representa diversos significados que podem configurar a marginalização.

Se a instituição religiosa recebe informações e conhecimentos do que e como melhorar a sua estrutura para a acessibilidade, e não faz adequações em templos religiosos, sua postura representa as solidificações e legitimações da marginalização da pessoa com deficiência. São representações simbólicas dos espaços religiosos, onde ocorrem supostas justificativas do modelo arquitetônico não cabível de mudar.

Produzir e reproduzir ações simbólicas e práticas de exclusão são limitar os direitos das pessoas com deficiência. São representações que estão mais ligadas à falta de mudança em relação a possíveis modificações para acesso dessas pessoas, do que uma mera referência à arquitetura em si. Têm-se as legitimações culturais contra a acessibilidade.

A situação na qual se encontra esse contexto de significados de marginalização é uma forma cultural da supressão de direitos. Relações ligadas à expressividade religiosa e suas dinâmicas se tornam imprescindíveis para entendimento do fenômeno social da marginalização da pessoa com deficiência, sendo fato perceptível nas visitas ao campo religioso.

4.2.1 Igreja Católica Apostólica Romana - Catedral

No dia 4 de agosto de 2017, ocorreu a visita à igreja Católica - Catedral, percebendo ser a maior representação no cenário religioso da região, com grande quantidade de membros. No ritual, houve cânticos e leituras bíblicas. A leitura bíblica foi dirigida para tratar do amor de Deus e o exemplo de Jesus. Na oportunidade, frisou-se a explanação de como Deus ama a humanidade e a necessidade de seguir o exemplo de Cristo, de doação, de perdão e amor ao próximo. O padre fez duras críticas às pessoas que se di-

zem cristãs e não demonstram isso nas suas vidas pessoais, na vida comunitária e no trabalho.

No dia da visita, havia uma senhora cadeirante, sendo possível inferir que passou por certa dificuldade para entrar no templo. A entrada frontal tem escadaria, mas há nas suas laterais as rampas de acesso ao templo. Não há sinalização para pessoas com deficiência visual ou auditiva. Verifica-se que o púlpito da igreja é inacessível para pessoa com deficiência física, assim como o espaço do confessionário. Percebe-se o discurso de provocar os membros da igreja a serem exemplos para a sociedade.

4.2.2 Igreja Metodista

No dia 25 de agosto de 2017 ocorreu a visita à igreja Metodista. Houve rituais de acolhida, cânticos e testemunhos, após a palavra da noite em torno da fé e obras. Pregou-se a necessidade de o cristão ser a representação de sua fé em Jesus, dando exemplo de caridade e perdão. O pastor ressaltou por várias vezes e sob fortes argumentações bíblicas a importância de atitudes, convocando os cristãos a não serem passivos, que um cristão verdadeiro deve pregar a palavra de Deus e vivê-la em seu cotidiano.

No dia da visita, não havia nenhuma pessoa com deficiência física perceptível. Observou-se que a entrada da igreja não é acessível para pessoas com deficiência física. Não há sinalizações para pessoas com deficiência visual ou auditiva. O púlpito da igreja não conta com acessibilidade para uma pessoa com deficiência física. Destaca-se o discurso intenso em relação à imagem de cristão. Que essa possa ser vista pelos que não são cristãos, a partir de suas obras e atitudes. As críticas pontuaram questões de os cristãos estarem envolvidos em corrupção.

4.2.3 Igreja Evangélica Quadrangular

No dia 8 de setembro de 2017, ocorreu a visita à igreja Evangélica Quadrangular. O início do culto foi baseado em louvores;

após, houve mensagem sobre a igreja e sua tarefa na comunidade, baseada em Jesus e Moisés. Foram pontuadas as formas de viver a importância da oração. O pastor mencionou aspectos importantes na vida de uma pessoa que vive em oração constante. Em contato direto com Deus, essas pessoas poderiam superar melhor suas lutas diárias e serem vencedoras.

Havia uma pessoa na igreja com deficiência auditiva, porém não havia intérprete para tradução das falas. Foi percebido que essa pessoa não conseguia entender os discursos proferidos. A igreja, tanto na chegada como na maior parte dos seus espaços, não conta com acessibilidades para pessoas com deficiência física, auditiva ou visual. No púlpito, não há meios de acesso para as pessoas com deficiência física. Nota-se um forte discurso em torno de os membros darem exemplo e serem considerados pessoas diferentes entre as outras, em relação a uma postura idônea na sociedade e uma vida de constante oração e participação na igreja.

4.2.4 Igreja Congregação Cristã no Brasil

No dia 22 de setembro de 2017, deu-se a visita à Congregação Cristã no Brasil. A mensagem da noite foi realizada por um líder, que baseou sua fala em textos bíblicos. Explanou sobre o homem de Deus e sua diferença na comunidade, e no poder do sacrifício. As falas foram em torno da importância de os membros não se corromperem com as coisas do mundo e resistirem às tentações.

Nesse dia, não havia pessoas com deficiência, perceptível. Verificou-se que essa instituição conta com uma rampa na entrada, porém não tem nível suficiente para uma pessoa de cadeira de rodas acessar com autonomia. Não há sinalização para pessoas com deficiência auditiva ou visual. O púlpito na igreja é inacessível para pessoa com deficiência física e há vários obstáculos nos espaços. O discurso ficou centrado na necessidade de resistirem às coisas mundanas e não terem nenhum vício.

4.2.5 Primeira Igreja Presbiteriana de Uruaçu

No dia 29 de setembro de 2017, ocorreu a visita à Primeira Igreja Presbiteriana de Uruaçu. No primeiro momento, houve alguns comunicados sobre reuniões, em seguida alguns cânticos e testemunhos. A pregação da noite baseou-se em texto bíblico. A mensagem foi sobre o tempo, justificando que há tempo para tudo e que todas as coisas que acontecem são desígnios de Deus. Frisou-se um forte apelo contra a vida cotidiana acelerada.

Não havia, visivelmente, nenhuma pessoa com deficiência, no templo. A igreja não tem acessibilidade para pessoas com deficiência física, não conta com sinalização para pessoas com deficiência visual ou auditiva. Não há acessibilidade para pessoas com deficiência física no púlpito.

4.2.6 Igreja Evangélica Assembleia de Deus - Ministério Madureira

No dia 20 de outubro de 2017, deu-se a visita à Igreja Evangélica Assembleia de Deus - Ministério Madureira. Houve acolhida, cânticos e testemunhos. A palavra proferida na noite foi sobre a necessidade de orações, a força das orações. O pastor mencionou, por várias vezes, a necessidade de orações pelos enfermos, por aqueles que sofrem, pela comunidade, pelos inimigos, e também agradecer por tudo. Houve louvores e comoções entre os membros.

Com referência à sua representação, é uma igreja considerada forte no espaço evangélico, por ser uma das maiores do segmento. Em relação ao espaço físico, a igreja conta com entrada acessível para pessoa com deficiência física. Não há acesso ao púlpito, nem sinalizações para deficientes visuais e auditivos. Não havia, visivelmente, pessoa com deficiência no dia da visita. Evidencia-se o discurso em relação à necessidade de os irmãos se fortalecerem por meio da oração. Devem ser pessoas melhores e caridosas com os que sofrem.

4.2.7 Igreja Assembleia de Deus - Ministério Missão

No dia 27 de outubro de 2017, ocorreu a visita à Assembleia de Deus - Ministério Missão. Houve acolhida, cânticos e testemunhos, a pregação da noite foi baseada em texto bíblico, sobre pecado e perdão. O pecado foi tratado como fonte de desgraças no mundo e na vida das pessoas. Pregou-se sobre a necessidade de as pessoas se voltarem para Deus, para não perecer neste mundo. Houve narrativas sobre a volta de Jesus para buscar a sua igreja. O pastor elencou a importância da fé cristã, como forma de superar as adversidades das condições da vida humana, falou da necessidade de agradecermos a Deus pela vida, por tudo que nos acomete, evitar o pecado, fugir das coisas mundanas e assim ter uma vida em comunhão com Deus, em constante vigilância.

Não havia no templo nenhuma pessoa com deficiência física. A igreja tem em sua entrada principal uma rampa, porém não se encontra dentro dos padrões para que uma pessoa com deficiência física se locomova com autonomia. Não conta com sinalização para pessoas com deficiência visual ou auditiva e no púlpito da igreja não há acessibilidade para pessoas com deficiência física. Não há acesso ao púlpito.

4.2.8 Igreja Universal do Reino de Deus

No dia 3 de novembro de 2017, houve a visita à Universal do Reino de Deus. No início houve acolhimento, cânticos e louvores, após, a mensagem, cujo tema principal foi sobre uma vida vitoriosa em Cristo, baseada em textos bíblicos. O pastor apresentou uma série de exemplos de vida de sucesso, de vitórias do povo de Deus, exemplificando como plano de Deus para seus escolhidos se diferenciarem das demais pessoas. Em seu discurso, a fé como possibilidade de se alcançar libertação e vitórias.

Não havia no templo nenhuma pessoa com deficiência física. Em sua entrada, a igreja conta com uma estrutura que possibilita o acesso de pessoas com deficiência física, não há barreiras físicas

para pessoas com deficiência física. Não conta com sinalizações que evidenciam acessibilidade para pessoas com deficiência visual ou auditiva. Não há púlpito na igreja, o espaço é um salão, sem nenhuma diferenciação de degrau. Não ficou claro se isso é uma forma de acessibilidade planejada, pois difere da maioria das igrejas na questão de não ter púlpito.

Nota-se o forte apelo para uma vida de oração e participação na vida comunitária da igreja, e também ter motivações para perseverança. A pregação se justifica com o discurso de que há tempo para todo propósito e que a fé é um ponto extremamente importante e decisivo na vida das pessoas. A fé é um alicerce maior, sem a qual não se pode conhecer a vitória e uma vida em Cristo cheia de bênçãos.

4.2.9 Igreja Adventista do Sétimo Dia

No dia 10 de novembro de 2017, fez-se a visita à Adventista do Sétimo Dia. Houve algumas falas sobre eventos da igreja, antes do início da palavra principal da noite. Havia um telão, onde os cânticos da noite e os textos utilizados eram apresentados, porém não havia acessibilidade a esse material. A mensagem da noite foi realizada por um líder, que baseou sua fala em textos bíblicos. O discurso foi sobre o uso da tecnologia e a palavra de Deus, reforçando o quanto a igreja poderia alcançar as pessoas que sofrem, e a perda de tempo em torno de coisas consideradas fúteis.

Havia uma criança com deficiência física, aparentemente filha de um membro. A igreja conta com uma rampa na entrada, porém fora das normas de acessibilidade arquitetônica, não há sinalização para pessoas com deficiência auditiva ou visual. Não há acessibilidade no púlpito da igreja e há vários obstáculos para deficientes físicos nos espaços da igreja em detrimento das disposições das cadeiras. O discurso foca na relação do modo de vida como diferencial para uma vida cheia de bênção, e de como podem levar a palavra de amor e de esperança aos que sofrem.

4.2.10 Associação Espírita Francisco Cândido Xavier

No dia 24 de novembro de 2017, ocorreu a visita à Associação Espírita Francisco Cândido Xavier. Houve acolhida, leituras de textos bíblicos e outros livros da doutrina. Uma mulher que conduzia todos os trabalhos fez a preleção principal. A mensagem foi sobre esperança e fé, como aportes para sustentação da vida terrena. Após alguns ritos da doutrina, novamente uma palavra de esperança com dinâmica entre os membros, para que reconhecessem que são importantes para aqueles que os cercam.

Não havia no templo nenhuma pessoa com deficiência física. A entrada do templo não conta com uma rampa para pessoa com deficiência física. O espaço não dispõe de acessibilidade com a sinalização para pessoa com deficiência visual ou auditiva. Percebeu-se o discurso para convidar pessoas a participarem das atividades no templo. Fez-se o apelo para falarem da doutrina espírita e buscarem os que sofrem para virem a ter encontro com o divino. Antes de finalizar, foi repassada uma lista com trabalhos sociais. Parecia ser um cronograma de eventos e atribuições a serem cumpridas pelos membros.

4.2.11 Igreja Vale do Amanhecer

No dia 8 de dezembro de 2017, fez-se a visita ao Vale do Amanhecer. A palavra proferida na noite foi baseada em textos bíblicos e textos específicos da doutrina. Frisaram-se ensinamentos de amor ao próximo, muitas cobranças aos membros em relação à participação no templo. Na liturgia principal, muitas mensagens sobre sofrimentos vividos como forma de pecados ou erros anteriores, com muita comoção em determinados momentos. Houve um chamado especial aos que sofriam de doenças: foram levados para uma sala, chamada sala de cura. Em seguida, realizaram orações e cânticos.

Não havia no templo nenhuma pessoa com deficiência física. O espaço físico não é acessível para pessoas com deficiências físi-

cas, visuais ou auditivas. Há visíveis obstáculos em relação à acessibilidade arquitetônica. As estruturas onde ocorrem os trabalhos, em especial os principais rituais, não são acessíveis para pessoas com mobilidade reduzida e deficiência física. Não conta com sinalização para pessoas com deficiência visual ou auditiva. Percebe-se o discurso em prol dos pobres e dos doentes.

4.2.12 Igreja Mundial do Poder de Deus

No dia 15 de dezembro de 2017, ocorreu a visita à Mundial do Poder de Deus. Antes de iniciar a pregação da noite, houve cânticos, alguns testemunhos de cura, evidenciando muita comoção por parte dos membros. A pregação da noite foi baseada em texto bíblico. O pastor falou sobre a relação de pecado e sofrimento humano com forte apelo para os que viverem pela fé viverem uma vida melhor, cheia de alegrias e vitórias.

Havia uma mulher com deficiência física. A igreja não conta com uma rampa na entrada, dificultando o acesso para pessoas com deficiência física. Em seus espaços, não conta com sinalização para deficiente auditivo e visual. O púlpito na igreja é inacessível para pessoa com deficiência física. Nota-se o discurso acerca da necessidade de participação ativa de todas as atividades da igreja e a busca por membros, sobretudo, ir em busca dos que sofrem.

Quadro 1. Espaços religiosos, discursos e acessibilidade

Espaço religioso	Data das visitas em 2017	Discurso sobre a marginalização da pessoa com deficiência	Acessibilidades às dependências do templo
Católica Apostólica Romana - Catedral	4 de agosto	Não mencionado	Entrada frontal tem escadaria, mas há nas suas laterais as rampas de acesso ao templo. Não havia sinalização para pessoa com deficiência visual. Não havia intérprete de LIBRAS. Púlpito sem acessibilidades.

Espaço religioso	Data das visitas em 2017	Discurso sobre a marginalização da pessoa com deficiência	Acessibilidades às dependências do templo
Metodista	25 de agosto	Não mencionado	Entrada da igreja não é acessível para pessoas com deficiência física. Não havia sinalização para pessoa com deficiência visual. Não havia intérprete de LIBRAS. Púlpito sem acessibilidades.
Evangelho Quadrangular	08 de setembro	Não mencionado	Entrada tem uma rampa de acesso, porém não tem nível suficiente para uma pessoa de cadeira de rodas acessar com autonomia. Não havia sinalização para pessoa com deficiência visual. Não havia intérprete de LIBRAS. Púlpito sem acessibilidades.
Congregação Cristã do Brasil	22 de setembro	Não mencionado	Entrada tem uma rampa de acesso, porém não tem nível suficiente para uma pessoa de cadeira de rodas acessar com autonomia. Não havia sinalização para pessoa com deficiência visual. Não havia intérprete de LIBRAS. Púlpito sem acessibilidades.
Presbiteriana de Uruaçu	29 de setembro	Não mencionado	A igreja não tem acessibilidade para pessoas com deficiência física. Não havia sinalização para pessoa com deficiência visual. Não havia intérprete de LIBRAS. Púlpito sem acessibilidades.
Assembleia de Deus - Madureira	20 de outubro	Não mencionado	A igreja conta com entrada acessível para pessoa com deficiência física. Não havia sinalização para pessoa com deficiência visual. Não havia intérprete de LIBRAS. Púlpito sem acessibilidades.
Assembleia de Deus - Missão	27 de outubro	Não mencionado	Entrada tem uma rampa de acesso, porém não tem nível suficiente para uma pessoa de cadeira de rodas acessar com autonomia. Não havia sinalização para pessoa com deficiência visual. Não havia intérprete de LIBRAS. Púlpito sem acessibilidades.
Universal do Reino de Deus	03 de novembro	Não mencionado	A igreja conta com uma estrutura que possibilita a entrada de pessoas com deficiência física, sem barreiras. Não havia sinalização para pessoa com deficiência visual. Não havia intérprete de LIBRAS.
Adventista do Sétimo Dia	10 de novembro	Não mencionado	A igreja conta com uma rampa na entrada, porém fora da norma de acessibilidade. Não havia sinalização para pessoa com deficiência visual. Não havia intérprete de LIBRAS. Púlpito sem acessibilidades.

Espaço religioso	Data das visitas em 2017	Discurso sobre a marginalização da pessoa com deficiência	Acessibilidades às dependências do templo
Associação Espírita Francisco Cândido Xavier	24 de novembro	Não mencionado	A entrada do templo não conta com uma rampa de acesso. Não havia sinalização para pessoa com deficiência visual. Não havia intérprete de LIBRAS. Púlpito sem acessibilidades.
Vale do Amanhecer	8 de dezembro	Não mencionado	Entrada não é acessível para pessoas com deficiências físicas, com visíveis obstáculos de acesso. Não havia sinalização para pessoa com deficiência visual. Não havia intérprete de LIBRAS. Espaços dos rituais sem acessibilidades.
Mundial do Poder de Deus	15 de dezembro	Não mencionado	A igreja não conta com uma rampa na entrada acessível para pessoas com deficiência física. Não havia sinalização para pessoa com deficiência visual. Não havia intérprete de LIBRAS. Púlpito sem acessibilidades.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Nas visitas aos espaços religiosos, verificou-se que não houve menção da marginalização da pessoa com deficiência, nem ficaram claras ou vistas as narrativas específicas relacionadas à pessoa com deficiência. Foi possível verificar uma relação incoerente entre os discursos sobre a crença e os a favor da inclusão das pessoas com deficiência.

A partir das visitas, os dados revelam que, na maioria das igrejas cristãs, há o desafio para mudar o quadro da acessibilidade para a inclusão das pessoas com deficiência. O Quadro 1 é um demonstrativo acerca do que foi possível analisar nas visitas *in loco*, baseando-se nas seguintes perguntas: 1) Na concepção de inclusão que prevalece no cristianismo, o discurso se relaciona com a prática? 2) Há uma intencionalidade nas narrativas do cristianismo em relação à inclusão para superação do quadro de exclusão? 3) Seria objetivo do cristianismo manter estrategicamente a narrativa da inclusão sem práticas que modifiquem o contexto atual de exclusão?

As perguntas com as quais buscamos relações quanto às práticas cristãs permitem verificar os discursos inclusivos e não inclusivos. Entre a maioria das igrejas visitadas não foi possível perceber uma clara relação com as perguntas problemas. Os espaços religiosos configuram, conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência, os discursos da discriminação, caso não busquem meio de proporcionar acessibilidade:

> Art. 4º. Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.
> § 1º. Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas. (BRASIL, 2018).

A tratativa da exposição legal se refere ao direito à igualdade. Se há falta de acessibilidade, infere-se que, pelo Gráfico 1, a maioria dos espaços religiosos precisa adequar-se para considerar a pessoa com deficiência no plano igualitário, por estar ferindo os princípios das três perguntas retrocitadas. Se há acessibilidade parcial ou total, supõe-se que as igrejas estão buscando não discriminar as pessoas com deficiência, a começar pela porta da frente do templo, que representa o acesso ao *lócus*.

Ao considerar os aspectos de acessibilidade, que superam as outras denominações, quatro igrejas se enquadram no quesito: Católica, Adventista do Sétimo Dia, Assembleia de Deus - Madureira e Universal do Reino de Deus. Essas apareceram no quadro por estarem dentro das ocorrências de discursos e práticas que mostram certas acessibilidades, que se destacam das demais. Conforme o Gráfico 1, embora apenas quatro denominações tenham sido consideradas, mais igrejas tiveram iniciativas de acessibilidades, mas não apresentaram as características das quatro que se destacaram.

Nas pautas discursivas da maioria de todas as instituições cristãs visitadas, os enfoques são de dedicação aos trabalhos dogmáticos, busca por curas, libertação, vida próspera, entre outros, mas não são comuns discursos que identifiquem a necessidade de igualdade, no caso da inclusão de deficientes. Na maioria delas, o texto bíblico é a base central para seus discursos. Os espaços religiosos demonstram ser padronizados para pessoas sem deficiência, colocando à margem as pessoas com deficiência, pela falta perceptível de acessibilidades.

Em nenhuma igreja visitada, havia acessibilidade para o púlpito, nem participação de pessoas com deficiência para conduzir os rituais. Observou-se que pessoas com deficiência não ocupam as esferas de ministração das igrejas cristãs. Nos banheiros, não havia adaptação para pessoas com deficiência. A organização dos mobiliários e das cadeiras dificultava o acesso para pessoas com mobilidade reduzida.

Em algumas igrejas, mesmo não tendo acessibilidades, notou-se a presença de pessoas com deficiência. No entanto, a participação delas não pareceu ser com autonomia, como se pontuou na visita ao Evangelho Quadrangular, pois a pessoa com deficiência auditiva não teve acesso ao discurso.

Há entre as igrejas algumas diferenciações quanto às acessibilidades, cujos discursos de inclusão demonstraram distanciamento do que espera para as pessoas com deficiência. Também se verificaram semelhanças entre elas quanto à falta de acessibilidade, pois nenhuma mostrou ter as sinalizações para pessoas com deficiência visual. Assim, todas elas carecem de mais discussão sobre a causa da pessoa com deficiência, fazendo adequações arquitetônicas para atender a esse público, da mesma forma que atende aos outros, sem deficiência.

4.3 Deficiência na discussão religiosa

Este item aborda a necessidade de discussão cotidiana das igrejas cristãs, considerando a trajetória da marginalização da pes-

soa com deficiência. As percepções da pesquisa de campo apresentam os discursos e as práticas, que repercutem no desafio do acesso.

No contexto dos espaços religiosos, percebe-se a ausência de acessibilidade, talvez por falta de interesse, informações ou por preconceito ou indiferença para a causa da pessoa com deficiência. As lacunas em torno desses aspectos precisam ser sanadas. Os discursos e as práticas cristãs precisam estar em conexão para mostrar o interesse e as adequações para dar acessibilidade à pessoa com deficiência aos seus templos, por exemplo.

A sociedade contemporânea vive em meio aos anseios sociais, comerciais da liquefação de observar o outro, sentir suas necessidades (BAUMAN, 2003). O contexto das igrejas cristãs se localiza na pretensão social individualista, mas cabe a elas vencer os desafios de compreender, informar-se e discutir a temática da marginalização da pessoa com deficiência. Os aportes para a inclusão dessas pessoas no campo prático são tarefas possíveis de serem realizadas.

Bauman (1998) apresenta o "holocausto como teste da modernidade", inferindo as relações da "indiferença e da invisibilidade" como traços fortes da sociedade atual. O que implica perceber que o horror das atrocidades do holocausto pode estar legitimado nos contextos de indiferença às necessidades básicas do outro.

O preconceito e a indiferença (re)produzem a marginalização, colocando a pessoa longe de oportunidades de acesso, submetendo-lhe a privações de direitos. Fica separada do considerado normal, devido à cultura certo ou errado, sagrado ou profano, normal e anormal (GONÇALVES, 2006).

Notam-se poucas e invisibilizadas ressignificações sobre a pessoa com deficiência, em torno da inclusão. No primeiro olhar, notam-se falta de informação e a presença de preconceito e indiferença quanto ao assunto. Essas observações podem ser interpretadas como representações de sentido da marginalização.

A perspectiva de inclusão religiosa ainda está bastante ligada às ideias de caridade e piedade, mas não de perceber o outro com igualdade de direitos, sendo-lhe devido o acesso que viabili-

ze seu cotidiano. No campo religioso, os discursos dos líderes são mais voltados para as influências de sua dogmática, mas sem enfoque na questão inclusiva, como foi visto nas visitas *in loco*.

Do ponto de vista da análise do discurso, discursar sobre o assunto pode qualificar a pessoa com deficiência com o propósito de inclusão ou de exclusão. A trajetória marginal dessa população está envolvida nos discursos e nas práticas de exclusão.

A partir das ideias de Charaudeau (2010), salienta-se que os discursos mais utilizados por líderes religiosos utilizam de significados que abrangem a maioria dos assuntos bíblicos, mas não sobre marginalização da pessoa com deficiência. Há a necessidade de mudança cultural das percepções das pessoas com deficiência, na tentativa de revisitar preconceitos e indiferenças.

Discursos e práticas contextualizados com os referenciais marginalizadores são observados neste estudo, como categoria da cultura da marginalização. As relações dos discursos das igrejas cristãs surgem de interesses organizados e refletidos na vida social histórica de preconceito e indiferença. Os interesses que se organizam dentro e fora das religiões, cabendo as discussões de como a religião se destaca como espaço que (re)produz modificações no imaginário (MOREIRA, 2008; ROCHA, 2007).

As igrejas cristãs no Brasil estão em crescimento,[2] mas as adequações necessárias para incluir mais membros com deficiência ainda parecem distantes de resolução. A marginalização continua sendo barreira de difícil transposição para o processo de inclusão. Os discursos focados nos ensinamentos de Jesus Cristo podem ou não revelar práticas de acolhimento, de inclusão. O processo histórico e cultural dos discursos marginalizatórios ou dos inclusivos gera as consequências exploradas nos objetivos desta pesquisa. O ato de dizer é muito importante, pois gera práticas, embora o contrário aconteça. A política religiosa da inclusão pauta nessa realidade de consciência do discurso e da prática:

[2] Os resultados do Censo Demográfico 2010 mostram o crescimento da diversidade dos grupos religiosos no Brasil, revelando uma maior pluralidade nas áreas mais urbanizadas e populosas do País (CENSO, 2010).

> A política é no essencial uma questão de palavras. É por isso que a luta para conhecer cientificamente a realidade quase sempre deve começar por uma luta contra as palavras. Ora, com muita frequência, para transmitir o saber, devemos recorrer às próprias palavras que precisaram ser destruídas para se conquistasse e construísse esse saber. (BOURDIEU, 2004, p. 71-72).

Na análise do discurso, percebe-se a necessidade de ressignificações dos sentidos de inclusão da pessoa com deficiência no meio religioso. Há o cuidado de apresentar discussões sobre os espaços que consubstanciam a marginalização da pessoa com deficiência, pois sua legitimação não é tão óbvia, como sugere parecer. Analisam-se então os aspectos históricos e sociológicos dos discursos religiosos cristãos. O ato de legitimar ou não a exclusão pode ser obscuro até para os membros de uma religião (MOREIRA, 2008).

5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto estudado foi o fenômeno religioso cristão como espaço de discursos e práticas que legitimam a marginalização da pessoa com deficiência. A história de marginalização da pessoa com deficiência passa por espaços religiosos, que mostram sua atuação simbólica e cultural da inclusão e da exclusão.

Nessas considerações, o objetivo geral buscou analisar as ocorrências da marginalização da pessoa com deficiência, por meio dos discursos e das práticas cristãs. Os objetivos específicos apontaram compreensões diversas sobre as aproximações e os distanciamentos entre os discursos e as práticas religiosas inclusivas do cristianismo. Investigaram-se os elementos do discurso cristão para a intencionalidade de inclusão e observaram-se as ressignificações religiosas do campo empírico, tendo em vista suas discussões acerca de perceber a pessoa com deficiência.

A metodologia adotada foi de análise do discurso, com recursos teóricos que inscreveram o imaginário cristão dentro de discursos da marginalização da pessoa com deficiência. A pesquisa de campo incidiu em doze espaços religiosos, escolhidos primeiramente pela busca de descritores em seus sites. Foram feitas visitas aos *lócus* religiosos, de agosto a dezembro de 2017, nesta ordem: Católica, Metodista, Quadrangular, Cristã do Brasil, Pres-

biteriana, Assembleia de Deus - Madureira, Assembleia de Deus - Missão, Universal, Adventista, Associação Espírita Francisco Cândido Xavier, Vale do Amanhecer e Mundial do Poder de Deus.

A questão principal levantada foi: Qual a situação marginal à qual são submetidas as pessoas com deficiência, no contexto religioso da antiguidade aos dias atuais? A resposta da hipótese foi concretizada, considerando que a marginalização da pessoa com deficiência ocorre em espaços religiosos por motivos variados ligados à falta de informação, ao preconceito e à indiferença.

A justificativa da pesquisa considerou a marginalização da pessoa com deficiência como situação de inquietações no contexto de práticas e de discursos cristãos. As abordagens da marginalização estão na discussão da temática, a partir de fatos históricos passíveis de variadas interpretações no contexto religioso.

Os símbolos do corpo estão imbricados nas aproximações e nos distanciamentos da religião cristã como constituição do *ethos* na sociedade. Os discursos e as práticas revelam a intencionalidade de grupos majoritários que marginalizam os minoritários.

A tendência dos contextos temporais e espaciais é de continuar a postura marginalizadora, mas é possível haver seu rompimento discriminatório na atualidade, em relação à falta de informação, ao preconceito e à indiferença. Verifica-se que os discursos das igrejas mantêm vínculos acerca dos padrões sobre o corpo e exercem influências nas relações sociais.

Pessoas com deficiência, em sua maioria, não conseguem usufruir dos bens simbólicos e materiais que as igrejas cristãs produzem, se não tiverem acessibilidade. Por sua vez, essas pessoas são excluídas, e vivem marginalizadas, devido às próprias instituições religiosas não promoverem o mínimo de acessibilidades para elas. A falta de acesso perpetua preconceito e indiferença.

O fato de não se discutir mais sobre a causa do deficiente na sociedade e na igreja revela o silêncio marginalizatório. As variáveis da pesquisa de campo corroboram para os destaques deste estudo, ao mostrar os resultados da marginalização. O que se percebeu nas igrejas pesquisadas, em sua maioria, foi a falta de ressig-

nificar suas visões sobre o processo de inclusão das pessoas com deficiência.

A inclusão não se traduz aos aspectos simples de caridade e piedade, em detrimento das garantias de direito e reconhecimento. Por sim, o ato de legitimar a marginalização das pessoas com deficiência advém de discursos claros de exclusão e das lacunas que deixam implícitas as intenções de perpetuar a exclusão, que se articula com a pseudoinclusão.

A maioria das igrejas cristãs não revelou suas representações de inclusão, ao promover timidamente certas acessibilidades. O cenário visto torna-se um paradoxo do discurso que inclui e da prática que exclui. É a dialética que não deveria existir como materialização da pseudoinclusão. A problemática é mais complexa do que possa parecer: fatores discriminatórios aparecem dos casos de falta total ou parcial de acessibilidades.

Nesse paradigma de inclusão e exclusão, as narrativas bíblicas e não bíblicas têm servido de aportes que contribuem para o chamamento para a discussão sobre o processo de inclusão. O desafio posto é de observar como a marginalização da pessoa com deficiência está arraigada na cultura social e religiosa cristã.

A garantia dos seus direitos e as maneiras de perceber a pessoa com deficiência implicam a tomar posição legitimadora ou não da exclusão. Discursos inclusivos sem práticas inclusivas são apenas superficiais. É preciso ética da inclusão, pois esta considera os elementos que fundamentam a caridade, o assistencialismo e a inclusão.

As visitas aos espaços religiosos revelam os resultados de haver pessoas com deficiência que buscam certas igrejas cristãs, mesmo não tendo acessibilidades adequadas. Com essa falta, não conseguem usufruir com autonomia da representatividade da religião. Cada contexto infere haver lacunas marginalizatórias. As instituições representam *lócus* de limitações, que repercutem na marginalização da pessoa com deficiência. Sociedade e igrejas cristãs precisam se ater para as mudanças necessárias contra a simbólica cultura que aponta as ressonâncias da legitimação dos discursos e das práticas de marginalização da pessoa com deficiência.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. 5. ed. Trad. Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. Tradução de Selvino Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007.

AGNOLIN, Adone. *História das religiões:* Perspectiva histórico-comparativa. São Paulo: Paulinas, 2013.

AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona. *A trindade*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1994. (Patrística, 7).

ALBURQUERQUE, Luciana Santos Guilhon. *Mídia e transformação da intimidade na atualidade: as implicações subjetivas da exposição da vida íntima nos Reality Shows*. Tese (Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ. Disponível em: <http://www.psicologia.ufrj.br/pos_eicos/pos_eicos/arqanexos/arqteses/lucianaguilhon.pdf. Acesso em: 25 fev. 2014.

ALMEIDA, Rogério Tabet de. Evolução histórica do conceito de pessoa – enquanto categoria ontológica. *Revista Interdisciplinar de Direito*, v. 10, n. 1, 2017. Disponível em: <http://faa.edu.br/revistas/docs/RID/2013/RID_2013_16.pdfhttp://faa.edu.br/revistas/docs/RID/2013/RID_2013_16.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2018.

ALONSO, Leandro Seawright. Jesus Narrativo: oralidade cristã entre história, memória e mítica. *Revista de Estudos de Religião*, v. 3,

n. 1, 2012. São Paulo: PLURA, 2012. Disponível em: <https://www.pucsp.br/rever/>. Acesso em: 3 maio 2018.

ALVES, Carlos Alberto. *O fenômeno da Igreja Eletrônica: Deus está no ar*. 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

AMARAL, Lígia Assumpção. *Conhecendo a deficiência em companhia de Hércules*. São Paulo: Robe, 1995.

ARANHA, Maria Salete Fábio. *A inclusão social da criança com deficiência:* criança especial. São Paulo: Roca, 2005.

ARANHA, Maria Salete Fábio. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, v. 11, n. 21, p. 160-173, 2001. Disponível em: <http://www.ltreditora.com.br/revista-do-ministerio-publico-dotrabalho-n-45.html>. Acesso em: 11 out. 2017.

ARAUJO, C. A. *Corpo: espaço de sacrifícios aos deuses e ao mercado*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO. 2007.

ASCENSÃO, José Oliveira. A dignidade da pessoa e o fundamento dos direitos humanos. *Revista da Faculdade de Direito,* Universidade de São Paulo, v. 8, n. 2, p. 79-101, 2008.

BABO, Maria Augusta. Em segredo: a confissão como relação interdiscursiva. *Comunicação e Sociedade*, v. 20, p. 175-190, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BALDACCHINO, Donia. *Spiritual Care:* Being in Doing. Malta: Preca Library, 2010.

BAUDRILLARD, Jean. *À sombra das maiorias silenciosas:* o fim do social e o surgimento das massas. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade:* a busca por segurança no mundo atual. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1998.

BERGER, Peter. A dessecularização do mundo: uma visão global. *Religião e sociedade*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 9-23, 2001.

BERGER, Peter Ludwig. *O dossel sagrado:* elementos para uma teoria sociológica da religião. In: BENEDETTI, Luiz Roberto (Org.). Tradução de José Carlos Barcelos. São Paulo: Paulinas, 1985.

BITTENCOURT, José Filho. *Matriz religiosa brasileira*. Religiosidade e mudança social. Petrópolis: Vozes/Koinonia, Petrópolis/Rio de Janeiro 2003. p. 41- 48.

BORDIEU, Pierre. A dissolução do religioso. In: *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 110-145.

BORDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectivas, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Crença e Identidade* – campo religioso e mudança cultural. Trabalhos em Antropologia. Campinas, IFCH, Unicamp, 1988.

BRANDÃO, Junito de Souza. Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega. Petrópolis: Vozes, 1991.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. *Diário Oficial da União*, 1988.

BRASIL. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. 2007.

BRASIL. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei 13.146, de 13 de julho de 2015. *Diário Oficial da União*, 7 jul. 2015.

BRASIL. *Relatório mundial sobre a deficiência. OMS* - World Health Organization, The World Bank. Tradução Lexicus Serviços Linguísticos. São Paulo: SEDPcD, 2012. Disponível em: <https://www.afro.who.int/sites/default/files/201706/9788564047020_por.pdf>. Acesso em: 11 out. 2018.

CÂNONES DA IGREJA METODISTA 2007-2011. Versão final com as modificações realizadas pelo 18º Concílio Geral e aprovada pelo Colégio Episcopal em 19 de dezembro de 2006 e correção em 15 de março de 2007. Aprovação para publicação dos Cânones da Igreja Metodista com as alterações introduzidas pelo 18º Concílio Geral. Disponível em: <http://www.metodista.org.br/content/interfaces/cms/userfiles/files/documentosoficiais/Canones_2007_2011.pdf>. Acesso em: 2 maio 2017.

CAPPARELLI, Sérgio; SANTOS, Suzy dos. Crescei e multiplicai-vos: a explosão religiosa na televisão brasileira. *Intexto* - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS, Porto Alegre, n.11, 2004.

CARDOSO, Onésimo. A Igreja Eletrônica. Os Programas Religiosos na Televisão Brasileira. In: *Comunicação e Sociedade*. Comunicação Religiosa, Edições Liberdade, São Bernardo do Campo ano VI, n. 12, out. 1984.

CARRILHO, E.; PAULA A. Reabilitações Estéticas Complexas Baseadas na Proporção Áurea. *Rev Port Estomatol Med Dent Cir Maxilofac*, v. 48, n.1, p. 43- 53, 2007.

CARVALHO, W. A. *A construção sociocultural do corpo e sua relação com a religião*. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/a-construcao-sociocultural-do-corpo-e-sua-relacao-com-a-religiao/44159/>. Acesso em: 20 abr. 2014.

CESNIK, F. S.; BELTRAME, P. A. *Globalização da cultura*. Barueri: Manole, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lúcia (Org.). *As emoções no discurso*. v. II. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2010. p. 23-56.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso:* modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008.

CNBB. *Texto-base da campanha da fraternidade de 2006*. São Paulo: Salesianas, 2005.

CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DOS MEMBROS DA CONVENÇÃO GERAL DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS NO BRASIL (CGADB). Disponível em: <https://www.cgadb.org.br/site2017/>. Acesso em: 16 nov. 2017.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. 4. ed., rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.

CORBIN, A. Coulisses. In: ARIÈS, P.; DUBY, G. *Histoire de la vie privée*. Paris: Seuil, 1987.

CORBIN, Alain; JACQUES, Jean Courtine; VIGARELLO, Georges. *História do corpo*. Contextos nacionais. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

CORRÊA, Priscila Moreira. Acessibilidade: conceitos e formas de garantia. *Revista Brasileira de Educação Especial*. Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial - ABPEE, v. 15, n. 1, p. 171-172, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/30118http://hdl.handle.net/11449/30118>. Acesso em: 30 nov. 2018.

CRESPO, Jorge. *A História do corpo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DA MATTA, R. *A Casa & a Rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DAOLIO, Jocimar. *Da cultura do corpo*. Campinas: Papirus, 1995.

DAOLIO, Jocimar. *Um olhar sobre o corpo:* corpo ontem e hoje, o corpo, a igreja e o sagrado. Brasília: M. E., 2011.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES. Resolução aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 9 dez.

DEMO, Pedro. *Praticar ciência:* Metodologias do conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2011.

DERRIDA, Jacques. *Salvo o nome*. Trad. Nícia Adan Bonatti. São Paulo: Papirus, 1995.

DESHAIES, Bruno; BAPTISTA, Luísa. *Metodologia da investigação em ciências humanas*. São Paulo: Instituto Piaget, 1997.

DINIZ, Débora. *O que é Deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault:* uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ERICKSON, Victoria Lee. *Onde o silêncio fala:* feminismo, teoria social e religião. São Paulo, Paulinas, 1996.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora UnB, 2001.

FERRAZ, Tércio Sampaio. Sigilo de dados: direito à privacidade e os limites à função fiscalizadora do Estado. *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, São Paulo, n. 88, p. 77, 1993.

FERREIRA, Joel Antônio. *Paulo, Jesus e os Marginalizados*. Leitura Conflitual do Novo Testamento. 2. ed. Goiânia: PUC Goiás, 2011.

FERREIRA, V. S. *Elogio (sociológico) à carne:* a partir da reedição do texto "as técnicas do corpo" de Marcel Mauss. Disponível em: <http://www.letras.up.pt/isociologia/uploads/files/Working37.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2014.

FIGUEIRA, Emílio Carlos da Silva, *Teologia da Inclusão:* A trajetória das pessoas com deficiência na história do Cristianismo. São Paulo: Figueira Digital, 2015. Disponível em: <http://emiliofigueira.com/wp-content/uploads/2017/02/TEOLOGIADA-INCLUS%C3%83O-Prof.-Emilio-Figueira.pdf>. Aceso em: 10 abr. 2017.

FONTES, Malu; AMADO-FJA, Faculdades Jorge. O Lugar da Velhice na Sociedade do Consumo. In: Intercom Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Brasília: UnB, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso:* aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 13. ed. Tradução de Laura Fraga Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2006.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I:* a vontade de saber. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: GRAAL, 1979. Disponível em: <http://groups.google.com.br/group/digitalsource>. Acesso em: 10 jun. 2017.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FRANKL, Viktor. *Psicoterapia para todos*. Petrópolis, Vozes, 1991.

GALIMBERTI, Umberto. *Rastros do sagrado*. Tradução de Euclides Luiz Callon. São Paulo: Paulos, 2003.

GEERTZ, C. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

GÉLIS, J. O corpo, a igreja e o sagrado. In: CORBIN, A; COURTINE, J-J; VIGARELLO, G. (dir.). *História do corpo:* da renascença às luzes. Trad. Lúcia M. E. Orth. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 19-130.

GIDDENS, A. *A transformação da intimidade*: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: UNESP, 1993.

GIDDENS, Anthony. *O mundo na era da globalização*. 3. ed. Lisboa: Editora Presença, 2001

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIOVANETTI, José Paulo. Psicologia e espiritualidade. In: AMATUZZI, Mauro Martins (Org.). *Psicologia e espiritualidade*. São Paulo: Paulus, 2005. 129-145.

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOFFMAN, Erving. *Estigma:* notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.

GOLDENBERG, M. Gênero e Corpo na Cultura Brasileira. *Psicol. clin.*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652005000200006>. Acesso em: 12 abr. 2014.

GOLDENBERG, Mirian *et al.* (Org.). *Nu & Vestido:* dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca. Rio de Janeiro: Record, 2002. 411 p.

GONÇALVES, Anthony. A eugenia de Hitler e o racismo da ciência. *Prática Jurídica*, ano V, n. 52, p. 7-19, 31 jul. 2006. Consulex, Brasília. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/31374-35254-1-PB.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2007.

HAAG, C. A economia das aparências: Cirurgias plásticas reforçam ideal do corpo como capital social. *Revista Pesquisa FAPESP*,

n. 187, p. 1, set. 2011. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2011/09/02/a-economia-das-aparencias/>. Acesso em: 20 abr. 2014.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. Representam os surtos emocionais contemporâneos o fim da secularização ou o fim da religião? *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 31-48, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *População Uruaçu*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/uruacu/panoramahttps://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/uruacu/panorama>. Acesso em: 11 out. 2017.

JACOPO, Fo. *O livro negro do cristianismo:* dois mil anos de crimes em nome de Deus. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

KNIGHT, A. E. *História do cristianismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 1983.

KOENIG, Harold. *Espiritualidade no Cuidado com o Paciente:* por quê, como quando e o que. Trad. Giovana Campos. São Paulo: FE, 2005.

KONINGS, Johan. *A Bíblia, sua história e sua leitura:* Introdução ao estudo da Bíblia. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2014.

LACAN, Jacques. *O Seminário:* livro 11: os quatro conceitos fundamentais de psicanálise. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

LACERDA, Lucelmo. Fogo na Televisão: Ofensiva eletrônica da Renovação Carismática Católica. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 58, mar. 2006. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/058/58esp_lacerda.htm>. Acesso em: 25 fev. 2014.

LE BRETON, David. *Adeus ao corpo:* antropologia e sociedade. Campinas: Papirus, 2003.

LE BRETON, D. Figures du corps accessoire: marques corporelles, culturisme, transsexualisme, etc. In: FINTZ, C. (Org.). *Les Imaginaires du Corps*. Tome 2 – Arts, Sociologie, Anthropologie. Pour une Approche Interdisciplinaire du Corps, Paris, L'Harmattan, 2000, p. 207-231.

LEMOS, Carolina Teles. *Religião, e (Re) significação da intimidade*. São Paulo: Fonte Editoria, 2016.

LEMOS, Carolina Teles. *Religião e tecitura da vida cotidiana*. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2012.

LEVINAS, Emanuel. *Humanismo do outro homem*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

LIPOVESTKY, Gilles. *Os tempos hipermodernos*. Trad. Mário Vilela. São Paulo: Editora Barcarolla, 2004.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MAIRINK, R; MARTINS, M. *A Dimensão Estética das Indústrias Culturais:* Processos de Mediação na Estruturação dos Mercados Criativos. Disponível em: <www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/1336/1269>. Acesso em: 20 abr. 2014

MARÇAL, M. C. C.; MELLO, S. C. B. *O ato de malhar:* um ritual da cultura do sacrifício contemporânea que conduz o social. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14309.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2014.

MARIZ, Cecília. Catolicismo no Brasil contemporâneo: reavivamento e diversidade. In: TEIXEIRA, F.; MENEZES, R. (Orgs.). *As religiões no Brasil:* continuidades e rupturas. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 53-68.

MARIZ, Cecília. Secularização e dessecularização: comentários a um texto de Peter Berger. *Religião e sociedade*, v. 21, n. 1, p. 25-39, 2001.

MARX, Carl. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: 1987.

MATOS, Léo. Psicologia Transpessoal: Explorando os Vários Estados da Consciência. In: *Caderno de Debates Plural*. Coletânea Psicologia Transpessoal. Belo Horizonte: Faculdade de Ciências Humanas – Fumec, 1992.

MAURICE, Halbwachs. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauros, 2003.

MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPV/Edusp, 1974. v. 1.

MAUSS, M.; HUBERT, H. *Sobre o sacrifício*. S. Paulo: Cosac Naify, 2005.

MELO, Mônica Santos Souza (Org.). *Reflexões sobre o discurso religioso*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2017. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/site/e-livros/An%C3%A1lise%20do%20Discurso%20%20G%C3%AAneros,%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Sociedade.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2018.

MONDIN, Battista. *Curso de Filosofia:* Os Filósofos do Ocidente. Trad. Benôni Lemos. São Paulo: Paulus, 1982.

MOREIRA, Alberto da Silva. O deslocamento do religioso na sociedade contemporânea. *Estudos de Religião*, v. 22, n. 34, p. 70-83, 2008. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/view/220/228>. Acesso em: 13 fev. 2017.

MOUNIER, Emmanuel. *O personalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1950.

NAITO, M. Oral health status and health – related quality of life: a systematic review. *Journal of Oral Science*, v. 48, n. 1, p. 1-7, 2006.

NERI, Marcelo Cortes. *Diversidade:* retratos da deficiência no Brasil. São Paulo: FGV, 2003. Disponível em: www.bibliotecadigital.fgv.br. Acesso em: 7 set. 2017.

NOVAES, J. V.; VILHENA, J. De Cinderela a moura torta: sobre a relação mulher, beleza e feiura, p. 1. In: *Interações*, São Paulo, v. 8, n. 15, jun. 2003.

NOVAES, Joana de Vilhena. *Com que corpo eu vou?* Sociabilidade e usos do corpo nas mulheres das camadas altas e populares. Rio de Janeiro: PUC; Pallas, 2010.

O'DEA, Thomas F. *Sociologia da religião*. São Paulo: Pioneira, 1969.
OLIVEIRA, Derli Machado. *Mercado, marketing e religião:* o gênero testemunho no discurso midiático iurdiano. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/visiget/pgs/pt/anais/Artigos/Derli%20Machado%20de%20Oliveira%20(UFRN)%20-%202.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2014.

OLIVEIRA, Kathlen Luana de. Quando a religião se torna sinônimo de violência: percepções político-teológicas na luta pelos direitos humanos. In: PACE, Enzo; OLIVEIRA, Irene Dias de; AUBRÈE, Marion (Orgs.). *Fundamentalismos religiosos, violência e sociedade*. São Paulo: Fonte Editorial/Edições Terceira Via, 2017. 167 p. ISBN: 978-85-92509-26-2. p. 143-162.

OLIVEIRA, Luiza Maria Borges. *Cartilha do Censo 2010:* pessoas com deficiência. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD), Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência, 2012. Disponível em: <https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficienciareduzido.pdf>. Acesso em: 8 maio 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Relatório mundial sobre a deficiência*. São Paulo: SEDPcD, 2012. p. 11. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf;jsessionid=2CF5EB09F991DFE2530AAAE5253053D3?sequence=4>. Acesso em: 19 fev. 2020.

ORTEGA, F. *Corpo em evidência:* a ciência e a redefinição do humano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

OTTO, Rudolf. *O sagrado:* um estudo do elemento não-racional na ideia do divino e a sua relação com o racional. São Bernardo do Campo: Imprensa Metodista, 1985.

PATRIOTA, Karla Macêna. Um show destinado às massas: uma reflexão sobre o entretenimento religioso na esfera midiática. *TOMO*, São Cristóvão-SE, n. 14, jan./jun. 2008.

PEDRINI, Pe. Alírio José. *Saiba participar de grupos carismáticos*. São Paulo: Loyola, 1995.

PELLEGRIN, N. Corpo do comum, usos comuns do corpo. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Dir.). *História do corpo:* da renascença às luzes. Trad. Lúcia M. E. Orth. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 131-216.

PINTO, J. P. M. S.; JESUS, A. N. A Transformação da Visão de Corpo na Sociedade Ocidental. *Motriz*, v. 6, n. 2, p. 89-96, jul./dez. 2000.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. *Cadernos de pesquisa*, v. 35, n. 124, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n124/a0435124.pdf>. Acesso em: 4 out. 2018.

PIRATELI, Marcelo Augusto; OLIVEIRA, Terezinha. Breves ponderações sobre o conceito de pessoa em Santo Tomás de Aquino. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, v. 30, n. 1, p. 105-114, 2008. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/1943>. Acesso em: 14 jan. 2017.

REGA, Lourenço Stelio. "Fast Food Gospel". *Revista Eclésia*, ed. 95, nov. 2003.

ROCHA, Alessandro Rodrigues. *Teologia sistemática no horizonte pós-moderno:* um novo lugar para a linguagem teológica. São Paulo: Vida, 2007.

RUIZ, Bartolomé Castor. *Os paradoxos do imaginário*. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2004.
SAWAIA, Bader. *As artimanhas da exclusão:* Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SENNET, R. *O declínio do homem público:* tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, Otto Marques. *A Epopéia ignorada:* a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1986.

TART, C. *O Fim do Materialismo:* como as evidências científicas dos fenômenos paranormais estão unindo ciência e espiritualidade. São Paulo: Cultrix, 2012.

TEIXEIRA, M. C. T. V. *et al.* Envelhecimento e rejuvenescimento: um estudo de representação social. *Rev. Bras. Geriatr. Geron-*

tol, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 5, 2007. Disponível em: <http://revista.unati.uerj.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-98232007000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 1 ago. 2011.

TERRIN, A. N. *O rito:* antropologia e fenomenologia da ritualidade. São Paulo: Paulus, 2004.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade:* uma teoria social da mídia. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 2001.

WACHHOLZ, Wilhelm; DARIUS, Fábio Augusto. Sobre a integralidade humana e a mortalidade da alma a partir dos escritos de Ellen White. In: *Revista Hermenêutica*, Cachoeira-BA, v. 12, n. 2, p. 11-24.

WANDERLEY, M. M.; SILVA, L. *Corpos ditados:* a influência da mídia no disciplinamento Corporal. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277933288_ARQUIVO_FAZENDOGENERO 2010.Textocompleto.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2014

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: UNB, 1991.

WERNECK, Claudia. Modelo médico x modelo social da deficiência. In: WERNECK. *Manual da mídia legal 3:* comunicadores pela saúde escola de gente. Rio de Janeiro: WVA, 2004. p. 16-20.

WERNECK, Claudia. *Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.